

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CAMPUS DE CAMPO
MOURÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

CLARICE PEREIRA DE MELO SPHAIR

**A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA
ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (1960-2020)**

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

CLARICE PEREIRA DE MELO SPHAIR

**A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA
ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (1960-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Área de Concentração: História Pública
Linha de Pesquisa: Saberes e Linguagens
Orientadora: Dra. Claudia Priori

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira de Melo Sphair, Clarice
A participação e presença de mulheres na política
eleitoral do município de Mamborê-PR (1960 - 2020) /
Clarice Pereira de Melo Sphair. -- Campo Mourão-
PR, 2024.
156 f.: il.

Orientador: Claudia Priori.
Coorientador: Fábio André Hahn.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2024.

1. História Pública. 2. História Oral. 3.
Mulheres. 4. Política. 5. Mamborê. I - Priori,
Claudia (orient). II - Hahn, Fábio André
(coorient). III - Título.

CLARICE PEREIRA DE MELO SPHAIR

**A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA ELEITORAL
MUNICÍPIO DE MAMBORÊ - PR (1960-2020)**

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
CLAUDIA PRIORI
Data: 05/05/2024 17:13:18-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Claudia Priori (orientadora) – Programa de Pós-Graduação em História Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Documento assinado digitalmente
JOANA MARIA PEDRO
Data: 26/04/2024 12:11:05-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Joana Maria Pedro – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC



Documento assinado digitalmente
JUNIELE RABELO DE ALMEIDA
Data: 30/04/2024 10:33:27-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Juniele Rabêlo de Almeida – Universidade Federal Fluminense – UFF

Data de Aprovação

25/04/2024

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização desta dissertação.

Primeiramente, agradeço a Deus que esteve comigo em todos os instantes e Ele é a minha força motriz.

Quero agradecer a minha orientadora, doutora Claudia Priori pela paciente orientação, esclarecimentos e compreensão. Foi a minha inspiração e me fez transpirar no processo de leitura, interpretação e escrita da dissertação. Difícil relatar aqui o quanto evolui sob a sua orientação.

Meu reconhecimento ao Departamento do Curso de História Pública da UNESPAR e todos os professores que compõem o quadro, especialmente aos que estiveram comigo durante as aulas oferecendo conhecimentos valiosos para a minha formação pessoal e elaboração da pesquisa.

Agradeço também a banca examinadora formada pelas professoras doutoras Joana Maria Pedro e Juniele Rabêlo de Almeida, por dedicarem seu tempo e conhecimento para avaliar essa dissertação e orientar para a melhoria da minha aprendizagem e produção científica.

Minha gratidão a rádio T – FM, do município de Mamborê, na pessoa da apresentadora Franciele Oliver, pelo apoio na construção e divulgação da pesquisa.

Meu reconhecimento às mulheres protagonistas desta pesquisa: Olga Antônia Brunetta, Deomira Brunetta, Márcia Regina Wansovicz Matozo, Sandra da Silva Nascimento Agostinho e Maria Thereza Pereira Murback, pelo compartilhamento de suas histórias.

Sou grata aos(às) colaboradores(as) que foram fundamentais para a realização desta pesquisa, dissertação e documentário:

À mestra Jocimara Maciel Correia, pelo incentivo desde o início. Foi em sua página do *Facebook* que vi a divulgação para a seleção do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em

História Pública da UNESPAR;

À professora Selma Magalhães Teófilo, então diretora da Escola Municipal Professora Elizabete, onde eu era coordenadora. Recebi dela total apoio para cursar o Mestrado;

Às professoras Ivete Brunetta e Silvane Rocha, pelas informações valiosas e contatos das ex-vereadoras Olga Antônia Brunetta e Deomira Brunetta;

Ao senhor José Harmatiuck pela doação da revista “Mamborê/Paraná – Uma Cidade Feliz. Edição comemorativa do Jubileu de Prata”. Guardarei com muito carinho!

Ao professor Arnaldo Antônio Barszcz por disponibilizar seu acervo histórico;

Aos assessores de imprensa Celso Cerineu Agostinho e José Marcelo Chagas pelas gravações, edições e registros fotográficos do documentário: “Mamborê – cinco eleitas em seis décadas. Quem são elas?”

À Câmara Municipal, pela disponibilização do espaço, documentos escritos e fotográficos que muito contribuíram para esta pesquisa.

Gratidão aos(às) colegas do curso de Mestrado pela companhia e compartilhamento de conhecimentos ao longo desta jornada acadêmica, especialmente Tainá Lang que além de tudo, dividia comigo as caronas.

Agradeço o apoio incondicional da minha família, principalmente do meu esposo Luiz Cesar Ribas Sphair, do meu filho Guilherme de Melo Sphair e da minha filha Stephane de Melo Sphair.

E para encerrar esta lista, expresso meus agradecimentos à UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão por incentivar a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas científicas.

RESUMO

SPHAIR, Clarice Pereira de Melo. **A presença e participação de mulheres na política eleitoral do Município de Mamborê – PR (1960-2020)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

Essa pesquisa aborda a presença e participação de mulheres na política eleitoral do Município de Mamborê – PR (1960-2020), tendo como enfoque as relações de gênero e como base metodológica as discussões oriundas da História Oral e da História Pública. Busca analisar quais foram os desafios encontrados pelas mulheres já eleitas, bem como as razões que as encorajaram a seguir nesse campo historicamente ocupado por homens. Mesmo compondo a maioria entre o eleitorado, a maior parte das mulheres não se candidata para exercer uma função no Legislativo ou no Executivo, e como consequência, a história do município quase sempre teve uma Câmara de Vereadores dominada por homens. Entretanto, algumas mulheres conseguiram votos suficientes para ocupar uma vaga no Legislativo Municipal: Olga Antônia Brunetta (1982); Deomira Brunetta (1992); Sandra da Silva Nascimento Agostinho (2012) e Maria Thereza Pereira Murbach (2020). O Executivo Municipal teve representação feminina nos pleitos de (1996 e 2008) com Deomira Brunetta e Márcia Regina Wansovicz Matozo, respectivamente, que foram eleitas e conquistaram esse espaço como vice-prefeitas. Para essa abordagem, nos pautamos em alguns referenciais, tais como Ricardo Santiago (2016), em que apresenta a História Pública como um campo da história que produz conhecimento “com o público e para o público”, assim como no conceito de “autoridade compartilhada”, de Michael Frisch (2016) para pensar a construção do conhecimento histórico. Para as reflexões sobre História Oral fundamentamo-nos em estudos de Marieta de Moraes Ferreira (1994), e para pensar as relações de gênero ancoramo-nos em pesquisas e registros de Flávia Biroli (2012), Joan Wallach Scott (1995) e Joana Maria Pedro (2017). Numa perspectiva de maior diálogo com os públicos e também de divulgação do conhecimento histórico produzido nessa investigação, propomos a realização de um documentário, a fim de tornar públicas as memórias e experiências das participações das mulheres na política eleitoral do município de Mamborê. Acreditamos que conhecer as experiências vivenciadas pelas mulheres que já ocuparam o espaço da política eleitoral, contribui para a dimensão pública da história e pode inspirar mais mulheres a ingressarem na vida pública e também reavivar a memória da população, ressaltando para atuais e futuras gerações, a importância da participação feminina nos espaços de decisões, principalmente nos de política eleitoral.

Palavras-chave: Mulheres; Política; História Pública; Gênero; História Oral.

ABSTRACT

SPHAIR, Clarice Pereira de Melo. **The presence and participation of women in the electoral politics of the Municipality of Mamborê – PR (1960-2020)**. Dissertation. Posgraduate Program in Public History – PPGHP – Master's Degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2024.

This research addresses the presence and participation of women in the electoral politics of the Municipality of Mamborê - PR (1960-2020), focusing on gender relations and based on methodological discussions arising from Oral History and Public History. It seeks to analyze the challenges encountered by women who have already been elected, as well as the reasons that encouraged them to pursue a field historically dominated by men. Despite comprising the majority among voters, most women do not run for office in the Legislative or Executive branches, and as a consequence, the history of the municipality has almost always had a City Council dominated by men. However, some women have managed to garner enough votes to occupy a seat in the Municipal Legislature: Olga Antônia Brunetta (1982); Deomira Brunetta (1992); Sandra da Silva Nascimento Agostinho (2012); and Maria Thereza Pereira Murback (2020). The Municipal Executive had female representation in the elections of (1996 and 2008) with Deomira Brunetta and Márcia Regina Wansovicz Matozo, respectively, who were elected and gained this space as vice-mayors. For this approach, we rely on some references, such as Ricardo Santiago (2016), who presents Public History as a field of history that produces knowledge "with the public and for the public," as well as on the concept of "shared authority," by Michel Frisch (2016), to think about the construction of historical knowledge. For reflections on Oral History, we are based on studies by Marieta de Moraes Ferreira (1994), and to think about gender relations, we anchor ourselves in research and records by Flávia Biroli (2012), Joan Wallach Scott (1995), and Joana Maria Pedro (2017). With a perspective of greater dialogue with the public and also of dissemination of the historical knowledge produced in this research, we propose the realization of a documentary, in order to make public the memories and experiences of women's participation in the electoral politics of the municipality of Mamborê. We believe that knowing the experiences lived by women who have already occupied the space of electoral politics contributes to the public dimension of history and can inspire more women to enter public life and also revive the memory of the population, emphasizing to current and future generations the importance of female participation in decision-making spaces, especially in electoral politics.

Keywords: Women; Politics; Public History; Gender; Oral History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Árvore do conhecimento da História Pública Cauvin (adaptada de CAUVIN, 2020).....	23
Figura 2 – Olga Antônia Brunetta (santinho de campanha)	27
Figura 3 – Olinda Oliveira Gonçalves (santinho de campanha).....	28
Figura 4 – Deomira Brunetta (a direita) - foto atual/2023.....	29
Figura 5 – Márcia Regina Wansovicz Matozo (santinho de campanha).	32
Figura 6 – Sandra da Silva Nascimento Agostinho (à esquerda) – foto atual/2023.....	34
Figura 7 – Sandra da Silva Nascimento Agostinho: Candidata a Prefeita - 2016.....	36
Figura 8 – Trabalhadoras e trabalhadores no Cotonifício Crespi, na Mooca, em São Paulo, em 1917.	48
Figura 9 – Dilma Rousseff, em 1970, durante interrogatório no Auditório Militar do Rio de Janeiro (RJ), no dia 17 de novembro de 1970.	66
Figura 10 – Presidenta Dilma Vana Rousseff	70
Figura 11 – Mapa de localização do Município de Mamborê no Estado do Paraná.	75
Figura 12 – Unidade Regional de Sanidade Agropecuária – URS de Campo Mourão.....	76
Figura 13 – Mapa de vereadoras eleitas no Município de Mamborê.	77
Figura 14 – Entrevista com Olga Antônia Brunetta	93
Figura 15 – Entrevista com Deomira Brunetta.....	101
Figura 16 – Márcia Regina Wansovicz Matozo.	106
Figura 17 – Entrevista com Sandra da Silva Nascimento Agostinho.....	112
Figura 18 – Entrevista com Maria Thereza Pereira Murback.	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Listagem completa das candidaturas trans, travestis e não binárias – 2022.....	56
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de candidatas e eleitas para o Legislativo no município de Mamborê-PR (1961- 2020).	85
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para a Câmara dos Deputados nos pleitos de 2018 e 2022.	59
Gráfico 2 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para o Senado Federal nos pleitos de 2018 e 2022.	60
Gráfico 3 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para o Governo dos estados brasileiros nos pleitos de 2018 e 2022.	61
Gráfico 4 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nos pleitos de 2018 e 2022.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA PÚBLICA E A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	19
1.1 Mulheres públicas e o mundo da política no município de Mamborê	26
CAPÍTULO 2 AS MULHERES NA LUTA PELA CIDADANIA.....	41
2.1 A cidadania no contexto brasileiro.....	42
2.2 Inclusão das mulheres na política brasileira	47
2.3 A diversidade de gênero na política eleitoral.....	51
2.4 Dilma Vana Rousseff - A mulher que conquistou o mais alto cargo na política nacional.....	65
CAPÍTULO 3 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ NA POLÍTICA ELEITORAL	75
3.1 As mulheres eleitas no Município de Mamborê.....	77
3.2 A participação efetiva das mulheres na política eleitoral do município de Mamborê	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICES.....	137
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS ESTRUTURADAS	137
ANEXOS	138
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	138
ANEXO B – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA INÍCIO	139
ANEXO B1 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	140
ANEXO B2 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	141
ANEXO B3 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	142
ANEXO B4 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	143
ANEXO B5 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA FINAL	144
ANEXO C – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA – INÍCIO	145
ANEXO C1– ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	146
ANEXO C2 – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	147
ANEXO C3– ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA CONTINUAÇÃO	148

ANEXO C4 – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA CONTINUAÇÃO ..	149
ANEXO C5 – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA – FINAL.....	150
ANEXO D – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA NASCIMENTO AGOSTINHO – INÍCIO	151
ANEXO D1 – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA NASCIMENTO AGOSTINHO – CONTINUAÇÃO	152
ANEXO D2 – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA NASCIMENTO AGOSTINHO – CONTINUAÇÃO	153
ANEXO D3 – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA NASCIMENTO AGOSTINHO – FINAL.....	154
ANEXO E – ATA DE POSSE DA VEREADORA MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK – INÍCIO	155
ANEXO E1– ATA DE POSSE DA VEREADORA MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK – FINAL.....	156

INTRODUÇÃO

Sou professora no Município de Mamborê-PR desde 1988. Graduada em Geografia e Pedagogia, busco sempre aprender mais. Constantemente estudando, sempre almejei cursar Mestrado. Enquanto a oportunidade não surgia, estudei e concluí cinco Pós-Graduações - *Lato Sensu*: Planejamento Geoambiental, Gestão Escolar, Educação Especial Inclusiva, Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação a Distância. Ainda sem concluir: Altas Habilidades/Superdotação. Estive Secretária de Cultura e Esporte do município por três anos e em 2020 fui candidata a vereadora (não eleita) pelo partido Democrático Trabalhista – PDT. Estive diretora (cargo eletivo) na Escola Municipal Professora Elizabete das Neves Teixeira Fernandes, no ano de 2023. Atualmente, exerço o cargo de coordenadora pedagógica da Educação Especial e Educação Infantil, na mesma escola. Recentemente assumi concurso público na rede Estadual do Paraná, na função de Pedagoga, no Colégio Estadual João XXIII, no município de Mamborê-PR.

Em 2020, inconformada com algumas situações presentes no mundo da política, decidi colocar meu nome a disposição do eleitorado para compor o Legislativo Municipal. Convicta na minha decisão, cheguei a mudar de partido para registrar a candidatura, visto que, o partido ao qual era filiada (PT) Partido dos Trabalhadores, não conseguiu formar chapa para disputa eleitoral. Então, filiei-me ao PDT por entender que este tinha bases ideológicas parecidas com as do (PT). Participei ativamente da campanha eleitoral. As reuniões políticas estavam proibidas pela Justiça Eleitoral devido a Pandemia de Covid-19. Diante disso, organizei meu plano de trabalho e com ajuda de um amigo distribuí para a população; gravei vídeos e publiquei nas redes sociais. Senti na pele as dificuldades de uma mulher participar da política, tanto que, nas minhas andanças para distribuir o material de campanha, caí em uma calçada irregular e quebrei o braço direito, uma semana antes do dia das eleições. Isso não me fez desanimar. Gravei vídeo justificando o ocorrido e procurei demonstrar para a população a importância de termos pessoas eficientes na gestão e administração do município, para que casos como os de uma calçada com degraus, por exemplo, sejam corrigidos para a segurança da população.

Determinada a buscar respostas para minhas inquietações a respeito das mulheres na política, planejei entrar para o Mestrado, no mesmo ano, (2020). Com o braço quebrado, fiquei três meses em recuperação, afastada das atividades laborais. Nesse tempo, adaptei meu computador numa altura em que eu pudesse digitar e escrevi o projeto de pesquisa sobre a

presença e participação das mulheres na política eleitoral do Município de Mamborê-PR (1960-2020). Este município, emancipado politicamente na década de 1960, realizou seu primeiro pleito eleitoral em 1961. Em sessenta anos de emancipação política, completados em 2020, foram quinze eleições. Ao todo, 131 (cento e trinta e um) homens e somente 04 (quatro) mulheres ocuparam espaço na Câmara Legislativa e duas (02) assumiram o executivo na condição de vice.

Olga Antônia Brunetta nasceu no dia 30 de junho de 1950, no Município de Herval d'Oeste – Estado de Santa Catarina. Neste município iniciou o Ensino Fundamental (antigo 1º grau) e o concluiu em Campos Novos. O Ensino Médio (antigo 2º grau) foi realizado no município de Herval d'Oeste e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina e cursou Pedagogia na cidade de Palmas, no Estado do Paraná. Logo que concluiu Pedagogia, ela precisou acompanhar seu pai e mãe idosos que residiam no município de Mamborê e por este motivo, mudou-se para o referido município. Além de cuidar de seu pai e de sua mãe, atuava profissionalmente na área da educação como professora, também foi diretora de escola, supervisora e orientadora educacional.

Em 1982 foi convidada a entrar para a política por Ivo Brunetta, candidato a prefeito na época, que também é seu primo/irmão pelo fato de os pais serem irmãos. Ela foi a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo no município. Com a quarta maior votação naquele pleito, ela foi eleita, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com 269 votos para a Câmara Municipal e tornou-se a primeira vereadora de Mamborê, entre os anos de 1983 e 1988.

Atualmente, Olga Antônia Brunetta está aposentada e reside em Luzerna, cidade do meio oeste de Santa Catarina. Sempre que pode se envolve em atividades comunitárias e serviços sociais; nas horas vagas se dedica à área da jardinagem; aprendendo e ensinando.

Deomira Brunetta é prima de Olga por parte do seu esposo, Silvestre Brunetta que é primo/irmão de Olga Brunetta, uma vez que os pais são irmãos. Foi a segunda mulher eleita para o Legislativo Municipal, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1992. Nesse ano, o pleito eleitoral contou com cinco (5) mulheres candidatas. Dessas, somente ela foi eleita, com 323 votos. Deomira nasceu em Ibicaré, Santa Catarina, em 01 de outubro de 1951. Queria ser religiosa e estudou no colégio de freiras por quatro anos e meio. Não sendo esta, porém, a sua vocação, foi estudar o Magistério em Joaçaba. E nesse mesmo município, no ano de 1974, casou-se com Silvestre Brunetta e mudaram-se para Mamborê, trabalhar em sociedade com os irmãos de Silvestre, no caso, seus cunhados. Trabalharam juntos e quando começaram a crescer no empreendimento dividiram a sociedade e cada um pegou a sua parte

para administrar. Deomira trabalhava na roça com o marido; dirigia trator, caminhão, colheitadeira e outros veículos da agricultura. Após seis anos de casada, engravidou do seu primeiro filho: Leandro Lóis Brunetta. Posteriormente teve mais dois filhos: Lilian Lúcia e Luciano Lucas.

Sempre participou da vida escolar de seus filhos e contribuía com a direção do colégio. Ajudou a fundar o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de Mamborê, assumindo a diretoria artística por oito anos. Foi presidente da Associação dos Criadores do Centro Oeste do Paraná (ACOPAR) por muitos anos. Logo em seguida, em 1992, como já ressaltado, entrou para a política e foi eleita vereadora. Na eleição seguinte, em 1996, candidatou-se a um cargo no Executivo municipal e foi eleita vice-prefeita de Mamborê.

Ao concluir seu mandato de vice-prefeita, em 2000, ela e sua família compraram terras no Estado do Piauí. Venderam as terras que tinham em Tangará da Serra (Mato Grosso) para investir nas que compraram no Piauí. Todavia, nunca se desapropriaram totalmente das terras em Mamborê, que na atualidade, estão arrendadas. As demais propriedades são administradas por seus filhos. Hoje, Deomira está aposentada e na estação do inverno, fica no Piauí, e o verão ela passa no Paraná, em Curitiba.

Márcia Regina Wansovicz Matozo nascida no dia 14/03/1965, é natural do município de Palmeira, no Paraná. Chegou em Mamborê para trabalhar como Assistente Social, sua profissão de formação acadêmica. Também foi Secretária Municipal de Saúde e no ano de 2008 foi convidada a se candidatar como vice-prefeita na chapa com Henrique Sanches Salla. Embora sua chapa eleitoral tenha ficado em segundo lugar no número de votos, assumiram o Executivo temporariamente por causa de um problema na justiça eleitoral ocorrido com o primeiro colocado. Quando a situação foi resolvida, a chapa eleita em primeiro lugar assumiu o comando do município, e por ser uma chapa formada exclusivamente por homens, as mulheres ficaram sem representatividade no Executivo, naquela ocasião.

Na sucessão de mulheres eleitas para o Legislativo Municipal, em 2012, Sandra da Silva Nascimento Agostinho elegeu-se pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 277 votos. Ela também foi candidata a prefeita em 2016, porém, não eleita. Sandra nasceu no dia 09/04/1975, em Mamborê, onde ainda reside. Casada com Celso Agostinho, tem um filho: João Pedro. Trabalhou na área comercial, financeira e realizou trabalhos voluntários voltados à evangelização, e se denomina católica. É graduada em Administração, com especialização em Administração Pública. Sandra nunca deixou de estudar enquanto exercia a função de vereadora: fez especialização em Qualidade Pública e Responsabilidade Fiscal. Ela ainda reside em Mamborê e, atualmente, trabalha como diretora do Departamento de Indústria e

Comércio do município de Mamborê.

Em 2020, nas últimas eleições municipais, foi a vez de Maria Thereza Pereira Murback. Ela foi eleita com 293 votos. Nasceu em 26 de fevereiro de 1979, na cidade de Campo Grande (MS). Filha de Waldeir Murback e Eneida Romanha Pereira, é neta de pioneiros. Com pouco mais de 1 ano de idade, mudou-se com seu pai e sua mãe para a zona rural de Mamborê. Estudou os primeiros anos escolares na Escola Jonas Camargo, escola rural situada na propriedade da família. Concluiu os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos Colégios Estaduais Rui Barbosa e João XXIII, respectivamente, em Mamborê. Formada em Pedagogia, em 2009, pela FECILCAM (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão). Tem Pós-Graduação em Didáticas e Metodologia do Ensino. É professora da rede municipal de ensino, e nessa pasta já atuou como coordenadora pedagógica em 2013, diretora escolar, em 2016, e Secretária Municipal de Educação, entre 2017 e 2019. Em 2020 foi eleita vereadora pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com a quarta maior votação, estando em seu primeiro mandato. Em 2023 formou-se no curso de Direito pelo Centro Universitário Integrado, em Campo Mourão.

Verifica-se que o município de Mamborê apresenta, historicamente, um índice muito baixo de mulheres no exercício do poder, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Da comparação entre os gêneros, nota-se um contexto preponderantemente masculino nesses espaços. A insatisfação com esse baixo índice de mulheres na política eleitoral do município, foi o que me motivou a essa pesquisa, e fazendo uso das metodologias da História Oral e da História Pública busco compreender as questões de gênero, as dificuldades encontradas pelas candidatas durante a campanha eleitoral, bem como as suas vivências e os desafios enfrentados na gestão pública.

Além disso, o entusiasmo por este tema assomou-se pela experiência vivenciada nas últimas eleições municipais (pleito de 2020), quando fui candidata a vereadora. Nesse contexto foi possível perceber algumas dificuldades nas candidaturas femininas. Houve uma notória preocupação por parte dos presidentes de partidos para atingir a cota eleitoral - (30%) trinta por cento. Esses fatores despertaram em mim o desejo de pesquisar e registrar como foi a presença e participação de mulheres na política eleitoral do município de Mamborê, nos últimos (60) sessenta anos, tendo como enfoque a história dessas mulheres e das relações de gênero.

Esta investigação tem como objetivo analisar a presença e participação das mulheres na política eleitoral, compreendendo seus protagonismos, trajetórias e dificuldades enfrentadas no âmbito da política. Para fins de delimitação espaço-temporal, nos debruçamos

sobre a política-eleitoral de Mamborê (PR) desde 1960, ano de sua emancipação política, culminando com o último pleito eleitoral de 2020.

Desta forma, nosso objeto de estudo é discutido e apresentado sob a perspectiva da História Pública. O primeiro momento da pesquisa destina-se ao levantamento das fontes. Nessa etapa realizamos a verificação das fontes pelo acervo do *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), com o intuito de organizarmos os fatos ocorridos no passado, relacionando-os ao tempo presente, no que se refere a presença e participação das mulheres na política. Em seguida, o levantamento bibliográfico por meio de livros e artigos em relação à temática; análises das bibliografias relacionadas ao tema com vistas à verificação das particularidades da pesquisa, tais como a proporcionalidade de mulheres eleitas em níveis Federal, Estadual e Municipal.

A História Oral, enquanto prática teórica e reflexiva em História Pública, tem sido um instrumento metodológico para a realização de entrevistas que vão além da simples coleta e transcrição das memórias. É com o diálogo e com escuta sensível da fala que podemos promover, junto às entrevistadas, reflexões históricas mediante socialização de suas experiências pessoais, sociais e políticas, e para isso, nos pautamos nas contribuições dos escritos de Marieta de Moraes Ferreira (1994). Realizamos entrevistas com as 05 (cinco) mulheres eleitas, na busca de compreender suas experiências em relação às participações públicas no processo eleitoral.

Na historiografia, as discussões em torno das mulheres na política, bem como as relações de gênero, são refletidas a partir de estudos sobre a história das mulheres na política brasileira em múltiplas esferas, desde as primeiras inclusões até a contemporaneidade. Para este fim, dialogamos, especialmente, com as produções de Flávia Biroli, Joana Maria Pedro, Lívia Nascimento Monteiro e Marta Gouveia de Oliveira Rovai. Compreendendo que a História Pública é realizada com a participação do público, nos pautamos nas reflexões do historiador Ricardo Santhiago (2016) e nas perspectivas do conceito de autoridade compartilhada de Michael Frish (2016), que serviu de aparato teórico-metodológico para a realização das ações colaborativas com o público – diálogos e entrevistas - na busca de informações e coprodução da história acerca da temática, também voltadas para o público.

A reduzida representatividade feminina no espaço político não acontece apenas no município de Mamborê-PR. De uma forma geral, podemos verificar uma nítida desproporção em detrimento da presença e participação das mulheres em todo o território brasileiro. Há razões e raízes históricas para as desigualdades de gênero e para a violência política de gênero. As mulheres, por muito tempo foram impedidas de votar e de serem votadas, sendo

destinadas a elas, a nós, as atividades do cotidiano doméstico. No Brasil, por exemplo, durante um longo período as mulheres não tiveram direito ao voto, somente o alcançando em 1932. O sufrágio, maior expressão da cidadania, por décadas esteve como prerrogativa masculina.

Embora tenha havido conquistas de direitos no cenário político, a participação das mulheres ainda é muito reduzida em relação a dos homens. Esse fenômeno se verifica em todos os níveis federativos, isto é, federal, estadual ou municipal. O que se percebe, ainda no tempo presente, é uma mínima presença e atuação das mulheres no campo político-eleitoral. Esse processo de ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, cresceu paralelamente a uma luta exaustiva que se estende até a atualidade e será discutido na pesquisa, correlacionando-o com a realidade política eleitoral do município de Mamborê-PR.

Esperamos que o debate do tema promovido por nossa pesquisa, possa servir de acervo para outros estudos, seja instrumento de disseminação do conhecimento histórico, em torno da participação das mulheres na política. E a partir do processo de pesquisa, produzimos um material audiovisual – documentário – intitulado: “Mamborê – cinco eleitas em seis décadas. Quem são elas?”¹ A produção do documentário foi feita numa ação colaborativa com o público - relatos das mulheres entrevistadas - e para o público, numa dimensão de história pública, almejando não apenas a divulgação de conhecimento histórico, como também a possível transformação social, evidenciando o protagonismo de mulheres na política eleitoral e na história local do município.

Além disso, esperamos que o material audiovisual produzido alcance diversos públicos, e para isso, já compartilhamos a pesquisa sob forma de texto jornalístico², também a apresentamos para o quadro de professores(as) da rede básica de educação do município de Mamborê e estamos organizando uma futura exibição para o público em geral, na Câmara Municipal de Mamborê. Tudo isso para devolutiva da pesquisa com a participação das mulheres entrevistadas, num espaço de diálogo e reflexão junto à comunidade.

Para maior visibilidade e apreciação do grande público, o documentário será disponibilizado no ciberespaço - redes sociais da pesquisadora, da Câmara e da Prefeitura Municipal. Desta forma, tornar-se-ão públicas as memórias das participações das mulheres na política eleitoral do município de Mamborê, o que certamente ampliará o conhecimento coletivo acerca das experiências vivenciadas por elas. Assim, esperamos aguçar o imaginário e reavivar a memória da população, ressaltando para atuais e futuras gerações a importância da participação feminina nos espaços de decisões.

¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LC1711-akfYosVZFvAPFvHWBVpmOf2Ar/view?usp=sharing>

² Disponível em: <http://tinyurl.com/yw6hpzts>

A estrutura da dissertação é composta de três capítulos. No primeiro capítulo discutimos a História Pública, a História Oral e a importância das fontes orais nessa pesquisa. As reflexões têm apoio, fundamentalmente, nos estudos das historiadoras Lívia Nascimento Monteiro, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Marieta de Moraes Ferreira, Janaina Amado e Juniele Rabelo de Almeida, e dos historiadores Ricardo Santhiago, Michael Frisch, Alessandro Portelli, e Thomas Cauvin, para embasar as discussões no que se refere à propagação da História Pública, sua função social, a relação com outras áreas do conhecimento e a autoridade compartilhada na produção, reprodução e apropriação do conhecimento histórico. Vinculado a esses conceitos, trazemos questões sobre a história das mulheres dentro e fora da esfera política com as autoras Joana Maria Pedro, Maria Ignez S. Paulilo, Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Lívia Nascimento Monteiro. O capítulo encerra-se com a apresentação das mulheres públicas no município de Mamborê-PR e a correlação com o mundo da política.

No capítulo dois, abordamos a luta das mulheres pela cidadania. Delimitamos como recorte temporal o primeiro Código Eleitoral de 1932. Conceitualmente, partimos da definição de cidadania tal como exposto por Thomas Humphrey Marshall, José Murilo de Carvalho e Jaime Pinsky. Discutimos conceitos de gênero e a sua diversidade na política eleitoral, considerando, fundamentalmente, fatores como a interserccionalidade. Contextualizamos a inclusão das mulheres na política em nível nacional com os movimentos feministas que introduziram as primeiras mulheres na vida pública. Trazendo dados de órgãos como os do TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná), problematizamos a questão das desigualdades de gênero na política eleitoral, tomando como exemplo a trajetória de Dilma Vana Rousseff – a mulher que conquistou o mais alto cargo na política nacional, e as dificuldades encontradas por ela e também pela grande maioria das mulheres no mundo da política. Para isso faremos menção às pesquisas de Gisele Mascarelli Salgado, Shuma Schumacher e Antonia Ceva, Rachel Soihet, Joan Wallach Scott, Maria Ignez Paulilo, Flávia Biroli, Carla Bassanezy Pinsky, Joana Maria Pedro, Lívia Nascimento Monteiro, Angela Davis e Kimberlé Crenshaw.

O capítulo três, por fim, trata do contexto histórico do município de Mamborê-PR na política eleitoral, analisando as entrevistas das mulheres eleitas, protagonistas desta pesquisa, discutindo suas trajetórias, obstáculos enfrentados, ações desenvolvidas durante suas vivências e participação na política eleitoral do município.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA PÚBLICA E A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os historiadores têm sempre um público - mesmo que seja um nicho de poucos especialistas. No entanto, a história pública encoraja a divulgação a grandes - e muitas vezes não acadêmica - audiências através de múltiplos meios de comunicação. (Thomas Cauvin)

Para começar, ressaltamos que existem várias maneiras de se fazer história. Uma delas é por meio da História Pública, que primeiramente surgiu nos Estados Unidos, em 1970, com o objetivo de ampliar o campo de trabalho de historiadoras e historiadores recém-formados, que enfrentavam à época a crise do desemprego. Profissionais que passariam a atuar e levar o conhecimento acadêmico para fora da academia. Já na Austrália, em 1990, a preocupação não era apenas com a questão empregatícia dos(as) profissionais de história, mas também, com o público e de como estava absorvendo a produção histórica. Na Grã-Bretanha pensou-se nas classes populares, na memória coletiva do público. Ousaram também, a fazer uso da história oral como recurso primordial na constituição histórica da própria comunidade.

No Brasil, esse movimento em direção ao público começa em 2011 e tem seus fundamentos no modelo da História Pública americana. O historiador Ricardo Santhiago é umas das referências nos estudos de História Pública no território brasileiro. Para Santhiago (2016), a expressão História Pública é ainda muito recente, embora já existisse na sociedade brasileira de forma subjetiva. Passou a ser entendida a partir de intensos estudos da comunidade científica brasileira que foram amplamente divulgados sob forma de palestras, entrevistas, artigos, dossiês, centros de memória, museus, arquivos, televisão, rádio, cinema, teatro, editoras, jornais, revistas, cursos livres, além dos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

A Lei 14.038/2020, que regulamentou a profissão de historiador(a), também contribui e muito com a expansão da História Pública. A origem da proposta legislativa remonta ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) que teve como justificativa explícita o destaque da expansão das atividades profissionais das pessoas que dispõem de curso superior em História:

O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística (BRASIL, 2009, p.3).

Como resultado dessas e de outras atividades sociais, a História Pública, intensamente estudada na atualidade, está ocupando seu espaço e consolidando sua importância, inclusive com a formação da Rede Brasileira de História Pública – RBHP, em 2012.

Diante disso, compreendemos que esse campo da história tem uma função social - engajar o público na produção, reprodução e apropriação do conhecimento histórico. Para Santhiago (2016), a História Pública é um campo da História capaz de produzir e divulgar o conhecimento para além da academia; uma prática realizada com a participação do público. Para o autor há quatro formas de produzir e consumir a História Pública: “com o público” – uma história colaborativa; “para o público” – ligação entre a academia e o público, podendo-se usar diferentes linguagens: escrita, falada e visual; “pelo público” – o(a) historiador(a) intermedia o conhecimento do público com a linguagem acadêmica e transforma-o em conhecimento científico. Neste caso, o público constitui-se em fonte ativa essencial para a construção do saber acadêmico. E, por fim, “história e público” – como os saberes de diferentes públicos podem se relacionar com a História Pública. Importante aqui estabelecer conexões com outras áreas (Jornalismo, Literatura, Geografia, entre outras) e incorporar esses saberes ao conhecimento histórico.

Mas fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente. (ALMEIDA; ROVAI. 2011, p. 07).

Como alertam as autoras, é com base nessa função social da História Pública que estamos sistematizando o estudo sobre a presença e participação das mulheres na política eleitoral do Município de Mamborê, ou seja, uma história feita “com” o público, com as mulheres protagonistas desta pesquisa. E além disso, uma história feita “para” o público, a partir do uso de diferentes linguagens tanto na elaboração do material audiovisual – o documentário - quanto a exibição do conteúdo aos públicos e/ou audiências, com a intenção de promover maior visibilidade à trajetória dessas mulheres que fizeram e fazem história no

campo da política eleitoral, e com isso ampliar a divulgação de conhecimento histórico.

Somamos a esse raciocínio, as perspectivas de “autoridade compartilhada” de Michael Frisch, o qual refere-se ao termo da seguinte forma:

[...] na natureza da história oral e da história pública, nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado. (FRISCH, 2016, p.62),

Conforme Frisch (2016), a História Pública não deve ser entendida como um processo unilateral, pelo contrário, trata-se de uma construção coletiva, num processo dialógico. Não existe uma única autoridade no contexto, mas, sim, o compartilhamento de saberes entre as pessoas envolvidas. Autoridade compartilhada nas palavras de Frisch:

Ela sugere a relevância surpreendente dessas noções dialógicas em um mundo de história pública contemporâneo cada vez mais seduzido pelo fascínio digital das interações isoladas entre indivíduo e tela do computador ou de smartphones e, através delas, até outros indivíduos isolados, por mais que pareçam ser conectados em suas telas. Ela sugere a importância contínua – talvez, ou especialmente, numa era digital – de deslocar nosso foco da dicotomia de nós e eles colocada ao longo de uma via de mão única, até uma abordagem não dicotômica no espaço público, um deslocamento fortalecido pela autoridade compartilhada inerente à história pública. (FRISCH, 2016, p. 68).

A historiadora e o historiador devem agir como mediadores(as) que estabelecem vínculos com o público fora do espaço acadêmico, por meio de diálogos dinâmicos e diversas linguagens. Assim, adapta-se a linguagem ao público despertando reflexões importantes na aquisição de conhecimento histórico. Para estabelecer vínculos com o público nessa investigação, faremos uso da História Oral. Esta constitui-se em um recurso importantíssimo no âmbito da História Pública. Passou a ser utilizada por historiadores(as) brasileiros(as) ainda na década de 1980, mas, foi a partir dos anos de 1990 que ganhou notoriedade, principalmente com a implantação da Associação Brasileira de História Oral. Marieta de Moraes Ferreira, relata os primeiros trabalhos com História Oral no Brasil:

Os anos 80 representaram, no campo acadêmico, a consolidação de vários programas de pós-graduação em história e ciências sociais, multiplicando-se as teses de mestrado e doutorado. Jovens pesquisadores autônomos passaram a produzir suas pesquisas com história oral explorando temáticas como a classe trabalhadora brasileira, a história de bairros, as minorias e grupos discriminados, como negros e mulheres. (FERREIRA, 1994, p.11).

Como podemos constatar, a História Oral é um recurso bastante aplicado na História

Pública. Divide-se em História Oral de vida, História Oral temática, tradição oral e história oral testemunhal. Enquanto prática teórica e reflexiva, possibilita a realização de entrevista pública, uma estratégia com capacidade de criar conexão com o público. Utilizaremos a história oral temática, visto que, ela vai além da simples coleta e transcrição das memórias e se desenvolve com foco em um tema – neste caso, a política. Alessandro Portelli enfatiza a importância das fontes orais:

(...) o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem. (PORTELLI, 2016, p. 18).

Ancoradas nisso, recorreremos às fontes orais, por meio de entrevistas estruturadas, com roteiro prévio. Elas são indispensáveis para os estudos dessa temática, considerando que existem poucos registros acerca do protagonismo das mulheres na esfera política do município. Essa metodologia possibilita a escuta sensível da fala, a coleta e análise das entrevistas cedidas pelas mulheres protagonistas, bem como é de grande valia para a produção do material audiovisual – documentário – como um desdobramento do processo de pesquisa. Este material audiovisual consiste em uma forma de representação da história e contribuirá para a divulgação a amplos públicos e/ou audiências, a trajetória das mulheres que já ocuparam ou ocupam cargo político no município de Mamborê, no estado do Paraná, fomentando junto ao público, reflexões históricas no que se refere à presença e participação das mulheres na política eleitoral do município.

O historiador Thomas Cauvin (2019), explica que a História Pública tem como característica principal, um sistema interligado. Para essa explicação ele faz uma analogia com a figura de uma árvore e suas partes com funções definidas. Desta forma também podemos correlacionar a nossa pesquisa, uma vez que ela não se constitui apenas em uma história para os públicos, mas, com os públicos. Então, tendo como base os estudos de Cauvin (2019), no qual buscamos representar as especificidades da temática dessa pesquisa desenvolvida no âmbito da História Pública, ilustramos com a figura a seguir:



Figura 1 – Árvore do conhecimento da História Pública Cauvin (adaptada de CAUVIN, 2020).
 Fonte: Produzida pela autora no *Canva*.

Quanto às raízes da árvore do conhecimento elaborada por Cauvin, podemos compará-las com as diversas fontes históricas que utilizamos: sites, reuniões, revistas, entrevistas, audiência pública, fotografias e atas de posse das mulheres eleitas. Ao tronco da árvore correlacionamos a sustentação teórica da pesquisa, ou seja, os (as) autores (as) nos quais nos fundamentamos. Para a História Oral nos referenciamos em Janaína Amado, Marieta de Moraes Ferreira e Alessandro Portelli. Em relação a História Pública buscamos interpretações de Ricardo Santhiago, Michael Frish, Juniele Rabelo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai e o próprio Thomas Cauvin. Para as discussões que envolvem

gênero e política apoiamo-nos em estudos de Joan Wallach Scott, Maria Ignez Paulilo, Flávia Biroli, Carla Bassanezy Pinsky, Joana Maria Pedro e Lívia Nascimento Monteiro. No que concerne as discussões sobre cidadania pautamo-nos em estudos de Thomas Humphrey Marshall, José Murilo de Carvalho e Jaime Pinsky. Aos galhos, equiparamos a produção da dissertação e a elaboração do documentário: “Mamborê – cinco eleitas em seis décadas. Quem são elas?” Isso numa perspectiva de autoridade compartilhada, feita com o público. Além do mais, nossa proposta é que os resultados da pesquisa – tanto a dissertação quanto o documentário - sejam disseminados para a comunidade, numa dimensão da história pública, por diferentes dispositivos, tais como: rádio, ciberespaço e a Web 2.0³. As folhagens assemelhamos à transformação social que esperamos com a produção e divulgação da dissertação e do documentário. Mudança social ao ponto de haver a participação de mais mulheres na política eleitoral do município de Mamborê-PR, e que, as mulheres possam ocupar mais funções públicas no mundo da política e em outros espaços de decisões.

A valorização da história das mulheres dentro e fora do mundo da política precisa ser uma realidade. As mulheres sempre tiveram suas lutas, no entanto, em variados contextos, poucas vezes foram historicizadas e publicadas, fato este que gera a invisibilidade das mulheres dentro e fora do mundo da política. Verifica-se que a reduzida representatividade feminina no espaço político não acontece apenas no município de Mamborê-PR. De uma forma geral, constata-se uma nítida desproporção em detrimento da presença e participação das mulheres no âmbito da política em todo o território brasileiro.

Por muito tempo, nós mulheres fomos vistas como inferiores aos homens, um exemplo disso se refere à remuneração. Ao trabalho desempenhado por homens se paga mais do que ao trabalho desenvolvido por mulheres. A generalização de que as atividades que demandam força física são reservadas aos homens, enquanto as mulheres, tidas como fracas ficam com as atividades do cotidiano doméstico, é reflexo de uma sociedade patriarcal que limita as mulheres ao mundo doméstico de forma impositiva e submissa, negando a elas, nós, a participação na política e em outros espaços de poder. Como se nós, mulheres, não tivéssemos capacidade intelectual para decidir. Por isso nos impedem; legislam e mandam por nós. A autora Maria Ignez Silveira Paulilo em seu texto “O peso do trabalho leve” define essa justificativa discriminatória da sociedade:

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato.

³ “segunda geração da rede mundial de computadores” (LUCCHESI, 2014, p.47).

Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas. (PAULILO, 1987, p.4).

Essa desigualdade entre homens e mulheres ocorre em todas as esferas sociais, inclusive no âmbito da política, em que as mulheres são fadadas a ocupar pouquíssimos lugares e as que ocupam, enfrentam muitas dificuldades, inclusive a violência política de gênero. Os homens parecem não aceitar as mulheres ocupando espaços de decisões ou mando político. Nesse sentido, as autoras Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Livia Nascimento Monteiro destacam que:

A história da participação de mulheres na vida pública e das relações de gênero na vida privada tem sido a história do desenvolvimento de relações de poder, hierárquicas e discriminatórias, pautadas pela divisão social por sexo, raça e classe, entre tantos outros marcadores transformados, muitas vezes, em estigmas para desqualificar e silenciar. Durante os muitos anos de nossa história, questões relacionadas às mulheres foram ignoradas ou tratadas como secundárias nos registros e no debate público, diante de ações masculinas, consideradas épicas e heróicas, mesmo quando relacionadas a movimentos coletivos de resistência. (ROVAI; MONTEIRO, 2020, p. 211).

Percebe-se que desde as primeiras iniciativas em que se tentou estabelecer uma forma democrática de governo, a participação das mulheres nos espaços públicos decisórios fora dificultada, quando não obstaculizada. É o que se depreende do trabalho da historiadora Joana Maria Pedro:

Destaca-se que grande parte das mulheres brancas, urbanas e de camadas médias e elite, que lutaram pelo direito ao voto, no Brasil, tinham uma posição conservadora: entendiam que o voto não era para todas. Em 1932 foi aprovado o voto apenas para mulheres alfabetizadas e não era obrigatório. Inúmeras mulheres ficaram de fora das eleições, apenas em 1985 o voto foi estendido às pessoas analfabetas. (PEDRO, 2023, p. 82).

Nesse aspecto, é importante considerar a luta das mulheres em movimentos sociais para maior participação em espaços de decisões, justiça social, igualdade de gênero, entre outros direitos. Direito de votar e serem votadas, e que devem ser para todas as pessoas, sem distinção de gênero, etnia/raça, classe social, geração, sexualidade. No entanto, embora as mulheres constituam a maioria do eleitorado brasileiro, não expressa essa mesma proporcionalidade em números de candidatas, muito menos de eleitas. Por isso, faz-se necessária a luta por maior presença e participação de mulheres na política, conforme

demonstramos nesta pesquisa.

1.1 Mulheres públicas e o mundo da política no município de Mamborê

Sendo uma pesquisa feita “com” o público, adotamos a metodologia da história oral e realizamos entrevistas com as 05 (cinco) mulheres eleitas para o legislativo/executivo do município de Mamborê, no estado do Paraná. Entre os anos de 1960 e 2020, foram eleitas: Olga Antônia Brunetta, Deomira Brunetta, Sandra do Nascimento Agostinho, Márcia Regina Wansovicz Matozo e Maria Thereza Pereira Murback.

Verificamos que em 1982, apenas duas mulheres se candidataram: Olga Antônia Brunetta, que obteve (269) duzentos e sessenta e nove votos, e Olinda de Oliveira Gonçalves, que recebeu (82) oitenta e dois votos. Destas, somente Olga Antônia Brunetta conquistou votos suficientes para ser eleita. Essa eleição foi a primeira em que houve participação de mulheres no âmbito municipal. O candidato mais votado ficou com (321) trezentos e vinte e um votos e o ocupante da última vaga conseguiu (231) duzentos e trinta e um votos.

Olga Antônia Brunetta, portanto, desponta como a primeira mulher eleita no município de Mamborê para a Câmara de Vereadores. Solteira na época, de cor/raça branca, integrante de uma família numerosa, já conhecida na política e de posses no município. Ela também desempenhava trabalho social na comunidade. Olga decidiu entrar para a política eleitoral naquele mesmo ano de 1982. No entanto, sua candidatura não foi uma ideia espontânea. Olga foi convidada por um dos candidatos a Prefeito da época, Ivo Brunetta, que era seu primo/irmão, pelo fato de os pais serem irmãos. Isso demonstra que algumas famílias dominam as esferas do poder. No Brasil, a manutenção de famílias políticas no poder é algo que se estende por gerações.

De acordo com Olga, Ivo gostaria de ter uma mulher entre as candidaturas, ampliando o número de vereadores que o apoiavam e queria que fosse ela. Sem pretensões políticas, Olga aceitou com o intuito de ajudar o Prefeito a se eleger e, caso isso acontecesse, gostaria de desenvolver um bom trabalho, de forma que Mamborê se destacasse, conforme relata durante a entrevista concedida exclusivamente para esta pesquisa:

Eu tomei essa decisão na verdade com o objetivo de auxiliar na campanha do prefeito na época. É, eles precisavam e gostariam de ter uma mulher como candidata. Fui a única candidata lá na nossa coligação, né, alguém que aceitou, mas assim, o meu objetivo era - vamos participar para eleger um prefeito e nos empenharmos a desenvolver um trabalho diferenciado, que destacasse Mamborê, que marcasse história e quando eu vi eu era realmente candidata. (OLGA, 2023).

Após a eleição, com a vitória dela como vereadora e do Prefeito, assim como tinham planejado, Olga continuou realizando o trabalho social que já realizava no município antes de se candidatar, inclusive seu trabalho na escola, como professora. Naquela época, Mamborê ainda era um município novo, tinha aproximadamente vinte e dois anos de emancipação política e era a primeira vez que uma mulher ocupava o Legislativo. Durante seu mandato ocorreram importantes realizações que contaram com a sua participação, entre elas, a implantação da Comarca de Mamborê; a construção do Fórum; e a formulação dos símbolos municipais (a bandeira, o brasão e o hino de Mamborê).



Figura 2 – Olga Antônia Brunetta (santinho de campanha)
Fonte: Doutor Arnaldo Antônio Barszcz - arquivo pessoal.

Olinda Oliveira Gonçalves é também uma mulher aguerrida que se lançou candidata ao cargo de vereadora na época (pleito de 1982), em outra chapa eleitoral. Ela conquistou (82) oitenta e dois votos pelo Partido Democrático Social (PDS) e ficou de suplente, visto que a última vaga foi ocupada com 231 votos.



Figura 3 – Olinda Oliveira Gonçalves (santinho de campanha)
Fonte: Doutor Arnaldo Antônio Barszcz - arquivo pessoal.

Nas eleições de 1988, outra vez, duas mulheres se candidataram: Nadir Moisa da Silva, que obteve (161) cento e sessenta e um votos, e Orcelina de Paula Aldrigue, que recebeu (53) cinquenta e três votos, sendo que neste pleito não houve mulheres eleitas. Nessa

eleição, o vereador mais votado conseguiu (397) trezentos e noventa e sete votos e o eleito com o menor número de votos recebeu (234) duzentos e trinta e quatro.

Em 1992, cinco mulheres lançaram candidaturas para o Legislativo, colocando seus nomes à disposição do eleitorado: Dalziza Aparecida da Silva, que obteve (76) setenta e seis votos; Deomira Brunetta que recebeu (323) duzentos e trinta e dois votos; Ivone da Silva França, que conquistou (123) cento e vinte e dois votos; Maria de Lurdes Moraes de Azevedo, que alcançou (51) cinquenta e um votos e Solange Aparecida Guimarães que obteve apenas (15) quinze votos. Mesmo com um percentual maior de candidaturas de mulheres, em relação aos pleitos anteriores, tal qual em 1982, novamente a única mulher eleita foi: Deomira Brunetta, com trezentos e vinte e três votos, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O vereador eleito com maior número de votos atingiu (611) seiscentos e onze votos. O que conquistou a última vaga no legislativo nessa eleição ficou com (196) cento e noventa e seis votos.



Figura 4 – Deomira Brunetta (a direita) - foto atual/2023
Créditos da foto: Celso Agostinho (2023).

Nas eleições de 03 de outubro de 1996, já com a Lei Federal nº 9.100 de 1995 em vigor, e o previsto no Art. 11, parágrafo terceiro, de que “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”, sendo a primeira legislação, no Brasil, a prever cota de gênero para as candidaturas, houve um aumento no número de candidatas de (5) cinco para (11) onze, nas eleições municipais em Mamborê-PR. Neste pleito, concorreram para o legislativo: Roni Amélia Ianik Tibúrcio, que

obteve (176) cento e setenta e seis votos; Anamaria da Cunha Vargas (157) cento e cinquenta e sete votos; Elza Manfrin Coelho (139) cento e trinta e nove votos; Rosângela Batista Lins (42) quarenta e dois votos; Célia de Sá (45) quarenta e cinco votos; Dalziza Aparecida da Silva (13) treze votos; Eronilda Oliveira da Veiga (11) onze votos; Divina das Dores Silva Nogueira (10) dez votos; Solange Aparecida Guimarães com (7) sete votos; Lourdes Aparecida Cardoso Radonski (2 dois votos) e Nadir Lima Fernandes com apenas (1) um voto. Mesmo havendo aumento no número de candidatas, não houve eleitas. Nessa eleição, o candidato mais votado conquistou (618) seiscentos e dezoito votos.

No ano 2000, a quantidade de candidatas caiu para seis: Luiza Aparecida Manosso Barszcz não se elegeu, mas, foi a mulher mais votada. Ela recebeu (121) cento e vinte e um votos. Elza Manfrin Coelho obteve (71) setenta e um votos; Sonia Maria Detumim Carneiro conquistou (43) quarenta e três votos; Zilma Aparecida Almeida Lara obteve (13) treze votos; Vera Lúcia Andrade Lopes de Samudio alcançou (11) onze votos; e Dalva Ferreira da Silva apenas 9 (nove) votos. Nesse pleito eleitoral, novamente, nenhuma mulher foi eleita. O candidato eleito mais votado alcançou (501) quinhentos e um votos, e o eleito com menor número atingiu (275) duzentos e setenta e cinco votos. Conclui-se neste caso que faltaram mais de 150 votos para que uma mulher fosse eleita.

Nas eleições municipais de 2004, foram doze candidatas ao legislativo: Geni Aparecida de Souza obteve (156) cento e cinquenta e seis votos; Tereza Pastuczenko dos Santos conquistou (131) cento e trinta e um votos; Marlene de Souza Kloster (122) cento e vinte e dois votos; Soely Maria das Graças Yamada recebeu (103) cento e três votos; Leonina Camargo Vieira (60) sessenta votos; Evanir dos Santos com (42) quarenta e dois votos; Terezinha Guilherme Batasim (38) trinta e oito votos; Leila Daiane Pelosi (35) trinta e cinco votos; Zeli Martins, com (17) dezessete votos; Juraci Amorim da Silva com (16) dezesseis votos; Marilda Aparecida Silva com apenas (10) dez votos. E Marlene Sagan não obteve nenhum voto. Desta vez, também não houve mulheres eleitas. O primeiro colocado entre os eleitos atingiu (773) setecentos e setenta e três votos e o último colocado, (239) duzentos e trinta e nove votos.

Nas eleições de 2008, onze mulheres marcaram presença na campanha eleitoral com candidaturas: Rosilene Detoni (131) cento e trinta e um votos; Nilza Aparecida Alves Ferreira Sehaber (119) cento e dezenove votos; Marilda Aparecida da Silva (68) sessenta e oito votos; Edna Rodrigues Guimarães (64) sessenta e quatro votos; Ivanira da Silva Rosi (54) cinquenta e quatro votos; Ana Rosa Maciel Franco (50) cinquenta votos; Carla Maria Miranda Appelt (37) trinta e sete votos; Maria Tereza Santana Godoy (26) vinte e seis votos; Vera

Lúcia Marinho da Silva, com (24) vinte e quatro votos; Vera Lúcia Andrade Lopes (16) dezesseis votos e Edna Pereira de Abreu (0) zero votos. Novamente, nenhuma delas obteve votos suficientes para conquistar uma vaga no Legislativo municipal. O vereador eleito mais votado conquistou (744) setecentos e quarenta e quatro votos e o menos votado ficou com (328) trezentos e vinte e oito votos.

Neste pleito de 2008, aconteceu a primeira candidatura de uma mulher ao cargo do Executivo municipal. Trata-se de Neide dos Santos Salvador, que encabeçou uma chapa com o candidato a Vice-Prefeito – Claudinei Calori de Souza, ficaram em terceiro lugar na corrida eleitoral, com (2.103) dois mil, cento e três votos. Neste mesmo pleito eleitoral, Tereza Pastuczenko dos Santos, também se lançou candidata ao Executivo, no cargo de vice-prefeita, com o então candidato a prefeito Jorge Ricciardi. Ficaram em quarto lugar, com (946) novecentos e quarenta e seis votos.

Outra mulher que se destacou nas eleições de 2008 foi Márcia Regina Wansovicz Matozo, que se candidatou ao cargo de vice-prefeita na chapa do então candidato Henrique Sanches Salla, que almejava a reeleição. Conquistaram (2.332) dois mil, trezentos e trinta e dois votos, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ficaram em segundo lugar para o Executivo municipal. Ao tempo daquela eleição, porém, a chapa do candidato a prefeito mais votado - Ricardo Radomski e vice Sebastião Antônio Martinez, concorreu *sub judice* e, devido à sua elegibilidade pendente, a chapa de Márcia Regina Wansovicz Matozo, embora tenha ficado em segundo em número de votos, foi diplomada e ela empossada como vice-prefeita.

Márcia Regina, mulher branca, assistente social de formação, foi professora universitária, trabalhou na assistência social do município e exerceu o cargo de Secretária Municipal de Saúde, antes de ser vice-prefeita do município. Em entrevista concedida para esta pesquisa, Márcia Regina relata sobre sua decisão de se candidatar:

Na verdade, eu acredito que as pessoas que se envolvem politicamente, elas trazem isso já no seu sangue e na vida, né. Eu aprendi com meu pai no decorrer da minha vida a sempre trabalhar e ajudar o próximo, né. E como Assistente Social, não poderia ser diferente. Então, os amigos, né sugeriram na época pra que eu me envolvesse politicamente porque eu tinha um potencial para contribuir para o desenvolvimento do município, né. O conhecimento como Assistente Social, eu tinha sido Secretária Municipal de Saúde, professora de Universidade do curso de Serviço Social, né. Então eu já tinha toda uma caminhada e conhecimento das políticas públicas, especialmente na saúde e assistência social. E aí, por conta desse trabalho os amigos começaram a dizer – Márcia, vamos participar, vamos, é uma forma de você ajudar também. E aí a gente resiste um pouquinho, né, porque essa área política as mulheres ainda têm uma certa resistência, né. E aí eu acabei

aceitando esse convite dos amigos. (MÁRCIA, 2023).

Márcia Regina assumiu e desempenhou as funções de vice-prefeita do município por aproximadamente dois anos (entre 2009 e 2010). Isso porque, como referido acima, o primeiro colocado estava com a sua situação inconclusa na justiça eleitoral, mas, obteve resultado positivo do Tribunal Superior Eleitoral. Com isso, mudou-se o Chefe do Executivo e consequentemente Márcia Regina Wansovicz Matozo teve seu mandato interrompido. Na eleição seguinte, ela foi candidata ao Legislativo municipal.



Figura 5 – Márcia Regina Wansovicz Matozo (santinho de campanha).
Fonte: Arquivo pessoal de Márcia

Em 2012, o número de candidatas ao legislativo aumentou para vinte e nove: Sandra

da Silva Nascimento Agostinho (277) duzentos e setenta e sete votos; Loreni Gerstner Baggio (163) cento e sessenta e três votos; Leonice Borgo Barroso (157) cento e cinquenta e sete votos; Claudineia Aparecida Ricci Petek (156) cento e cinquenta e seis votos; Márcia Regina Wansovicz Matozo (113) cento e treze votos; Solange de Lima Ferreira (96) noventa e seis votos; Selma da Silva Miranda (74) setenta e quatro votos; Ivanete Aparecida Dias (72) setenta e dois votos; Marilda Fabricio Braido Prando (64) sessenta e quatro votos; Elza Aparecida Assis (31) trinta e um votos; Vera Lucia Marinho da Silva (30) trinta votos; Ivanira da Silva Rosi (26) vinte e seis votos; Vanessa de Lima Almeida (22) vinte e dois votos; Marlene de Souza Kloster (20) vinte votos; Juraci Amorim da Silva (15) quinze votos; Maria Tereza Santana Godoy (15) quinze votos; Ana Rosa Maciel Franco (13) treze votos; Claudia Mara Claro (11) onze votos; Marli Aparecida Jacinto (11) onze votos; Ozilda Alves de Almeida (6) seis votos; Luzia Cirineu Miranda (4) quatro votos; Carla Maria Miranda Appelt (2) dois votos; Terezinha Guilherme Batasim (0) zero votos; Lurdes Antonia Moreira Ratti (0) zero votos; Doraci Santos (0) zero votos; Eziomar de Lara Almeida (0) zero votos; Cassia Caetano Bárbara de Castro (0) zero votos; Tatiana de Souza (0) zero votos e Olinda Okopnik (0) Zero votos .

O vereador eleito em primeiro lugar conseguiu (377) trezentos e setenta e sete votos, já o que conquistou a última vaga ficou com (258) duzentos e cinquenta e oito votos. Mesmo com o maior índice de candidaturas femininas, unicamente Sandra da Silva Nascimento Agostinho foi eleita naquele ano, ela conquistou a sexta vaga para o legislativo, com (277) duzentos e setenta e sete votos, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Mulher branca, de família com tradição na política do município, casada, mãe de um filho, com Curso Superior em Administração e Especialização em Administração Pública. No pleito eleitoral subsequente, Sandra se candidatou ao cargo de Prefeita do município de Mamborê, porém, não foi eleita.



Figura 6 – Sandra da Silva Nascimento Agostinho (à esquerda) – foto atual/2023.
Fonte: Celso Cerineu Agostinho

Nas eleições de 2016 foram vinte e três candidatas para o Legislativo Municipal: Ester Schimidt (126 votos); Veronica Chelni Veres Ferreira (121 votos); Maria Priscila da Silva (75 votos); Neusi Caviquioli Sehaber (73 votos); Marley Aparecida Langowski (58 votos); Ivanira Silva Rosi, (39 votos); Lucimara de Christo dos Santos (37 votos); Solange Lopes (27 votos); Luciana Aparecida da Silva (21 votos); Vera Lúcia Marinho da Silva (21 votos); Sueli Lima Souza (15 votos); Ana Rosa Maciel Franco (14 votos); Evanir dos Santos (11 votos); Cleuza

de Oliveira Souza, (17 votos); Patrícia Ávila Correa (10 votos); Roseli Correia de Lima (9); Isabel Francisca Fernandes Pereira (1 voto); Regina Rocha Teixeira Santos (1 voto); Olinda Okopnik (0 voto); Maristela Kalkmam Proença (0 voto); Marli Aparecida Jacinto (0 voto); Andrea Cristina da Silva (0 voto); Pamela Cristina Francisco Pereira (0 voto). Outra vez, as mulheres não conseguiram vaga na Câmara Municipal.

Para o Executivo Municipal, Sandra da Silva Nascimento Agostinho foi candidata a Prefeita. Ela considerava sua candidatura como uma missão, pois, já tivera a oportunidade de ser vereadora e naquele momento outro cenário surgia, o de ser Prefeita. Fez uma campanha muito bonita, de muita proximidade ao eleitorado, conforme relata em entrevista concedida exclusivamente para esta pesquisa:

Sabíamos que não era algo fácil, porém, encaramos também como missão, né. Vamos entender aí como é a realidade de sair numa campanha pra prefeita. Falo pra você que não é fácil. É uma campanha bem diferente da campanha de vereança né, ou vereador. É, nós também não tínhamos aquele recurso, né, disponível. Então, foi muito também no diálogo, na conscientização. Trabalhamos muito em cima disso, sabe, o contexto da conscientização, o contexto do diálogo. E foi uma campanha muito bonita, muito bela. Atingimos o nosso objetivo de campanha, de missão, que era justamente trabalhar a cada dia e a cada momento, é, trilhando essa proximidade com o eleitor, levando pra ele essa realidade de que é possível sim, né, termos mulheres também dentro desse processo. (SANDRA, 2023).

A chapa conquistou (1.484) mil quatrocentos e oitenta e quatro votos do eleitorado mamboreense⁴ e ficou em terceiro lugar na disputa eleitoral. Mesmo sem conseguir alcançar o objetivo final que era o de ser prefeita, outros objetivos de campanha foram alcançados, como a missão de conscientização da população, no sentido de que as mulheres podem sim disputar uma campanha eleitoral, inclusive para o cargo mais alto a nível municipal que é o de Prefeita.

⁴ O Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) designa o gentílico de Mamborê como mamboreense, porém, a sociedade convencionou chamá-lo de mamboreense.



Figura 7 – Sandra da Silva Nascimento Agostinho: Candidata a Prefeita - 2016
Fonte: Arquivo de notícias do TR Notícias - 08/09/2016

Nas últimas eleições, em 2020, 33 (trinta e três) mulheres participaram como candidatas ao legislativo, são elas: Maria Thereza Pereira Murback (293 votos); Christiane Batista Neves (268 votos); Loreni Gerstner Baggio (240 votos); Sandra da Silva Nascimento Agostinho (235 votos); Clarice Pereira de Melo Sphair (172 votos); Ivanete Aparecida Dias (109 votos); Ester Schimidt Cardoso (103 votos); Creusa dos Santos (71 votos); Rosilene Detoni (71 votos); Meire Cristina Trevisani (62 votos); Patrícia Lima Cruz (61 votos); Angela Oliveira Neduziak Silva (52 votos); Veronica Chelni Veres Ferreira (51 votos); Lucides

Lemes Moraes (47 votos); Maria Priscila da Silva (42 votos); Jessica Vaz de Souza (23 votos); Luciana Gomes da Silva (23 votos); Eziomar Lara Almeida (21 votos); Marisa de Fátima Alves Lima (19 votos); Sueli Lima Souza (17 votos); Dolfia Luz da Rosa (15 votos); Lucimara Christo dos Santos (12 votos); Imeri Batista Baizer (9 votos); Jozinei Rodrigues (8 votos); Solange Lopes (8 votos); Juraci Amorim da Silva (7 votos); Solange Aparecida Guimarães (7 votos); Antonia Aparecida dos Reis Freire (5 votos); Eliane Aparecida da Silva Nascimento (5 votos); Josiane dos Santos Heber (5 votos); Ana Rosa Maciel Franco (4 votos); Leila Daiane Santana (4 votos) e Elizete Aparecida Diekmann (2 votos.) Foi um número recorde de candidaturas em comparação com eleições antecedentes e a única mulher eleita para a Câmara Municipal foi Maria Thereza Pereira Murback, com duzentos e noventa e três votos, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na entrevista cedida a essa pesquisa, Maria Thereza expõe sobre a sensação de ser vereadora sozinha, perante os demais vereadores, todos homens. “Como única mulher, os primeiros passos dentro da Câmara foi (sic) muito difícil porque aí você tem que ganhar a confiança do grupo e tal, se entrosar”. (MARIA THEREZA, 2023).

Mulher branca, de família conhecida na história política do município, professora, foi diretora de escola e Secretária Municipal de Educação. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ela conquistou (293) duzentos e noventa e três votos, sendo a quarta mais votada para o Legislativo municipal. Ela reconhece as dificuldades que uma mulher encontra ao desempenhar funções na vida pública, pois, comumente, exercem outras atividades e precisam conciliá-las.

E pra mulher, de um modo geral, professora, é tudo mais difícil, né. A gente tem que participar da política, mas a gente também é mãe, as vezes a gente tem uma outra função paralela que nem eu tenho, sou professora, cuida da casa. Então, às vezes a mulher ainda acha que assumir essas responsabilidades talvez não vá dá conta ou coisa parecida. Pra mulher sempre vai ser tudo mais difícil, isso é fato, mas, nós somos guerreiras também, a gente dá conta. (MARIA THEREZA, 2023).

A vereadora entrevistada enfatiza que as mulheres realizam os inúmeros trabalhos da vida cotidiana e essa demanda sobre as mulheres dificulta a realização de trabalho fora do lar, a ocupação de espaços públicos, de exercer cargos políticos, pois é bastante difícil conciliar tudo. Dificuldades que a maioria dos homens na vida política, não enfrentam. Portanto, a entrevistada expressa que as mulheres superam as adversidades com as quais se deparam e conseguem atuar na vida pública e na vida privada.

Por meio das entrevistas com essas cinco mulheres, buscamos evidenciar a

participação política de cada uma delas de acordo com suas próprias narrativas e memórias. Como desdobramento do processo de pesquisa, produzimos também um material audiovisual, o documentário: “Mamborê – cinco eleitas em seis décadas. Quem são elas?” Este tem o objetivo de promover maior visibilidade no tocante as suas experiências e legados resultantes das participações nos espaços de decisão do município, nesse caso, o político-eleitoral. Portanto, o contato e as narrativas do público em ações colaborativas e interativas, nas perspectivas da História Oral, principalmente das mulheres que fizeram parte do cenário político do município de Mamborê, constituem práticas constantes nesse estudo, inclusive, essa pesquisa é feita com o público e para o público.

Sabemos dos inúmeros fatores que inibem as mulheres em suas tentativas para adentrar na vida pública, não só no município de Mamborê-PR, mas em todos os níveis da Federação. Como já citado na pesquisa, historicamente, a presença e participação delas na vida política foi interdita de alguma forma. Sequer eram reconhecidas como cidadãs. A História nos mostra essa realidade. Em tempos passados, notamos que, na Grécia Antiga, por volta do século IV a.C., a sociedade foi dividida em dois grupos: os que exerciam e os que não exerciam a cidadania em sua plenitude. As mulheres, principalmente de Atenas, estavam nesse segundo grupo. Elas não desfrutavam da condição de cidadãs, principalmente no que se refere aos direitos e deveres políticos. Acreditava-se que não possuíam capacidades para saber escolher e tomar decisões políticas. Viviam em isolamento, reclusas em seus lares, submissas ao sexo masculino. Se fossem solteiras eram dominadas pelo pai, que, inclusive, escolhia com quem deveriam se casar. Nesse caso, o amor não era levado em consideração, sendo o casamento baseado na amizade, no bem viver e na procriação. Após o casamento, as mulheres eram dominadas pelos maridos. Os afazeres domésticos e os cuidados com a família eram suas ocupações. Conforme afirma Moisés Romanazzi Tôres:

A ateniense casada vivia a maior parte do tempo confinada às paredes de sua casa, detendo no máximo o papel de organizadora das funções domésticas, estando de fato submissa a um regime de quase reclusão. Mesmo antes do casamento, nem se pensava que a jovem pudesse encontrar-se livremente com rapazes, visto que viviam fechadas nos aposentos destinados às mulheres – o gineceu. Deviam lá permanecer para ficar longe das vistas, separadas até dos membros masculinos da própria família. (TÔRES, 2001, p. 49):

É de se pensar as longas durações dos processos históricos e no contexto desse modelo de sociedade patriarcal, citamos a composição “Mulheres de Atenas”³, dos brasileiros Augusto Boal e Chico Buarque, escrita em 1976, durante a Ditadura Militar. A

música é uma das formas de se contar a História, e traçando um paralelo com o contexto social ateniense, os artistas retratam o modo de vida das mulheres de Atenas, na Grécia, e fazem uma crítica ao momento político vivenciado no Brasil, durante a Ditadura Militar. Eles demonstram por meio da música, as relações de dominação e submissão impostas pelo patriarcado brasileiro. Este fato provoca a reflexão sobre a extensa permanência de uma estrutura social dominante que submete as mulheres ao poder masculino, ao longo da história, em contextos específicos.

Mulheres de Atenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos
Orgulho e raça de Atenas

Quando amadas, se perfumam
Se banham com leite, se arrumam
Suas melenas
Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem imploram
Mais duras penas; cadenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Sofrem pros seus maridos
Poder e força de Atenas

Quando eles embarcam soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam, sedentos
Querem arrancar, violentos
Carícias plenas, obscenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Despem-se pros maridos
Bravos guerreiros de Atenas

Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar um carinho
De outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pros braços
De suas pequenas, Helenas

Mirem-se no exemplo
 Daquelas mulheres de Atenas
 Geram pros seus maridos
 Os novos filhos de Atenas

Elas não têm gosto ou vontade
 Nem defeito, nem qualidade
 Têm medo apenas
 Não tem sonhos, só tem presságios
 O seu homem, mares, naufrágios
 Lindas sirenas, morenas

Mirem-se no exemplo
 Daquelas mulheres de Atenas
 Temem por seus maridos
 Heróis e amantes de Atenas

Mirem-se no exemplo
 Daquelas mulheres de Atenas
 Secam por seus maridos
 Orgulho e raça de Atenas

Composição: Augusto Boal / Chico Buarque.

Considerando o momento histórico em que a música foi escrita, nota-se que os compositores alertam o tempo todo para a necessidade de se prestar atenção ao modo de vida das mulheres atenienses, na esperança de que o modelo patriarcal não continuasse se reproduzindo socialmente no Brasil. Ademais, os compositores falam da vida pública e privada daquela sociedade. Constata-se aqui, a História se colocando em prática por meio da História Pública, o que permite reler o passado e compreender o modo de vida de uma população, seja das relações interpessoais da sociedade ateniense, ou de outra sociedade, como a brasileira, em diferentes períodos históricos.

Nesse contexto, destacamos a luta pela inserção das mulheres na vida pública, especificamente na esfera política; luta esta que não é recente. No Brasil, o direito ao voto é conquistado pelas mulheres apenas no século XX, precisamente em 1932 com a aprovação do Código Eleitoral - durante a Era Vargas - que assegurou a participação passiva e ativa das mulheres nas eleições. Muito lentamente e com enfrentamentos consideráveis, essa participação na esfera pública pelas mulheres vem se modificando. Nessa perspectiva, problematizaremos no capítulo 2, os caminhos trilhados pelas mulheres ao longo do tempo, as lutas para conquistar o direito à cidadania e de serem reconhecidas socialmente como cidadãs.

CAPÍTULO 2

AS MULHERES NA LUTA PELA CIDADANIA

“Recusar à mulher igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça à metade da população”. (Bertha Lutz)

O signo “cidadania” contempla significado dinâmico no espaço e no tempo. Trata-se de conceito que define um conjunto de direitos e deveres adquiridos paulatinamente por todas as pessoas, independente do gênero, cor/raça ou religião.

Sobre isso, já se tornou clássica a teorização de Thomas Humphrey Marshall (1967) a respeito da ideia de cidadania. Para o sociólogo britânico, ela se baseia no tripé: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Nas palavras do autor, os direitos civis abrangem os “necessários à liberdade individual”. Já os direitos políticos atinam à participação “no exercício do poder político”. Por fim, os direitos sociais reúnem:

[...] tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Essa separação, para além de lógica, seria também cronológica. Assim, ter-se-ia uma relação de pressuposição entre os direitos: os antecedentes como indispensáveis à conquista dos subsequentes.

A aparente racionalidade da teoria, porém, não lhe resguardou de contestações. O principal contraponto é que o surgimento dos direitos não segue, necessariamente, um percurso ordenado temporalmente, tampouco que não haja retrocessos. Como elucida José Murilo de Carvalho (2018, p.17), é possível coincidência nos pontos de chegada, “[m]as os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall”.

Abstraídas tais discussões, não há dúvidas de que, como defende Jaime Pinsky:

[s]er cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, perante a lei: é em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2021, p.09).

Fica evidente, destarte, que esses direitos têm como característica a historicidade. Quer dizer, são direitos “[...] nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p. 9). Daí a conclusão de Celso Lafer (1997, p.64-65), com apoio no pensamento de Hannah Arendt, no sentido de que “os direitos – todos os direitos – não são dados [...], mas construídos [...] no âmbito de uma comunidade política”.

Se é assim para a coletividade humana em geral, a conquista e o exercício da cidadania, historicamente, é ainda mais difícil para as mulheres. Considerando que uma sociedade não muda seus hábitos repentinamente, foi apenas na contemporaneidade, por volta do século XVIII, e ainda sob forte influência do sistema patriarcal, que as mulheres, lentamente, começaram a reivindicar seus espaços. Embora os feitos dessa época tenham sido mínimos, serviram de base para conquistas futuras.

2.1 A cidadania no contexto brasileiro

Relembrando a história do Brasil, verifica-se que a primeira Constituição do país foi outorgada⁵ por Dom Pedro I em 1824, no período colonial. Apesar de o Brasil ter se tornado independente, a forma de governo permaneceu como monarquia. Por consequência, a Chefia de Estado era restrita à família real e sua investidura seguia uma ordem hereditária. Para os demais representantes, a Constituição de 1824, em seu artigo 90, estabelecia que seriam escolhidos por eleições diretas e os votados deveriam ser cidadãos ativos:

As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa (sic) Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes (sic) das Provincias (sic), serão feitas por Eleições indirectas (sic), elegendo a massa dos Cidadãos activos (sic) em Assembléas (sic) Parochiaes (sic) os Eleitores de Provincia (sic), e estes os Representantes da Nação, e Provincia (sic).

Além disso, o artigo 91, no inciso I, definia quais cidadãos estavam aptos a votar: “Os Cidadãos Brasileiros (sic), que estão no gozo de seus direitos políticos”.

Chama atenção a referência a “cidadãos”, expressão masculina e no plural. Em uma interpretação abrangente, não haveria empecilho à inclusão das mulheres no conteúdo do significante, devido à neutralização gramatical. Não era essa, todavia, a compreensão dominante. Conforme explica Teresa Cristina de Novaes Marques (2019), a Constituição de 1824 adotou a distinção que provinha da política francesa entre “cidadãos ativos” e “cidadãos

⁵ “Outorgada é a Constituição imposta, de maneira unilateral, pelo agente revolucionário (grupo, ou governante), que não recebeu do povo a legitimidade para em nome dele atuar. (LENZA, 2020, p. 111).

passivos”. Neste último grupo estavam inseridas as mulheres, que não desfrutavam de direitos políticos. Onde:

De acordo com esse raciocínio, por comparação, se o modelo francês, que serviu de inspiração para a Constituição brasileira, não admitia o voto feminino, as mulheres brasileiras também não poderiam votar. Assim, embora os parlamentares brasileiros não tenham expressamente esclarecido a situação dos direitos políticos femininos – não há nenhuma menção a “cidadãos passivos” na Carta –, a interpretação da época era a de que a concessão do voto à classe feminina não era a intenção dos nossos legisladores. (MARQUES, 2019, p.28).

Uma melhor compreensão a respeito do pensamento prevalente da época pode ser extraída da obra “O sistema eleitoral no império”, de Francisco Belisário Soares de Souza. O autor, homem público que ocupou importantes cargos durante o período imperial, afirmara: “Somos decididos adversários do sufrágio universal. Insciente, inerte, escravizável por natureza nos tempos ordinários, o voto universal é um imenso perigo nas crises sociais, ou por ocasião de comoções populares. [...]” (SOUZA, 1979, p. 36)

Em 1889, o Brasil torna-se República e suplanta a forma da Monarquia. Passa a ser chamado de República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Em 1891, com a elaboração da segunda Constituição brasileira, novas Leis são instituídas. Não houve, entretanto, nenhum progresso no que se refere à participação das mulheres na vida pública nacional. Ao mencionar os direitos das pessoas, a Constituição de 1891 generaliza ao citar a expressão “cidadãos”.

São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiverem em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados. (PLANALTO, 1891, Art. 69).

Após referir divergência de opiniões, mesmo entre constituintes, quanto à possibilidade de as mulheres votarem, Marques (2019, p. 73-74) registra que a primeira Constituição republicana acabou por manter, sobre esse tema, os mesmos caminhos seguidos no Império:

Como terminou essa história? O texto final da Constituição de 1891 não deixou claro que as mulheres tinham o direito de votar, mas também não as impediu. Na dúvida, as juntas de alistamento eleitoral interpretaram literalmente a palavra “cidadão” contida na Carta e, desse modo, rejeitaram os insistentes pedidos de alistamento eleitoral de mulheres adultas e escolarizadas.

Isto posto, reconhece-se que as mulheres ainda não eram consideradas cidadãs, pois continuavam fora dos direitos políticos e até então, não podiam votar nem serem votadas. Além disso, os homens votantes escolhiam seus representantes abertamente, o que não evitava constrangimentos. A Constituição de 1891, no Artigo 70 definia os eleitores, assim: “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. (PLANALTO, 1891, Art. 70). Nessa expressão fica evidente a exclusão das mulheres do espaço político eleitoral brasileiro.

Como se pode perceber, o Brasil passou por duas Constituições (1824 e 1891), que deveriam assegurar os direitos dos(as) cidadãos(ãs) e constatamos que apenas os direitos dos homens foram garantidos. A primeira manifestação de concessão dos direitos políticos para as mulheres aconteceu com o Código Eleitoral de 1932. Somente na terceira Constituição Brasileira, em 1934, durante a Segunda República é que os direitos eleitorais das mulheres foram efetivados, porém, não em sua plenitude. Assim consta no Artigo 108: “São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei”. Contudo, um fator preponderante nessa amplitude de direitos foi o fato de as pessoas que não sabiam ler nem escrever terem ficado de fora desse direito. Ora, se algumas poucas mulheres só tiveram acesso à educação na segunda metade do século XIX, certamente que elas engrossavam a lista de pessoas não alfabetizadas, o que influenciava diretamente no índice de mulheres exercendo os direitos políticos. O Artigo 109 traz mais um detalhe importante na efetivação do direito ao voto feminino: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.” O fato é que eram raras as mulheres que tinham trabalho remunerado naquela época. As condições de subordinação em que viviam não permitiam que a maioria delas trabalhasse fora. Eram dependentes financeiramente de seus maridos e dedicavam-se exclusivamente ao cuidado familiar. Isso, por sua vez engrossava a lista de mulheres não votantes, mesmo estando legalizado o voto para elas.

A Constituição de 1937 foi imposta pelo então Presidente Getúlio Vargas que fora eleito em 1934. Vargas temia perder o poder e tomou medidas drásticas para permanecer no mando do Brasil. Por conseguinte, os poucos direitos estabelecidos na Constituição de 1934

foram extinguidos. O Artigo 178 afirma: “São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias (sic) Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais”. Diante disso, o poder centralizador passou a vigorar no Brasil e os direitos políticos assegurados até então, não só para as mulheres, mas também para os homens, foram suprimidos de forma autoritária.

Em 1946, com a retomada do governo democrático, outra Carta Magna precisou ser elaborada. Desta vez com a participação do povo por meio dos partidos políticos que a estruturaram para ser promulgada⁶. Incorporaram muitos dos direitos presentes nas Constituições de 1891 e de 1934. Porém, desta vez, quanto ao voto feminino, ele passou a ser garantido para todas as mulheres, já que anteriormente, apenas as mulheres com remuneração podiam votar.

A Constituição de 1967, diferentemente da de 1946, foi outorgada. O Brasil sofreu o Golpe Militar em 1964, desta forma, os militares assumiram o poder e a Ditadura Militar imperou no Brasil por 21 (vinte um) anos com muita repressão, principalmente para as mulheres. Um exemplo é o da Presidenta Dilma Vana Rousseff. Sobre ela, reservamos um tópico mais adiante para o detalhamento de sua história, especialmente o de sua presença e participação na política eleitoral brasileira. Obviamente, a Carta Maior do país outorgada em 1967, atendia aos interesses dos militares que estavam no poder, sendo então, autoritária para a população em geral.

Finalmente o Brasil passou pela redemocratização. Nesse contexto uma nova Constituição foi promulgada, em 1988. Esta Carta Magna instituiu muitos direitos aos(às) cidadãos(ãs), tanto que recebeu o qualificativo de Constituição Cidadã. E no seu Artigo 1º, no parágrafo único, ela já acentua: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Entre os inúmeros direitos e garantias fundamentais, no Artigo 5º define: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. no que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, também no Artigo 5º, inciso I, determina: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Com relação aos direitos políticos, no Artigo 14, a Constituição Cidadã estabelece: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e

⁶ “Promulgada, também chamada de democrática, votada ou popular, é aquela Constituição fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo, para, em nome dele, atuar, nascendo, portanto, da deliberação da representação legítima popular.” (LENZA, 2020, p. 112).

secreto, com valor igual para todos”. [...] Nesse encadeamento de direitos, também inseriu o voto de pessoas não alfabetizadas, não como condição obrigatória, mas, como facultativa, cenário que até então não existia no Brasil, já que o voto de pessoas não alfabetizadas era proibido até então.

Além de garantir os direitos políticos para todas as pessoas, essa Constituição também instituiu políticas públicas incentivando a participação de mulheres na política. O Artigo 17, § 7º, da Constituição de 1988, determina: “Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários”. Desse modo, a presença e participação de mulheres na política brasileira foi adquirindo legitimidade, porém, ainda está muito aquém da presença de homens. Em 2022, nas últimas eleições, de acordo com as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, para a Presidência da República houve 7 (sete) candidaturas, sendo 5 (cinco) homens e 2 (duas) mulheres. Os candidatos homens receberam 95% dos votos e as mulheres somaram 5% dos votos.

Neste mesmo pleito, para o cargo de governador(a), o Estado do Paraná apresentou 9 (nove) candidaturas, destas, são 6 (seis) homens e 3 (três) mulheres – Ângela Alves Machado, Solange Ferreira Bueno e Viviane Motta Dias Neves. Os homens receberam 99% dos votos e as mulheres ficaram com 1%. Quanto à cor/raça foram candidaturas de pessoas autodeclaradas de cor/raça branca e 1 candidatura de pessoa autodeclarada de cor/raça parda, a do candidato Adriano Teixeira (não eleito). Para o cargo de Vice-governador(a) foram 8 (oito) homens e 1 (uma) mulher – Eliza Ferreira Silva, que se autodeclarou de cor/raça preta. Os outros sete candidatos, além de serem todos homens também se autodeclararam de cor/raça branca.

Para o cargo de Senador(a) 7 (sete) homens se candidataram. Destes, somente um se autodeclarou de cor/raça parda – Paulo Eduardo Lima Martins. Candidatas mulheres foram 3 (três), todas de cor/raça branca: Eneida Desiree Salgado, Aline Sleutjes e Cleusa Rosane Ribas Ferreira. Dentre os candidatos homens,

Para Deputado(a) Federal, 64,86% das candidaturas foram de homens, e 35,14% de mulheres, totalizando de 592 (quinhentos e noventa e dois) candidaturas, ou seja, 384 (trezentos e oitenta e quatro) homens e 208 (duzentos e oito) mulheres.

Na qualidade de Deputado(a) Estadual, o Paraná teve ao todo 837 (oitocentos e trinta e sete) candidaturas, destas, 556 (quinhentos e cinquenta e seis), foram de homens e 281 (duzentos e oitenta e um), de mulheres. Em relação à cor/raça, o predomínio para a branca,

com 427 (quatrocentos e vinte e sete) candidaturas; de cor/raça preta foram 104 (cento e quatro); de cor/raça amarela 6 (seis) candidaturas, destas, 5 homens e uma única mulher: Letícia Chun Pei Pan; cor/raça indígena, 4 candidaturas, sendo 3 homens e 1 mulher: Genilda Maria Rodrigues. O candidato Adalmo Romilson Alves não informou a raça.

2.2 Inclusão das mulheres na política brasileira

Não há como discorrermos sobre a inserção das mulheres na política brasileira sem voltarmos ao passado para entendermos as raízes históricas dessa temática. As mulheres, cansadas de viver na subalternidade, resolveram lutar para também ocuparem a esfera pública. Organizadas em movimentos exigiram os seus direitos enquanto trabalhadoras. Reconhece-se que o primeiro movimento de mulheres aconteceu em São Paulo, em 1917. Foi a manifestação de costureiras que na ocasião reivindicavam, principalmente, melhores condições de trabalho como a redução da carga horária exagerada e melhor remuneração. Nas palavras de Gisele Mascarelli Salgado:

Em uma carta ao jornal O Parafuso, que não era particularmente um jornal operário, uma senhora, não operária, denuncia as condições das costureiras em ateliês de costura no centro de São Paulo. A jornada de trabalho das mulheres operárias desse ateliê iniciava-se às 13 horas e terminava às 19, sem horário para lanche e sem poder comer qualquer tipo de alimento. Porém, esse horário nunca era cumprido e as operárias permaneciam trabalhando até quase às 10 horas da noite, em uma prorrogação denominada “serão” e nesse caso entre a jornada normal e a extraordinária poderiam fazer 20 minutos de intervalo para alimentação, que as próprias operárias deveriam comprar na fábrica por preços exorbitantes. (SALGADO, 2012, p. 292).

Como se vê, as manifestações públicas das mulheres no Brasil se iniciaram sob a perspectiva de postulações trabalhistas. Elas reivindicavam melhores condições de trabalho, como a regularização da jornada de trabalho a eliminação do trabalho noturno, entre outras demandas. Já a luta política, ocorreu por meio de movimentos feministas que emergiram no Brasil, ainda que timidamente, principalmente com mulheres brancas, com maior nível de instrução e de classe econômica privilegiada. Desde as reivindicações do direito ao voto na década de 1930, os movimentos feministas tiveram grande impacto na sociedade e se intensificaram na luta pela igualdade de gênero. Esses enfrentamentos adquiriram resistência contra estruturas patriarcais profundamente enraizadas. Na atualidade, tornaram-se constantes e para além dos privilégios de cor/raça e classe – busca-se na atualidade, equidade de oportunidades para todas as mulheres.



Figura 8 – Trabalhadoras e trabalhadores no Cotonifício Crespi, na Mooca, em São Paulo, em 1917.
Fonte: BdF - Brasil de fato - Arquivo/Unicamp

Aos poucos as mulheres começaram a perceber que poderiam ter suas necessidades atendidas por meio de lutas coletivas. Assim, os protestos femininos aumentaram e surge, nesse contexto, a pauta do voto feminino. E a partir daí começaram as discussões em torno da participação das mulheres na política. Bertha Lutz, pioneira nos movimentos feministas, liderava congressos e manifestações em prol das causas femininas.

Em 1919, Bertha funda com um grupo de companheiras a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que se dispunha a fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública, dando arrancada a um movimento no qual se manteve sempre à testa, em que a tenacidade foi a sua marca principal. (SOIHET, 2000, p. 101).

Essa liderança de Bertha Lutz é fruto de sua experiência no exterior: ela estudou na Europa e vivenciou por lá o movimento sufragista. Sendo considerada a pioneira nas reivindicações feministas no Brasil, é interessante como esse despertar de Bertha Lutz nos remete à alegoria da caverna, de Platão, em que o filósofo ilustra a libertação de um prisioneiro do mundo subterrâneo no qual vivia e de onde somente observava representações do real, para chegar à luz e contemplar o verdadeiro. Para Platão (2000, p. 324):

[...] a educação não será mais do que a arte de fazer essa conversão, de encontrar a maneira mais fácil e eficiente de consegui-la; não é a arte de conferir vista à alma, pois vista ela já possui; mas, por estar mal dirigida e olhar para o que não deve, a educação promove aquela mudança de direção.

Bertha Lutz, tendo notado o estágio mais avançado de emancipação feminina no continente europeu, retornou ao Brasil e aqui se consolidou como uma das mais importantes

líderes do movimento em prol do voto feminino. Além de falar e reivindicar pautas femininas, Lutz também escrevia artigos, reafirmando assim, sua dedicação às causas das mulheres. Tanto batalhou liderando movimentos feministas que em 1927 fora autorizado o primeiro voto a uma mulher. A professora Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher a depositar seu voto na urna, em 1928. Isso, graças ao resultado das reivindicações dos movimentos feministas liderados por Bertha Lutz que, juntamente com o grupo de mulheres pressionaram Juvenal Lamartine, o então candidato a governador do Rio Grande do Norte para incluir em seu plano de governo o direito ao voto feminino. Com a vitória nas urnas, Lamartine não teve escapatória e o direito ao voto pelas mulheres foi incluso na nova Lei Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte. (SHUMAHER; CEVA, 2015).

Outra brasileira de destaque foi a advogada Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira. Conhecedora das leis, fundamentou-se na Constituição de 1891 que trouxe no artigo 70: “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. (PLANALTO, 1891). Como o referido artigo não especificava gênero, a advogada conseguiu na justiça o direito a votar, em 1928. Além disso, também se candidatou à Deputada Federal por Minas Gerais. (SHUMAHER; CEVA, 2015).

Em 1928, foi eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina. Trata-se da potiguarense Alzira Soriano. Ela casou-se aos dezessete anos com o promotor de justiça Tomaz Soriano de Souza Filho, na cidade Jardim de Angicos, município do Rio Grande do Norte. Logo após o casamento, seu marido foi transferido para trabalhar em Ceará-Mirim, no mesmo estado, onde contraiu a gripe espanhola e foi a óbito. Alzira Soriano foi embora para o estado de Pernambuco para viver perto da família do marido, no entanto, logo voltou a morar no município de Jardim de Angicos para cuidar dos bens da família. O município entrou em crise política e acabou se tornando distrito de Lages, ao qual Alzira Soriano se candidatou, foi eleita e tornou-se a primeira prefeita do Brasil, em 1928. (SHUMAHER; CEVA, 2015).

Embora o país ainda não tivesse autorizado o voto feminino, fato que ocorreu somente em 1932, Alzira Soriano conseguiu se candidatar porque a legislação vigente, em momento algum proibia as mulheres de serem votadas, a chamada capacidade passiva. Conforme Shuma Schumacher e Antonia Ceva:

[...] a Constituição vigente dava autonomia aos estados para que legislassem sobre as suas eleições e entre os seus artigos, sem haver proibição explícita relacionada ao alistamento eleitoral feminino, desde que a pessoa solicitante, cumprisse com os requisitos gerais da lei. (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p.

65).

Além disso, os Estados tinham autonomia para elaborar suas legislações eleitorais. Foi assim que Alzira Soriano conseguiu se alistar, se candidatou e ganhou a eleição sob muita perseguição e calúnia. Tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1929 e administrou o município de Lages por dois anos. Seu governo foi interrompido pela Revolução de 1930, quando ela transferiu sua residência para Natal, a capital do Rio Grande do Norte. Lá se candidatou para a Câmara Legislativa da cidade, foi eleita vereadora em 1945 e permaneceu se reelegendo por diversas vezes. (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

Em 1932, após incansáveis esforços e enfrentando resistências sociais, as mulheres conquistaram, por meio do primeiro Código Eleitoral Brasileiro, o direito ao sufrágio, maior expressão da cidadania, que, até então, era restrita aos homens. Ressalta-se que, nessa época, algumas mulheres ainda foram excluídas dessa conquista. Estavam contempladas apenas as mulheres casadas – desde que com a autorização do marido –, as mulheres solteiras com renda e, do mesmo modo, as viúvas. A Constituição de 1934 ampliou esse direito, mas ainda com restrição. Em seu Artigo 109, explicitava: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”. Enfim, o voto feminino só se tornou obrigatório em 1946, na 5ª Constituição Brasileira, conforme estabelecia o Art 133 “O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei”.

Nota-se que a partir desta data o voto tem sido um direito imprescindível, independente do gênero. À vista disso, conquistar as capacidades eleitorais ativa e passiva, isto é, o direito de votar e ser votada, foi, à época, um grande e importante passo. Possibilitou-se, dessa forma, que as mulheres exercessem diretamente o poder como representantes do povo.

Ainda em 1933, Bertha Lutz, respaldada pelo novo Código Eleitoral, um ano após a conquista do voto feminino, se candidatou para a Assembleia Nacional Constituinte. Não foi eleita, muito provavelmente devido ao massacre difamatório que sofreu durante a campanha eleitoral, provocado por seus adversários políticos. Como líder feminista, ela os incomodava. Como mulher incansável que era, não desistiu da luta. Continuou participando e liderando movimentos em defesa das mulheres. Em 1934 se inscreveu e tentou se eleger como Deputada Federal. Entretanto, não foi eleita, ficou como suplente. Além dela, a médica Carlota Pereira de Queirós, ativista da Cruz Vermelha, também foi candidata para a Câmara

Federal e se tornou a primeira Deputada Federal do Brasil. Como Deputadas Estaduais foram eleitas em todo território nacional, nove mulheres: Sergipe – Quintina Ribeiro; Alagoas – Lily Lajes; Rio Grande do Norte – Maria do Céu Fernandes; Bahia – Maria Luisa Bittencourt; São Paulo – Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo; Maranhão – Zuleide Bogéia e Hildenê Castelo Branco; Santa Catarina – Antonieta de Barros, que foi também a primeira mulher negra eleita para uma Assembleia Estadual. (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Em 1936, Bertha Lutz que era suplente na Câmara Federal conseguiu assumir o mandato em consequência da morte do titular. Atuou firmemente em defesa das pautas femininas, principalmente no que se refere a cidadania e emancipação. Berta Lutz, em seu discurso de posse já alertava:

O lar é a base da sociedade e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não se limita ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório. O lar é principalmente o parlamento, onde as leis que regulam a família e a sociedade humana são elaboradas. (LUTZ, apud SOIHET, 2000, p. 107).

Essa líder feminista que nos antecedeu, já manifestava, em 1936, por meio de suas falas e atitudes a importância da representatividade feminina nos espaços de tomadas de decisões, e salientava que o lar, espaço privado, é também um lugar de tomada de decisão política, demonstrando que política também se faz no cotidiano. Por outro lado, a participação e presença, de mulheres nos parlamentos são de fundamental importância, pois são nesses espaços que as leis que regem a vida e os direitos dos indivíduos são criadas. Sendo as mulheres que constituem a maioria da sociedade em termos demográficos, participar das decisões políticas promove a melhoria da qualidade de vida e das relações sociais. Mas, o que vemos na contemporaneidade, mesmo com tantos avanços na legislação eleitoral, é que a participação de mulheres ainda é muito reduzida em relação a de homens; desigualdade que se verifica em todos os níveis federativos, isto é, federal, estadual ou municipal. Além disso, muitos são os enfrentamentos vivenciados pelas mulheres no mundo da política, principalmente a violência política de gênero, que as atingem diariamente.

2.3 A diversidade de gênero na política eleitoral

Na sociedade contemporânea, a questão de gênero tem sido um assunto público, mas, em determinadas situações ou na esfera de alguns grupos ou setores sociais, ainda é motivo de desconhecimento e de polêmicas, tanto na esfera privada quanto na pública. Grupos mais

conservadores da sociedade, inconformados com a dimensão pública do debate de gênero e diversidade, assim como das novas nomenclaturas de identidades, afirmam que o assunto surgiu para destruir a família e os bons costumes da sociedade. Sobre isso, a historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1995, p.85) escreve:

O termo "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens" (SCOTT, 1995, p.85).

Nesse sentido, a falta de informação contribui para o preconceito e violência de gênero, tanto verbal quanto fisicamente, numa tentativa de justificar os padrões de comportamento de acordo com o sexo biológico da pessoa. No entanto, sabe-se que é na relação social com o outro que o ser humano estabelece suas ações. A autora apresenta a questão de gênero por meio de duas formas: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". (SCOTT, 1995, p. 86).

Logo, diferentemente do conceito binário de homem-mulher, com características específicas definidas no nascimento pelo sexo biológico e de padrões estabelecidos pela sociedade como pré-determinados e imutáveis, sabe-se que as construções de gênero são feitas socialmente e diferem de um contexto para outro. Conforme Scott, o gênero depende de como a pessoa se percebe no mundo, como se sente e se relaciona com si e com a sociedade.

Para a abordagem da questão de gênero na política, é importante também pensarmos nas suas interseccionalidades com classe, raça/etnia, sexualidade, geração, entre outras categorias. De fato, a perspectiva interseccional contribui para uma compreensão abrangente do fenômeno discriminatório, alcançando aspectos e fatores que, se visualizados por um prisma unidirecional, podem induzir a equívocos quanto à completude da realidade. Nesses termos, Crenshaw elucidada:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Considerando os efeitos da interseccionalidade na política eleitoral, para as mulheres

trans, a participação e presença no âmbito político torna-se ainda mais dificultosa. De acordo com SOUZA & COSTA (2016, p.7) “os transgêneros são pessoas que biologicamente pertencem a um sexo definido, mas psicologicamente pertencem e identificam-se a outro se comportando segundo este”. As mulheres trans e as travestis ainda enfrentam muito preconceito social ao se identificarem como mulheres nas relações sociais. Além das trans e travestis existem as pessoas não-binárias que não se identificam com um gênero específico, elas transitam entre um e outro. As pessoas trans e não-binárias enfrentam uma verdadeira batalha para serem incluídas socialmente com seus direitos fundamentais assegurados. Abordamos aqui o direito político, tão dificultoso para as mulheres e ainda mais para as mulheres trans, travestis e pessoas não- binárias.

Mesmo com tantos embates, recentemente começaram a ocupar a esfera política. Isso se verifica pela participação recente de transexuais femininas como candidatas. Na América Latina, mais precisamente no Brasil, foi em nível municipal que as mulheres trans surgiram no cenário político eleitoral. Kátia Tapety foi eleita vereadora na cidade de Colônia do Piauí, em 1992. Desde então, a representatividade trans foi aumentando, porém, o número de candidatas não expressa a proporcionalidade entre as eleitas.

NOME	IDENTIDADE	RAÇA	CARGO	UF	PARTIDO
1. Rubby Rodrigues	Mulher trans	Negra	Federal	AC	PSB
2. Bianca Nunes	Mulher trans	Indígena	Estadual	AL	MDB
3. Sarah Doullenner	Mulher trans	Negra	Estadual	AL	PSB
4. Rafaela Esteffans	Mulher trans	Negra	Federal	AP	MDB
5. Rosy Silva	Pessoa nb	Negra	Estadual	BA	PDT
6. Nega Van	Travesti	Negra	Estadual	BA	PSOL
7. Léo Kret	Mulher trans	Negra	Federal	BA	PDT
8. Camila Parker	Mulher trans	Negra	Federal	BA	PV
9. Luana Valim	Mulher trans	Negra	Estadual	CE	PT
10. Ana Vitória*	Mulher trans	Branca	Federal	CE	PSOL
11. Maya Eliz	Mulher trans	Branca	Federal	CE	PSOL
12. Sued Carvalho	Mulher trans	Branca	Federal	CE	UNIDADE POPULAR

13. Aysha Lion*	Mulher trans	Negra	Distrital	DF	PSOL
14. Mari Valentin	Mulher trans	Branca	Federal	DF	CIDADANIA
15. Paula Beneti	Mulher trans	Branca	Federal	DF	PSB
16. Madu Krasny*	Travesti	Negra	Federal	DF	PSOL
17. Ludmylla Santiago*	Travesti	Negra	Federal	DF	PSOL
18. Babarah Brasil	Mulher trans	Negra	Estadual	ES	PSB
19. Barbara Bombom	Mulher trans	Negra	Estadual	GO	PSOL
20. Ariel Luz	Mulher trans	Branca	Federal	GO	PT
21. Raíssa Mendonça	Mulher trans	Negra	Federal	MA	PDT
22. Isaiás Martins	Mulher trans	Negra	Estadual	MG	MDB
23. Juhlia Santos*	Travesti	Negra	Estadual	MG	PSOL
24. Dandara Felícia	Travesti	Negra	Estadual	MG	PT
25. Flávia Gontijo	Mulher trans	Branca	Estadual	MG	SOLIDARIEDA DE
26. Nina Rosa	Travesti	Negra	Federal	MG	PCB
27. Duda Salabert	Mulher trans	Branca	Federal	MG	PDT
28. Glauber Portman	Travesti	Negra	Estadual	MS	PCdoB
29. Bruna Riquelme*	Travesti	Branca	Estadual	MS	PDT
30. Samantha Terena*	Travesti	Indígena	Estadual	MS	PDT
31. Carlos Eduardo*	Homem trans	Branco	Estadual	MS	PSDB
32. Jhenifer Ragnaroni*	Mulher trans	Negra	Estadual	MS	PSDB
33. Valkiria Brandão	Travesti	Negra	Estadual	MT	CIDADANIA
34. Julian Tacanã	Homem trans	Negro	Federal	MT	PSOL
35. Barbara Pastana	Travesti	Negra	Estadual	PA	PSOL
36. Anastacia Marshelly	Travesti	Negra	Estadual	PA	PT
37. Shirley Costa	Mulher trans	Negra	Estadual	PB	PP
38. Nicole D'lamarck	Mulher trans	Negra	Estadual	PB	PSDB

39. Luyz Mariano*	Homem trans	Negro	Estadual	PB	PSOL
40. Andreia Deloizi*	Mulher trans	Negra	Estadual	PE	PSOL
41. Adamequis Santos*	Mulher trans	Branca	Estadual	PE	REDE
42. Robeyoncé Lima	Mulher trans	Negra	Federal	PE	PSOL
43. Jessyka Rodrigues*	Travesti	Branca	Estadual	PI	PSOL
44. Mayra Karvat	Mulher trans	Negra	Estadual	PR	PSOL
45. Renata Borges	Travesti	Branca	Federal	PR	PDT
46. Dani Balbi	Mulher trans	Negra	Estadual	RJ	Pcdob
47. Yaritza	Travesti	Branca	Estadual	RJ	PSOL
48. Benny Brioly	Travesti	Negra	Estadual	RJ	PSOL
49. Indianara E Siqueira	Pessoa nb	Indígena	Federal	RJ	PT
50. Rochelly Potiguar	Mulher trans	Negra	Federal	RN	PDT
51. Thabatta Pimenta	Mulher trans	Negra	Federal	RN	PSB
52. Jhonatan Calel	Homem trans	Negro	Estadual	RR	PMB
53. Ágata Mostardeiro	Mulher trans	Branca	Estadual	RS	PT
54. Lins Robalo	Travesti	Negra	Estadual	RS	PT
55. Atena Roveda	Mulher trans	Branca	Federal	RS	PDT
56. Natasha Ferreira	Travesti	Branca	Federal	RS	PSOL
57. Juh Guerra	Travesti	S/info	Federal	RS	PCB
58. Mirê Chagas*	Mulher trans	Negra	Estadual	SC	PSOL
59. Erick Cardoso	Pessoa nb	Negra	Estadual	SC	PSOL
60. Lirius Ávila	Travesti	Negra	Federal	SC	PT
61. Nega Grazi	Homem trans	Negro	Federal	SC	UNIÃO BRASIL
62. Linda Brasil	Mulher trans	Branca	Estadual	SE	PSOL
63. Tathiane Araújo	Mulher trans	Branca	Federal	SE	PSB
64. Rebecca Barbosa	Mulher trans	Branca	Estadual	SP	PDT

65. Fernanda de Moraes	Mulher trans	Negra	Estadual	SP	PSB
66. Carolina Iara*	Travesti	Negra	Estadual	SP	PSOL
67. Neon Cunha	Mulher trans	Negra	Estadual	SP	PSOL
68. Thifany Félix	Mulher trans	Branca	Estadual	SP	REDE
69. Marcia Rocha	Travesti	Branca	Federal	SP	CIDADANIA
70. Leonora Áquilla	Mulher trans	Branca	Federal	SP	MDB
71. Heloiza Ravasq	Mulher trans	Negra	Federal	SP	PMN
72. Ariadna Arantes	Travesti	Negra	Federal	SP	PSB
73. Alice Ribeiro	Mulher trans	Negra	Federal	SP	PSOL
74. Erika Hilton	Travesti	Negra	Federal	SP	PSOL
75. Santo Legaliza	Pessoa nb	Negra	Federal	SP	PSOL
76. Symmy Larrat	Travesti	Branca	Federal	SP	PT
77. Alexya Salvador	Mulher trans	Negra	Federal	SP	PT
78. Jacqu Chanel	Travesti	Negra	Federal	SP	PT

Quadro 1 – Listagem completa das candidaturas trans, travestis e não binárias – 2022

Legenda:

= Eleitas

* = CANDIDATURAS COLETIVAS

Fonte: (adaptado) – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022, n.p).

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2022), das 78 (setenta e oito) candidaturas trans, apenas 05 (cinco) alcançaram cargos concorridos: Erika Hilton – travesti, negra, eleita Deputada Federal pelo PSOL, no estado de São Paulo; Duda Salabert – mulher trans, de cor/raça branca, eleita Deputada Federal pelo PDT do estado Minas Gerais; Linda Brasil – mulher trans, branca, eleita Deputada Estadual pelo PSOL, no estado do Sergipe; Dani Balbi – mulher trans, negra, eleita Deputada Estadual pelo PC do B no estado do Rio de Janeiro; e Carolina Iara – travesti, negra, eleita CO-Deputada Estadual pelo PSOL, no estado de São Paulo.

Nota-se ainda, pouca representatividade de mulheres trans no mundo da política. Um espaço de decisões importantes que vem sendo ocupado lentamente por diversas pessoas trans, independente da sua identidade, cor/raça ou etnia. As primeiras que alcançam esse

universo, lutam e abrem caminhos para que outras também possam alcançá-lo.

Com relação às mulheres negras, Angela Davis, ativista do movimento negro nos Estados Unidos, desbravou a luta dessas mulheres para inserção nos espaços da sociedade, entre eles, o político. Incansável nesse movimento, filiou-se ao Partido das Panteras Negras. Ficou presa por dezesseis meses, no entanto isso não eliminou sua militância; pelo contrário, a fortaleceu na defesa contra a discriminação de gênero, cor/raça e classe.

A ativista esteve sempre ligada à defesa das mulheres, principalmente as de minoria étnica, uma vez que os movimentos feministas também eram separatistas; as feministas brancas tinham muita resistência em aceitar as feministas negras. Sobre isso a autora pontua:

[...] as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade da privação econômica desde o tempo da escravidão. De modo semelhante, as mulheres indígenas, chicanas e porto-riquenhas sempre foram impactadas pela pobreza em números muito maiores do que suas irmãs brancas. (DAVIS, 2017, p. 30).

Com resistência, defendia a amorosidade, a importância da escolarização, de aprender com as experiências de outrem e da importância da arte na politização das pessoas, bem como a luta pelo sufrágio feminino. Sobre isso, ressalta que:

O sufrágio feminino emergia como uma reivindicação significativa nas batalhas das mulheres da classe trabalhadora, isso se dava porque o voto era uma arma potencialmente poderosa a ser empunhada na luta mais ampla, de classe contra o capitalismo. (DAVIS, 2017, p. 138).

A luta pela cidadania e sufrágio feminino é constante. Não obstante, quando se refere às mulheres negras, os desafios são ainda maiores. Fatores excludentes de gênero e de cor/raça ampliam as barreiras para a presença e participação de mulheres negras na política eleitoral. O fato de serem mulheres e, além disso, negras, as colocam em condições nefastas não só em relação aos homens, mas também numa comparação com as mulheres brancas. Se essas mulheres estiverem inseridas em interseccionalidade que se sobrepõe, como por exemplo, além de negras, forem pobres, indígenas ou trans, as dificuldades são potencializadas.

Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a participar da vida política no Brasil. No ano de 1934, lançou a candidatura de Deputada Estadual para representar o estado de Santa Catarina, na Assembleia Legislativa; ficou como suplente e assumiu o cargo entre 1935 e 1937. Foi eleita novamente em 1947, permanecendo no cargo até 1951. Também foi professora e lutou pelas pautas do magistério. Um dos seus projetos, a da Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948, instituiu o dia 15 de outubro como dia do(a) professor(a) e feriado escolar

em Santa Catarina. Posteriormente, esta data foi oficializada em todo o território brasileiro, incluída no calendário nacional no ano de 1963. Muito corajosa, Antonieta de Barros militava também como jornalista. Em suas crônicas escrevia sobre educação, criticava os abusos políticos da época e as questões femininas.

Antonieta de Barros foi homenageada no Brasil, recentemente. Por meio da Lei nº 14.518, de 4 de janeiro de 2023, seu nome foi incluído no livro de “Heróis e Heroínas da Pátria”. Descendente de pessoas escravizadas, foi e é motivo de orgulho e exemplo de superação para todas as mulheres, especialmente as negras.

Algumas mulheres negras têm conseguido se inserir na política brasileira, porém, esta representatividade ainda é muito baixa, visto que aproximadamente 55% da população brasileira é formada por mulheres pretas ou pardas. Para amenizar essa disparidade, a Coalizão Negra por Direitos – CND lidera um movimento com o objetivo de convencer o Tribunal Superior Eleitoral – TSE a organizar campanhas de conscientização em prol do voto em pessoas negras.

A proposta vai ao encontro da necessidade de o País construir parlamentos que sejam, de fato, representativos da população brasileira, ou seja, não compostos em sua maioria por homens brancos heterossexuais, mas também por mulheres, pretos, pardos, indígenas, LGBTs etc. (NASCIMENTO, 2020, n.p).

Entre as mulheres indígenas, a representatividade feminina na política vem aumentando e está em constante equilíbrio entre indígenas homens, revelando certa paridade de gênero. De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (2022):

48% são mulheres e 52%, homens. Neste universo merece destaque duas candidatas indígenas ao congresso nacional que utilizaram o seu nome social: Ten Silvia Waiapi (AP), pelo PL, e Indinarae Siqueira (RJ), pelo PT. (INESC, 2022, n.p).

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (2022), confirmou-se que:

O número de candidaturas autodeclaradas indígenas neste ano aumentou 32% em relação ao pleito de 2018. Enquanto naquele ano 130 candidatas dessa população se dispuseram a disputar as eleições para os cargos do legislativo estadual e federal, o número de candidaturas indígenas em 2022 chegou a 172 nomes. (INESC, 2022, n.p).

Diante disso, o que se percebe, de forma geral, é uma tímida atuação das mulheres no campo político-eleitoral. Uma tentativa inicial de amenizar esse problema, incentivando-se uma maior participação, foi com a exigência legal de um número mínimo de candidaturas

femininas a serem lançadas pelos partidos. Com efeito, a Lei n. 9.100/1995 estabelecia que “[v]inte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (art. 11, § 3º). Essa demarcação mínima foi ampliada com a aprovação da Lei n. 9.504/1997. Já no Projeto que lhe deu origem (PL n. 2.695/1997), previa-se que “[t]rinta por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (art. 10, § 3º). A preocupação legislativa da época em incentivar a presença feminina na política consta da justificativa da proposição:

A participação das mulheres na vida política também é reforçada, com a proposta de reserva de trinta por cento das candidaturas às eleições proporcionais, ampliando o percentual introduzido pela Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1.995. (BRASIL, 1997)

Contudo, mesmo levando em consideração essa cota mínima – hoje prevista no § 3º, do artigo 10, da Lei nº 9.504/1997 –, ainda é muito limitada a participação efetiva das mulheres nos órgãos de poder. Como exemplo de proporcionalidade de gênero, podemos citar as Eleições de 2018, na qual aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) de pessoas eleitas para a Câmara dos Deputados são homens. Em 2022, a porcentagem de homens caiu para 80% e a das mulheres subiu para 20%, mas a disparidade entre os gêneros continua a ser descomunal.

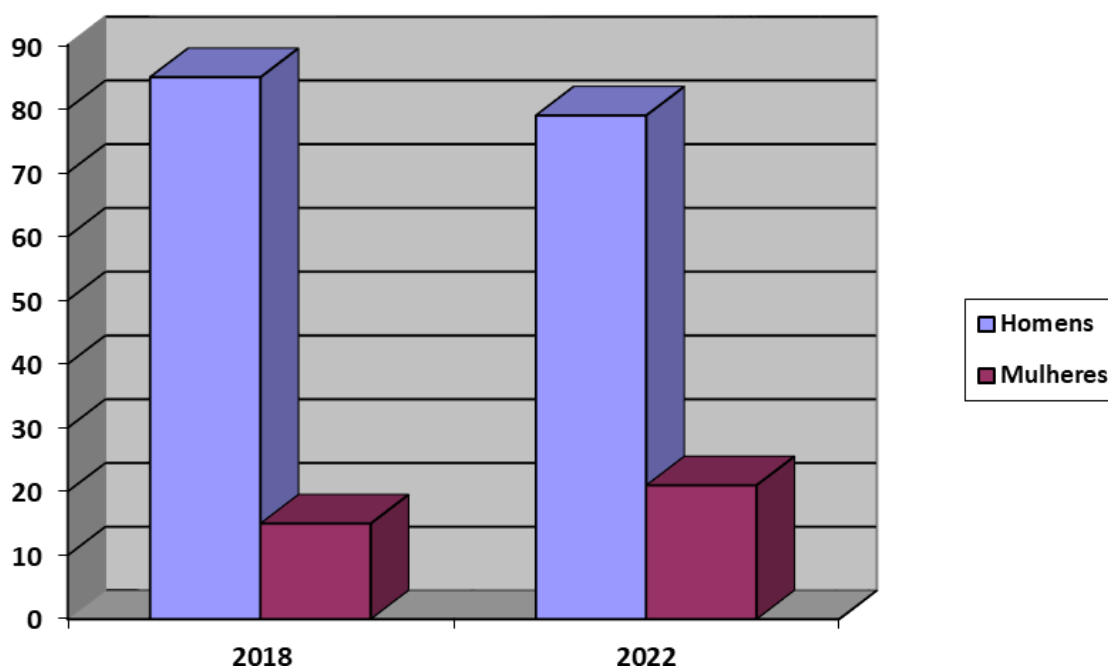


Gráfico 1 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para a Câmara dos Deputados nos pleitos de 2018 e 2022.

Fonte: Elaborado pela autora.

Da mesma forma que para a Câmara dos Deputados, no ano de 2018, para o Senado, 85% das pessoas eleitas também foram homens e apenas 15% de mulheres. Esse dado, aliás, rende à República Federativa do Brasil uma das piores colocações no *ranking* que classifica os países de acordo com a composição feminina nos Parlamntos nacionais. (MONTESANTI, 2018).

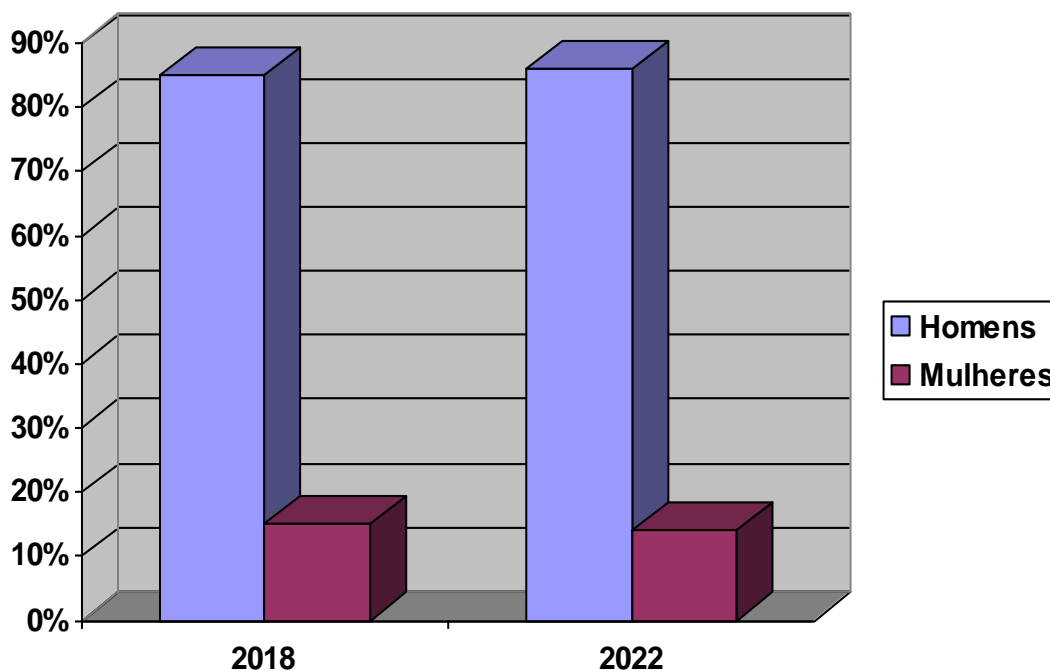


Gráfico 2 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para o Senado Federal nos pleitos de 2018 e 2022.
Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2022, em uma comparação com o ano de 2018, verifica-se que a diferença foi mínima nas porcentagens entre os gêneros, sendo que os homens obtiveram um ganho de 1% (um por cento) das vagas e subiram para 86% (oitenta e seis por cento), enquanto as mulheres apresentaram uma queda de 1% (um por cento) e conquistaram apenas 14% (quatorze por cento) do total das vagas para o Senado Federal.

Em relação às porcentagens de eleitos(as) para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, verifica-se que das eleições de 2018 para as de 2022, numa comparação entre os eleitos(as) houve aumento no número de mulheres para a Câmara dos Deputados – de 15% passou-se para 21% de mulheres eleitas –, já para o Senado Federal permaneceu a mesma quantidade, ou seja, 85% de homens e 15% de mulheres nas eleições de 2018 e de 2022.

Nesses mesmos pleitos eleitorais, para governadores foram eleitos 95% de homens contra apenas 5% de mulheres, como demonstra o Gráfico 3.

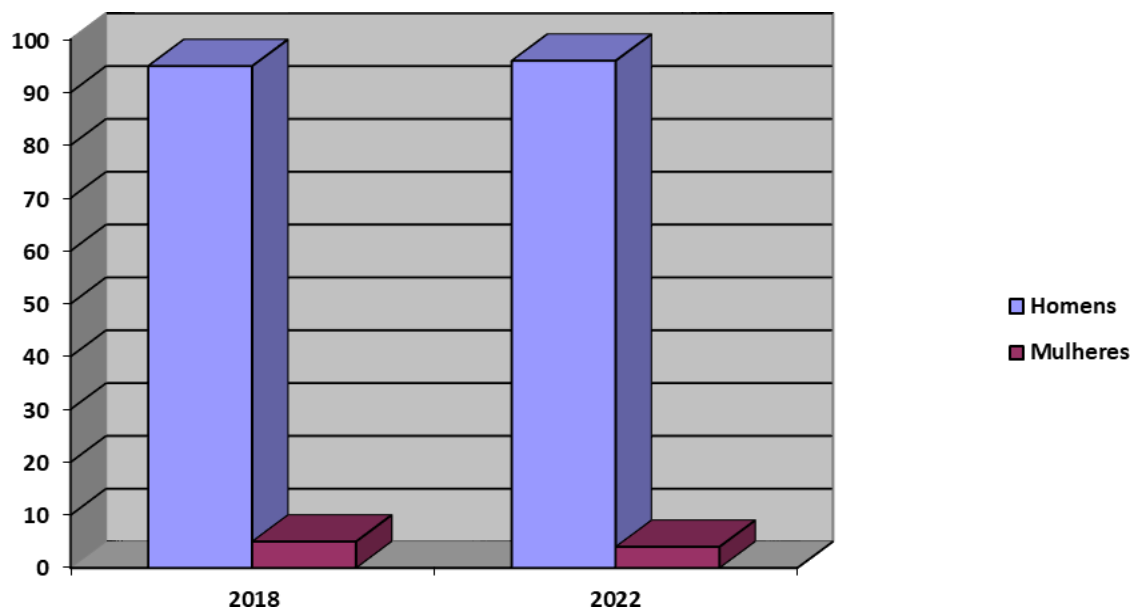


Gráfico 3 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para o Governo dos estados brasileiros nos pleitos de 2018 e 2022.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2022, essa porcentagem, que já era baixa para as mulheres, caiu ainda mais, passando de 5% para 4%. O Brasil elegeu apenas duas mulheres ao cargo de governadora: Maria de Fatima Bezerra, mulher de cor/raça parda, eleita no primeiro turno para governadora do Rio Grande do Norte e Raquel Teixeira Lyra Lucena, de cor/raça branca, eleita no segundo turno para governadora de Pernambuco. Quanto aos homens, o índice subiu de 95% para 96%. A diferença, embora nominalmente pareça mínima, é relevante se considerarmos que, no pequeno universo de 5% de senadoras, a queda para 4% significa perda de 20% da representatividade anterior. Conclui-se então, que a disparidade, ainda que pouca, é em desfavor às mulheres.

Muitas podem ser as razões para esse baixo índice na eleição de mulheres. O intenso trabalho na vida privada, como por exemplo, a preocupação e o cuidado com a família; o machismo estrutural presente no Brasil em que os homens historicamente detêm o poder em quase todas as esferas da vida; as desigualdades nas relações de gênero, marcadas pela dominação e poder masculinos, principalmente no mundo da política; a violência política de gênero que afeta as mulheres que conseguem conquistar espaços públicos e de decisão política; E ainda os estereótipos de gênero que recaem sobre as mulheres, tais como os de esposa, dona de casa, mãe, cuidadora da família, entre tantos outros. Nesse sentido, Flávia Biroli afirma:

A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens”. As mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política porque estariam naturalmente, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade.

(BIROLI, 2010, p,48).

Para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o índice em 2018 foi de 90% de homens e 10% de mulheres eleitas. Percebemos que no Estado do Paraná, em 2022, o índice de eleitas dobrou e as mulheres passaram a ocupar a Assembleia Legislativa em maior quantidade, 20%, conforme demonstra o gráfico 4.

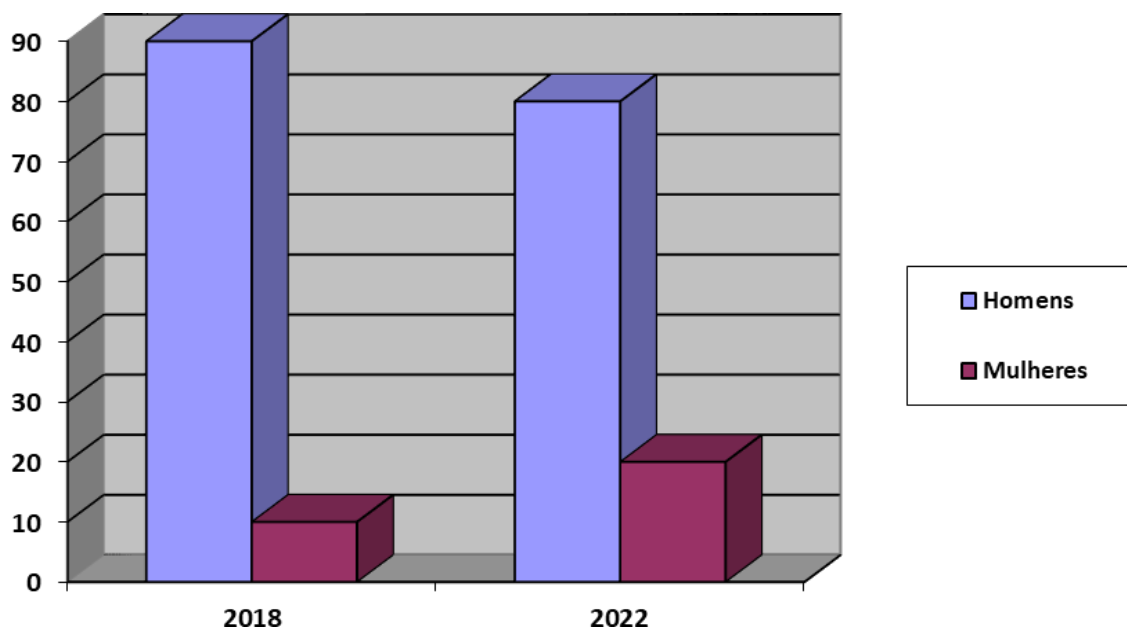


Gráfico 4 – Quantitativo de mulheres e homens eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nos pleitos de 2018 e 2022.

Fonte: Elaborado pela autora.

Da análise desses dados, uma primeira constatação salta aos olhos: as próprias mulheres não votam em mulheres. Em Mamborê-PR, por exemplo, em 2020, nas últimas eleições, nota-se, de acordo com as informações do TSE, que o município teve um eleitorado de 10.712 (dez mil, setecentos e doze) pessoas; destas, 5.586 (cinco mil quinhentos e oitenta e seis) são mulheres, um percentual de 52%. Dos eleitores aptos, 8.886 (oito mil, oitocentos e oitenta e seis) compareceram para votar. Entre as mulheres, houve um comparecimento de 4.656 (quatro mil seiscentos e cinquenta e seis), registrando-se 930 (novecentas e trinta) abstenções. No entanto, as mulheres candidatas receberam 2.071 (dois mil e setenta e um) votos, o que representa 44,48% do eleitorado feminino. Daí outra constatação, ainda pior: a maioria das mulheres não votaram em mulheres. Caso, portanto, o gênero fosse determinante do voto ter-se-ia, senão uma correspondente superioridade de eleitas, pelo menos maior equivalência.

A disparidade político-representativa em detrimento das mulheres tem matrizes históricas e estruturais. Está associada a uma submissão multissecular imposta pela família,

pela sociedade e pelo Estado. Consequentemente, incorporou-se à própria formação sócio-política nacional, transpassando gerações e instituições.

Daí a importância de ações estatais afirmativas, tais como a já citada cota de gênero. O jugo feminino em relações privadas e públicas, tendo raízes profundas, antigas e mesmo constitutivas da sociedade atual, dificilmente poderá ser superado de forma espontânea. Por isso que o Estado, além de prever em estatutos legais o direito à igualdade – aqui, em uma dimensão político-participativa –, deve atuar concretamente para que tal igualdade seja assegurada na prática.

A cota de gênero adotada pelo Brasil, contudo, mostrou-se insuficiente. Isso porque ela, desde que instituída, se limita a prever uma reserva de candidaturas femininas. Não há como negar que representou um avanço, dado que, antes, os partidos tinham liberdade para lançar somente candidatos homens – o que, aliás, era muito comum, como se nota pelo histórico de eleições em Mamborê-PR. Contudo, em pouco tempo percebeu-se uma debilidade óbvia: a reserva de candidaturas não assegura paridade de eleitas. Essa falha se intensifica no contexto brasileiro, em que, tal como visto, as próprias mulheres não votam em mulheres. Em suma, a regra de cota de candidaturas femininas se vê cumprida com a mera disputa de eleições por mulheres, sendo-lhe indiferente se dessas candidaturas decorrem efetiva correspondência representativa.

Se não bastasse, a regra da cota de gênero fez surgir no cenário eleitoral novo fenômeno: as candidaturas “laranjas”. Trata-se da inscrição de candidatas mulheres que, na prática, não se engajam no debate político, não realizam atos de campanha e, muitas vezes, não recebem nenhum voto, isto é, nem mesmo elas votam em si mesmas.

De acordo com José Sérgio Martins Juvêncio:

Recorrendo a esse tipo de candidatura os partidos não estavam interessados em pessoas que concorressem de fato, que iriam buscar votos, recursos, disputar espaços políticos. “Apenas” seria preciso que essas mulheres disponibilizassem seus nomes para que os partidos os usassem nas listas de candidatos (JUVÊNCIO, 2013, p. 11).

A razão para isso é que, pela regra da cota de gênero, os partidos não podem lançar candidaturas sem a observância da reserva mínima de vagas de 30% (trinta por cento) para “cada sexo”⁷. Daí que, apenas para cumprir formalmente a cota, os partidos inscrevem candidatas que, na prática, não são verdadeiras postulantes ao cargo concorrido. A lei aparentemente é cumprida, mas viola-se o seu real objetivo. Ao invés de os partidos tomarem

⁷ Os termos constam do § 3º do art. 10 da Lei 9.504 de 1997, já referido.

a regra de cotas como meio de incentivo à efetiva participação das mulheres na política, buscaram subterfúgios para que a regra seja observada apenas em termos formais. A trapaça é evidente.

O fenômeno referido exigiu reação da Justiça Eleitoral. Alguns dos casos das denominadas candidaturas “laranjas” de mulheres foram submetidos à análise do Judiciário e, nessa instância, receberam a devida qualificação de “fraude” à cota de gênero. Em consulta ao *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), verificou-se que um dos primeiros julgamentos a respeito desse tema ocorreu em processo relativo às Eleições de 2012. Consta da decisão proferida:

[...]

4. É possível verificar, por meio da ação de investigação judicial eleitoral, se o partido político efetivamente respeita a normalidade das eleições prevista no ordenamento jurídico - tanto no momento do registro como no curso das campanhas eleitorais, no que tange à efetiva observância da regra prevista no art. 10, § 3º, da Lei das Eleições - ou se há o lançamento de candidaturas apenas para que se preencha, em fraude à lei, o número mínimo de vagas previsto para cada gênero, sem o efetivo desenvolvimento das candidaturas.

5. Ainda que os partidos políticos possuam autonomia para escolher seus candidatos e estabelecer quais candidaturas merecem maior apoio ou destaque na propaganda eleitoral, é necessário que sejam assegurados, nos termos da lei e dos critérios definidos pelos partidos políticos, os recursos financeiros e meios para que as candidaturas de cada gênero sejam efetivas e não traduzam mero estado de aparências.

[...] (BRASIL, 2016, p. 65-66).

Constatada uma violação à Lei, é natural os questionamentos sobre quais as consequências decorrentes aos responsáveis. No tema ora analisado, pergunta-se: o que ocorre com os partidos que lançam candidaturas “laranjas” de mulheres, apenas para um aparente cumprimento da regra da cota de gênero? A resposta foi também dada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e não poderia ser menos enérgica, considerando a gravidade desse comportamento, que representa “um verdadeiro deboche ao povo brasileiro, especialmente às mulheres, ao ordenamento jurídico, ao Poder Judiciário e à Constituição da República que consagra a igualdade como um de seus vetores” (MACEDO, 2014, p. 230). O TSE decidiu que:

Caracterizada a fraude e, por conseguinte, comprometida a disputa, a consequência jurídica é: (i) a cassação dos candidatos vinculados ao DRAP, independentemente de prova da sua participação, ciência ou anuência; (ii) a inelegibilidade àqueles que efetivamente praticaram ou anuíram com a conduta; e (iii) a nulidade dos votos obtidos pela Coligação, com a recontagem do cálculo dos quocientes eleitoral e partidários, nos termos do art. 222 do Código Eleitoral. (BRASIL, 2022, s/p)

Percebemos num contexto geral que, com a exigência legal, o número de candidaturas de mulheres foi aumentado em alguns casos. No entanto, esta proporção não se reflete entre quem, de fato, obtém o mandato popular.

2.4 Dilma Vana Rousseff - A mulher que conquistou o mais alto cargo na política nacional

Dilma Vana Rousseff, mineira de Belo Horizonte, nasceu em 14 de dezembro de 1947, sendo filha de Pedro Rousseff e de Dilma Jane da Silva. (PLANALTO, 2022)

Seu envolvimento político começou cedo. O Colégio Estadual Central, onde estudou o Ensino Médio, é apontado como “centro da efervescência estudantil” de Belo Horizonte na época (PLANALTO, 2022). A partir de 1967, ela se vincula a organizações de esquerda engajadas na luta contra a ditadura, incluindo a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2018).

Como ocorria com os opositores do regime político de então, Dilma Vana Rousseff foi perseguida por agentes do Estado. Em consulta ao banco de dados do projeto “Brasil: Nunca Mais – BNM”⁸, encontra-se três processos nos quais a jovem de então foi acusada. A ação 73/69 envolveu a participação no Comando de Libertação Nacional – COLINA. Na denúncia, atribuiu-se-lhe ser integrante do Setor Estudantil da organização, além de recolher contribuições para o grupo. Foi condenada a 1 (um) ano de detenção. Já a ação 46/70 envolveu a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) e Dilma Vana Rousseff foi acusada de integrar o grupo. Foi condenada a 13 (treze) meses de reclusão. Por fim, na ação 366/70, também relacionada à VAR-Palmares, ela foi condenada a 4 (quatro) anos de reclusão e teve seus direitos políticos suspensos por 10 (dez) anos. Essa última decisão, porém, foi afastada pelo Superior Tribunal Militar em análise de recurso de sua Defesa.

⁸O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM, originariamente, foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. O objetivo era analisar os processos políticos que tramitaram durante o Regime Militar (1964-1985). Atualmente, o banco de dados do projeto BNM consta na *internet*, estando acessível ao público.



Figura 9 – Dilma Rousseff, em 1970, durante interrogatório no Auditório Militar do Rio de Janeiro (RJ), no dia 17 de novembro de 1970.

Fonte: Wikipédia – 2024

Em depoimento prestado à Comissão de Indenização de Presos Políticos do Rio Grande do Sul, Dilma Vana Rousseff conta “que foi presa no dia 16 de janeiro de 1970, às 16 horas, em São Paulo”. Além de irregularidades relacionadas à forma como tratavam as pessoas detidas, há a menção a muitas torturas que sofrera:

Algumas características da tortura. No início não tinha rotina. Não se distinguia se era dia ou noite. O interrogatório começava. Geralmente, o básico era choque. Começava assim: “em 1968 o que você estava fazendo?” e acaba no Angelo Pezzuti e na fuga, ganhando intensidade, com sessões de pau-de-arara, o que a gente não aguenta muito tempo. Então, se o interrogatório é de longa duração, com interrogador “experiente” ele te bota no pau-de-arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes também usava palmatória, usava

em mim muita palmatória. Em SP usaram pouco esse método. No final, quando estava para ir embora, começou uma rotina. No início não tinha rotina. Era de dia e de noite. Emagreci muito, pois não me alimentava direito.

[...]

Fiquei presa três anos. O stress é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão Lembro-me do medo quando minha pela tremeu. Tem um lado que marca a gente o resto da vida.

[...]

As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim (BRASIL, 2015).

Dilma Vana Rousseff saiu da cadeia em 1972. Mais magra e com a saúde debilitada, morou por algum tempo com a família em Belo Horizonte, mas acabou se mudando para Porto Alegre para se manter próxima do namorado Carlos Franklin de Araújo, também integrante da VAR-Palmares e então preso na capital gaúcha. Ela voltou a estudar e teve, em 1977, sua única filha, Paula Rousseff Araújo. (CARVALHO, 2010).

O período em Porto Alegre não ficou alheio à política. O casal aderiu ao trabalhismo e ao PDT de Leonel Brizola. Carlos Franklin de Araújo se elegeu Deputado Estadual por três vezes, com mandatos de 1982 a 1994. Dilma Vana Rousseff trabalhou como assessora do PDT na Assembleia Legislativa e, junto com o marido, endossou a candidatura de Alceu Collares à Prefeitura de Porto Alegre. Eleito, o prefeito a nomeou para a Secretaria da Fazenda. Foi o primeiro cargo de relevância política na sua carreira. Depois, com a eleição de Collares para Governador, ela se tornou Presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, vindo a ser, anos depois, Secretária de Energia, Minas e Comunicações, no qual ficou de dezembro de 1994 a dezembro de 1995. (CARVALHO, 2010)

A pasta de Energia, Minas e Comunicações foi determinante para a alavancagem política de Dilma Vana Rousseff. Ela voltou ao cargo de Secretária em 1999, no governo de Olívio Dutra (PT). Nesse período houve uma crise na relação entre o governador e Leonel Brizola, que reivindicava mais espaço para o PDT no Executivo estadual. O choque repercutiu nas eleições municipais de 2000, pois o PDT indicou Alceu Collares para a candidatura à prefeitura de Porto Alegre, enquanto o PT lançou Tarso Genro. Com a vitória deste, Dilma Vana Rousseff se filiou ao PT. Devemos lembrar que a época foi marcada pela crise do apagão, mas o Rio Grande do Sul acabou como um dos estados menos atingidos e ela se destacou no gerenciamento da situação. É interessante o relato do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o início de sua relação com Dilma Vana Rousseff:

‘Eu sabia que ela era secretária do Olívio Dutra, mas não tinha muito contato, até porque ela era do PDT. Quem cuidava do meu grupo de energia

era o Pinguelli Rosa. Então, a gente tinha, a cada ano, três, quatro reuniões com vários engenheiros do setor energético. Já próximo de 2002, aparece por lá uma companheira com um computadorzinho na mão. Começamos a discutir e percebi que ela tinha um diferencial dos demais que estavam ali porque ela vinha com a praticidade do exercício da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Aí eu fiquei pensando: acho que já encontrei a minha ministra aqui. Ela se sobressaiu em uma reunião com quinze pessoas. Pela objetividade e pelo alto grau de conhecimento do setor. Foi assim que ela apareceu no meu governo.’ (CARVALHO, 2010, p. 152)

Nomeada como Ministra de Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff desempenhou um papel mais técnico do que político. Há relatos de que demonstrou sua personalidade forte, tendo em vista os embates que teve com outros agentes públicos associados à área de sua competência. A Ministra, porém, contava com o suporte de José Dirceu e Antonio Palocci, respectivamente Ministros da Casa Civil e da Fazenda. Como se sabe, ambos se desligaram do Governo em razão de escândalos sobre possíveis desvios de conduta. Ainda assim, a influência da Ministra não diminuiu. Ao contrário, “[c]om a debacle dos dois, em vez de perder poder, Dilma ficou mais forte: Lula a nomeou chefe da Casa Civil” (CARVALHO, 2010, p.159).

O Ministério da Casa Civil foi a última etapa antes de Dilma Vana Rousseff ser a candidata à presidência da república pelo PT. Quanto à sua chegada ao cargo, são esclarecedores os relatos de dois assessores próximos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na época, colhidos por Luiz Maklouf Carvalho (2010): “Duas coisas colocaram a ministra Dilma no visor do presidente: a coragem de encarar situações difíceis e a capacidade técnica” (Gilberto Carvalho); “O Ministério das Minas e Energia não era periférico. Lula sabia que outro apagão seria desastroso. E ela executava, trazia resultados. Lula percebeu que ela fazia as coisas andarem” (Franklin Martins).

Na verdade, pode-se mesmo dizer que o papel desempenhado por Dilma Vana Rousseff na Casa Civil foi determinante para sua escolha como sucessora do presidente Lula. De acordo com a Lei nº 10.683/2003 (BRASIL, 2003), a Casa Civil integrava a Presidência da República e lhe competia auxiliar o Presidente “especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo [...]” (art. 2º). Não há dúvidas sobre a importância da Casa Civil na organização do Executivo federal. Seu encarregado exerce uma espécie de gerência de todo o governo. Dilma Vana Rousseff ocupou o cargo de 21 de junho de 2005 até 31 de março de 2010, por exigência legal, dele se desligou para poder ser candidata.

Em 2010, o contexto socioeconômico era favorável a uma candidatura de situação. Partindo da ideia de “voto retrospectivo”, segundo a qual a escolha do(a) eleitor(a) é influenciada pela sua consideração quanto ao passado por ele vivenciado. Monize Arquer

(2013) destaca que a alta avaliação positiva do governo Lula II, a percepção favorável da população sobre a economia, a sensação de avanço de classe social e a aprovação de políticas pública até então implementadas foram fatores importantes para a vitória de Dilma Vana Rousseff.

A campanha petista tinha ciência disso. Não foi à toa, de fato, o esforço empreendido na propaganda política da coligação para “colar” a imagem de Lula em Dilma. Conforme sustentam Lucas Gandin e Luciana Parke (2015, p. 174), “A estratégia utilizada pelo partido foi colocar Lula como o principal cabo eleitoral de Dilma para mostra-la como coautora das realizações de seu governo, transferindo-lhe parte do prestígio do ex-presidente”. Mas havia também uma necessidade de aprimorar o *ethos*⁹ de Dilma Vana Rousseff. É que sua trajetória “rendeu-lhe a imagem de uma pessoa técnica, apta para resolver problemas, mas com pouco carisma perante os eleitores” (GANDIN; PARKE, 2015, p. 175).

Isso explica, ademais, porque na construção da imagem de Dilma Vana Rousseff como candidata à presidência em 2010 esteve muito presente sua associação à figura materna. A humanização do agente político é uma característica constatada em diversas falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes mesmo dela figurar como sua potencial sucessora. Como Presidente, Lula preferia o termo “cuidar” a “governar”, o que era por ele reconhecido em discursos públicos. Já no ano anterior às eleições de 2010, partiu de Lula, publicamente, o reconhecimento de Dilma Vana Rousseff como “mãe do PAC”⁸. Ao tempo da campanha, a imagem dela relacionada ao papel maternal “mostrou-se um recurso retórico – construído no interior da cultura – muito eficaz do ponto de vista político, uma estratégia sensível, capaz de apresentar o modelo de bom governo com forte apelo emocional” (PIRES, 2011, p.159).

A eleição presidencial de 2010 aconteceu em dois turnos. A Constituição (1988) exige maioria absoluta de votos “a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos” para a declaração do eleito em disputa única (art. 77, § 2º); prevê ainda que, não atingindo tal número, haverá segundo turno, nele “concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos”. No primeiro

⁹ O *ethos* é a “imagem produzida pelo discurso, ligada à percepção das representações sociais, do enunciador e do ouvinte” (GANDIN; PARKE, 2015, p. 170).

⁸ “PAC” é a sigla de “Programa de Aceleração do Crescimento”, projeto do Governo Lula II que contava com “um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal, promovendo o crescimento acelerado do país com diminuição das desigualdades de renda e entre regiões, preservando, entretanto, o equilíbrio fiscal e monetário e reduzindo a dívida e a vulnerabilidade externa”. (FGV CPDOC. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>. Acesso em: 5 maio 2023.)

turno, Dilma Vana Rousseff recebeu 47.651.434 de votos (46,91% dos válidos), ante 33.132.283 (32,61% dos válidos) de José Serra. No segundo turno, a candidata obteve 55.752.529 de votos (56,05% dos válidos) contra 43.711.388 de seu concorrente (43,95% dos válidos) segundo dados do TSE (2010). Assim foi eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil.



Figura 10 – Presidenta Dilma Vana Rousseff
Fonte: Wikipédia – 2024

Em 120 anos de República, 35 homens haviam ocupado o posto. Estava-se diante de um feito histórico e, de certa forma, até impensável em décadas anteriores. Segundo Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, ao tempo da retomada democrática,

[n]ão seria possível imaginar que o país iria eleger para a Presidência da República um acadêmico refinado como Fernando Henrique Cardoso, ou um líder operário como Lula, e uma mulher e ex-guerrilheira, Dilma Rousseff. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 502).

O ineditismo da circunstância foi realçado por Dilma Vana Rousseff no seu discurso de posse, cujas palavras iniciais após as formalidades protocolares foram: “pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher” (SENADO FEDERAL, 2011).

Em 2014, Dilma protagonizou um novo feito histórico: tornou-se a primeira mulher

reeleita Presidenta da República. No primeiro turno das eleições, Dilma recebeu 43.267.668 de votos (41,59% dos válidos), e o segundo colocado, Aécio Neves, obteve 34.897.211 (33,55% dos válidos). No segundo turno, a candidata alcançou 54.501.118 de votos (51,64% dos válidos), superando os 51.041.155 de seu concorrente (48,36% dos válidos), segundo dados do TSE (2014).

Como é de conhecimento, Dilma teve seu mandato interrompido em 2016. A então Presidenta da República foi alvo de processo de *impeachment*, mecanismo previsto na Constituição para a cassação do Chefe de Estado e de Governo. Pela excepcionalidade de suas consequências, o *impeachment*, para ser concretizado, pressupõe, ao menos teoricamente, a prática de “crime de responsabilidade”. Dilma foi acusada e condenada pela prática das famigeradas “pedaladas fiscais” e pela abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso. A sentença proferida registra:

O Senado Federal entendeu que a Senhora Presidente da República DILMA VANA ROUSSEFF cometeu os crimes de responsabilidade consistentes em contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional previstos nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, bem como no art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, por 61 votos, havendo sido registrados 20 votos contrários e nenhuma abstenção, ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 2016, p.1-2)

Os atos atribuídos a Dilma, e com base nos quais a então Presidenta foi condenada, retratam conceitos técnico-jurídicos complexos. O(a) cidadão(ã) em geral não consegue compreender o preciso significado de “contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União” e de “editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional”.

Na verdade, esses atos representaram, exclusivamente, a justificativa formal para o *impeachment* de Dilma Rousseff. A cassação da então presidenta teve como fundamentos determinantes razões puramente políticas e, sobretudo, misóginas. De fato, ainda na campanha para sua primeira eleição, Dilma já enfrentara “diversas resistências por estar no lugar de mulher, divorciada, militante contra a ditadura iniciada em 1964 e representante do Partido dos Trabalhadores (PT), costumeiramente considerado um partido de esquerda” (ZDEBSKYI; MARANHÃO FILHO; PEDRO, 2015, p. 228). Em 2015, primeiro ano do segundo mandato de Dilma, a Presidenta sofreu queda nos índices de popularidade e teve de lidar com um contexto político e econômico bastante difícil:

O ano de 2015 foi marcado no campo da política pelo avanço da maior investigação sobre corrupção já vista no país, a operação Lava Jato que, posteriormente, veio a envolver políticos dos principais partidos brasileiros, mas que, no estágio em que se encontrava então, apontava basicamente para políticos do PT e da base aliada do Governo. No campo da macroeconomia, forte retração de crescimento econômico (o maior do país em 25 anos), crescentes taxas de desemprego e de inflação. (VEIGA; DUTT-ROSS; BOZZA MARTINS, 2020, p. 2)

Contudo, houve resistência ao processo de *impeachment* contra Dilma. No aspecto político, parcela da sociedade se opunha à destituição da Presidenta eleita democraticamente. Ao contrário do que se poderia supor, não havia consenso social. Conforme registram Marian Rezende dos Passos e Érika Baptista:

A partir de 2016, vários livros, artigos e ensaios foram publicados com base na narrativa do golpe, o que também serviu como legitimação desse discurso. Em texto publicado no livro *Por que gritamos golpe?*, Luís Felipe Miguel argumenta que o golpe ou “o impedimento da presidente [...] sem crime de responsabilidade claramente identificado” foi uma “afronta aberta às regras estabelecidas [e] marcou a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder” (MIGUEL, 2016a, p. 32). Na mesma linha de raciocínio, o filósofo e sociólogo Michael Löwy (2016), em capítulo publicado na mesma obra, discorreu que era necessário “dar nome aos bois” e identificar o processo de impeachment como um golpe de Estado “pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado” (LÖWY, 2016, p. 64). (PASSOS; BAPTISTA, 2018, p. 117).

Além da resistência política, no campo jurídico também houve embate entre correntes contrapostas. Em oposição à tese acusatória, diversos intelectuais e juristas sustentavam a não caracterização dos crimes de reponsabilidade atribuídos a Dilma. Exemplificativo dessa objeção foi o manifesto intitulado “A Nova Campanha da Legalidade”. Assinado por mais de 8 (oito) mil advogados e juristas (MANIFESTO, 2016), o documento registrava:

Não podemos aceitar a relativização do princípio democrático por meio de um procedimento de impeachment sem fundamento jurídico. A Constituição exige o cometimento, pelo Presidente, de crime de responsabilidade, a ser previamente definido em lei ordinária. Não se trata, portanto, de pura e simples decisão política ligada à satisfação ou insatisfação com a gestão. O voto popular escolhe o Presidente para um mandato de quatro anos, findo o qual será avaliado. Ainda que se afirme ser o impeachment uma decisão política, isso não afasta sua juridicidade, ou seja, seu caráter de decisão jurídica obediente à Constituição. A aprovação de leis ou a edição de decretos também são decisões políticas, mas nem por isso podem contrariar a Constituição. Afirmar que o julgamento é político não pode significar que a Constituição possa ser descumprida. (PELA DEMOCRACIA, 2018, p. 478)

A primeira mulher Presidenta do Brasil foi também a primeira Presidenta a sofrer

impeachment. O dado é alarmante: entre todos os 38 (trinta e oito) Presidentes da República, somente uma mulher eleita, e que foi impedida de cumprir seu governo por meio de um *impeachment*, uma mulher interrompida!¹⁰ Não parece mera coincidência. Em realidade, o caminho para a deposição de Dilma foi construído com elevado grau de machismo e de misoginia. Em relação a esse contexto Flavia Biroli ressalta:

Dois conjuntos de problemas precisam ser destacados, no meu entendimento. Um deles é o modo como sexismo e misoginia desempenharam um papel na caracterização de Rousseff como incompetente e indesejável à frente do Executivo, definindo uma abordagem no processo de legitimação do *impeachment* sem crime de responsabilidade. Poderiam ter sido outros os registros, mas foram, em abundância, organizados por estereótipos de gênero. O segundo conjunto de problemas diz respeito à ofensiva conservadora em curso no Brasil e na América Latina no que diz respeito ao papel social das mulheres e aos direitos conquistados nas últimas décadas. Convergem as ofensivas contra os direitos de trabalhadoras e trabalhadores e o ataque frontal ao que vem sendo definido como “ideologia de gênero”, que corresponde ao conjunto de conquistas e conhecimento acadêmico referenciado pela igualdade de gênero. Mas uma vez, o apelo à neutralidade é uma forma de naturalizar perspectivas machistas. Desde a deposição de Rousseff, acelerou-se um ajuste fiscal que restringe equipamentos públicos, responsabilidades do Estado e ações para a retirada de direitos e garantias sociais. As reações são, assim, às mulheres na política e a uma condição de maior participação na vida pública. Em conjunto, reconfiguram a participação social das mulheres e colocam em risco a posição em que a ofensiva conservadora e o governo pós-deposição querem colocá-las, a de sujeitos na vida doméstica, mas não na vida pública; em outras palavras, a de indivíduos domesticados. De muitas localizações sociais emergem vozes que deixam claro que as mulheres não aceitam essa restrição à sua condição de cidadãs. Os golpes que se recolocam desde a deposição se dão em meio a conflitos, o jogo continua a ser jogado. (BIROLI, 2018, p. 81-82)

Mais recentemente, houve importantes desdobramentos em relação aos fatos que levaram à deposição de Dilma. Em setembro de 2022, o Ministério Público Federal arquivou inquérito instaurado para investigar possível improbidade administrativa no que concerne às denominadas “pedaladas fiscais”, tendo por fundamentos a boa-fé dos gestores e a adoção de conduta conforme às práticas do Ministério de Planejamento (REINA, 2022). Já em agosto de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve decisão de arquivamento

¹⁰ Ao utilizarmos o termo “interrompida”, fazemos alusão ao Documentário “Me farei ouvir”, com direção de Bianca Novais e Flora Egécia e roteiro de Dandara Lima, que trazem os exemplos da presidenta Dilma Rousseff e da vereadora Marielle Franco (pela cidade do Rio de Janeiro), mulheres interrompidas em seus mandatos, e no caso de Marielle, brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, um crime que lhe interrompeu a vida. Para além disso, o Documentário citado aborda a presença das mulheres na política brasileira, com depoimentos de várias parlamentares, mulheres públicas, evidenciando a sub-representação, as desigualdades e as violências de gênero que elas enfrentam para acessar e se manter em espaços de poder e decisão. É válido mencionar, que o assassinato de Marielle Franco, somente começa a ser desvendado no ano de 2024, trazendo à tona os nomes dos mandantes do crime, os quais estão presos. As investigações ainda estão em andamento.

em ação de improbidade movida contra Dilma, também por conta das tais “pedaladas fiscais” (RICHTER, 2023). Essas decisões tomadas por órgãos técnicos tendem a confirmar o que um setor da sociedade defendia já em 2016: o *impeachment* de Dilma teve causas mais políticas do que jurídicas. Indiretamente, robustece-se os argumentos sobre o contexto preconceituoso que compôs o enredo da deposição. A história está a dar razão que Dilma foi cassada, interrompida, não por seus atos, e sim pelo que era e pelo que representava.

Ao contrário do que alguns setores da sociedade esperavam, a trajetória política de Dilma Rousseff não acabou com o *impeachment*. Atualmente, ela é presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), uma instituição financeira pertencente aos BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além de outros países agrupados recentemente. Em 2023, Dilma foi eleita a mulher economista do ano, pelo Sistema Cofecon/Corecons, que reúne o Conselho Federal de Economia e os Conselhos Regionais de Economia, devido à sua expressiva atuação na área econômica brasileira.

CAPÍTULO 3

CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ NA POLÍTICA ELEITORAL

O município de Mamborê localiza-se na Zona Fisiográfica do Centro Oeste do Paraná, na microrregião de Campo Mourão. Com altitude de 750 metros acima do nível do mar. Compreende uma área total de 803.344 Km². Suas coordenadas geográficas são: 24° 19' 10'' de Latitude Sul e 52° 31' 48'' de Longitude Oeste.



Figura 11 – Mapa de localização do Município de Mamborê no Estado do Paraná.
Fonte: WIKIPÉDIA, 2022.

Como se observa no mapa (figura 12), Mamborê limita-se ao norte com Campo Mourão, ao Sul com Campina da Lagoa e Nova Cantú, a Leste com Campo Mourão e Luiziana, a Oeste com Juranda e Noroeste com Boa Esperança.

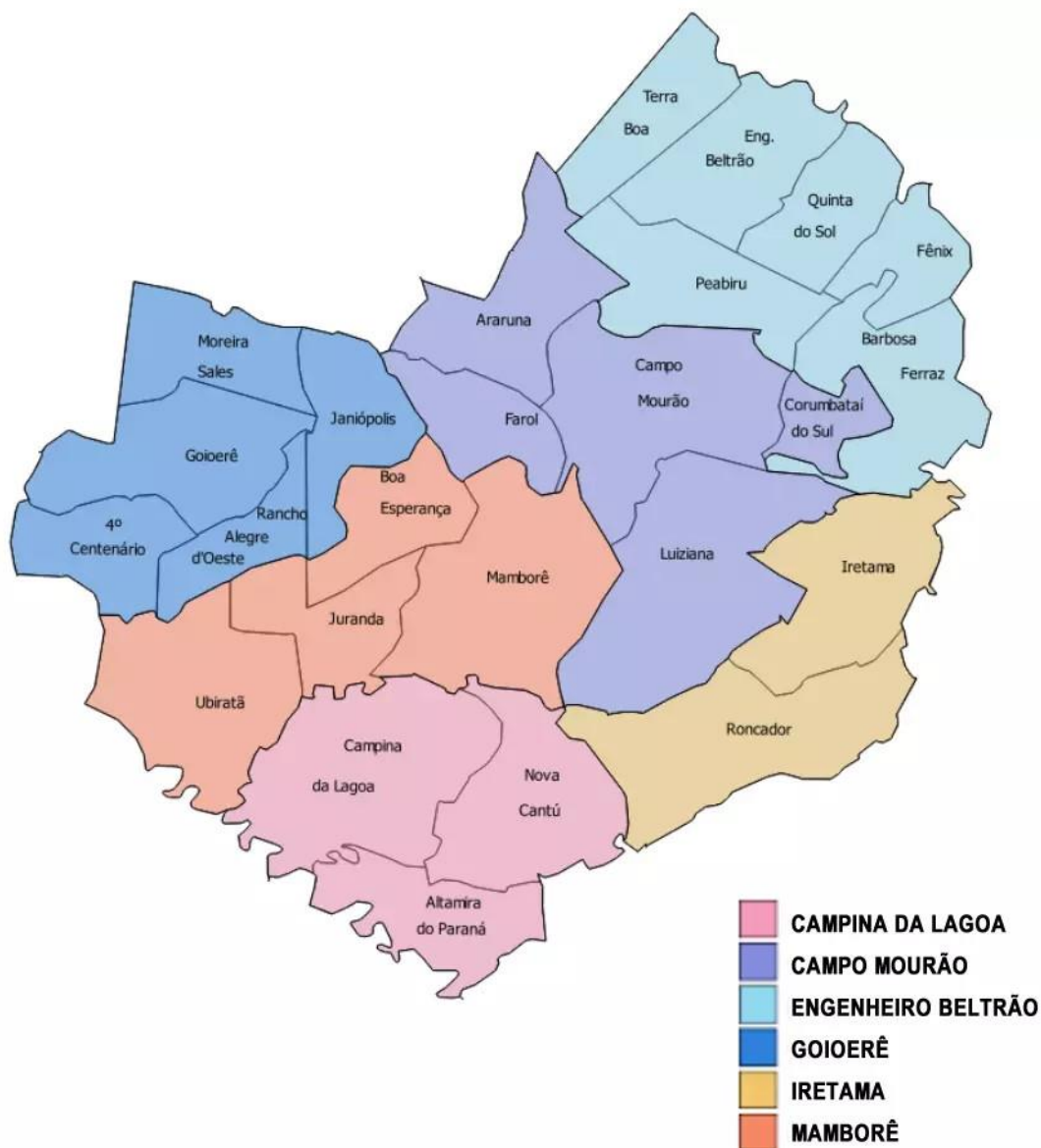


Figura 12 – Unidade Regional de Sanidade Agropecuária – URS de Campo Mourão.
Fonte: ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

A economia do município tem a maior parte concentrada na agricultura. Sua população, de acordo com o último recenseamento, em 2010, era de 13.961 habitantes, porém, o último senso, em 2022 registra uma população de 13.452 pessoas.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mamborê, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, definem que o número de vereadores(as) deverá ser de acordo com o número de habitantes. Com base nisso, a Lei orgânica, em seu Artigo 14, parágrafo 1º, inciso I, estabelece: “I - Até trinta mil habitantes, nove vereadores.” O município de Mamborê possui cerca de 14.000 habitantes, portanto a Câmara Municipal, no atual contexto, deverá ser ocupada por nove vereadores(as), eleitos(as) por eleições diretas. Numa breve consulta junto ao *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, constatamos que

pelos dados atuais, na última eleição, em 2020, as mulheres formaram a maioria do eleitorado.

3.1 As mulheres eleitas no Município de Mamborê

Dos 10.712 eleitores(as) mamboreenses, aproximadamente 5.580 são mulheres, ou seja, mais de 52%. Por outro lado, observamos que apenas uma mulher, Maria Thereza Pereira Murback ocupa atualmente uma vaga no Legislativo. Um número extremamente baixo! Outro dado importante é que, a partir da emancipação política do município de Mamborê, em 1960, ocorreram sucessivos pleitos eleitorais e a primeira mulher eleita, Olga Antônia Brunetta, proclamada vereadora com 269 votos, sobrevém apenas no ano de 1982, no sexto pleito eleitoral.



Figura 13 – Mapa de vereadoras eleitas no Município de Mamborê.
Fonte: Produzido pela autora, no WordArt

Em toda sua trajetória política, o município de Mamborê elegeu apenas 4 (quatro) mulheres para o Legislativo Municipal. E apenas 1 (uma) delas, Deomira Brunetta, posteriormente, também foi eleita vice-prefeita. Até o momento, foi a única a alcançar uma posição no Executivo. Márcia Regina assumiu como vice-prefeita em 2009 devido a um

problema na justiça ocorrido com o primeiro colocado no pleito de 2008. Tão logo o problema se resolveu, os eleitos assumiram o cargo.

Em 1960, ano de emancipação política do Município de Mamborê, não houve eleições. Nelson Chiminácio foi designado como prefeito. Em 8 de outubro de 1961 aconteceu a primeira eleição em Mamborê. Três partidos disputaram essa eleição e os candidatos, todos do gênero masculino. Foram 3.014 votantes. Disputaram o cargo de prefeito: Nelson Chiminácio que já estava em exercício e Ernesto Carlos Look que venceu a eleição conquistando 1.550 votos, contra 1.359 de Nelson Chiminácio. Ainda houve 76 votos nulos e 29 brancos. O Partido Social Democrático conquistou 1.241 votos e elegeu 4 vereadores. O partido União Democrática Nacional conseguiu 883 votos e elegeu 3 vereadores e o Partido Democrata Cristão ficou com 741 dos votos e fez duas cadeiras na Câmara. 52 votos foram brancos e 97 nulos. Nem sequer houve mulheres candidatas.

Em 1965 a disputa para prefeito aconteceu entre as chapas de João Szesz e o vice Virgílio Máximo Ecker; Nelson Chiminácio e o vice Reinaldo Silva. Foi eleita a chapa composta por João Szesz e Virgílio Máximo Ecker, que obteve 1.212 dos 2.416 votos. Para a Câmara Municipal foram 9 (nove) vereadores eleitos, todos do sexo masculino, e novamente, as mulheres não foram candidatas.

O terceiro pleito eleitoral aconteceu em 1969. O número de eleitores foi de 4.505, destes, 1.506 não compareceram para votar. Ernesto Carlos Look foi eleito prefeito pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA¹¹ II), juntamente com seu vice João Luiz Fernandes que haviam disputado com Itacy Ferreira Martins e vice João Batista Chieza, pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA I). Outra vez uma Câmara totalmente masculina!

No ano de 1972, na quarta eleição, mais uma vez João Szesz (ARENA I), foi eleito prefeito com o vice Francisco Kloster. Virgílio Máximo Ecker (ARENA II) e com o candidato a vice, Dirceu Sponholz, ficaram em segundo lugar. Como das vezes anteriores, apenas homens se candidataram e conseqüentemente a Câmara de Vereadores teve 100% de presença masculina.

A quinta eleição foi no ano de 1976, e entre as quatro chapas que disputaram a eleição naquele ano, os candidatos Ubiraci Pereira Messias e o vice Diemes Amadei foram eleitos pelo partido ARENA I. A Câmara Municipal repetidamente com 9 (nove) vereadores e também não houve mulheres candidatas.

¹¹ Aliança Republicana Nacionalista.

Em 1982 houve o sexto pleito eleitoral. Ivo Brunetta foi eleito prefeito com o vice Neuso de Oliveira. Nesse contexto, acontece as primeiras candidaturas de mulheres para o legislativo, trata-se da professora Olga Antônia Brunetta, advinda de uma família ligada à política, e foi a quarta pessoa mais votada, eleita com 269 votos pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e Olinda de Oliveira Gonçalves que ficou de suplente com 82 votos, pelo Partido Democrático Social – PSD.

Em 1988 já com a Constituição Federal em vigor, tivemos a sétima eleição no município de Mamborê. Com 10.072 pessoas aptas a votar, porém, compareceram 9.1781, tendo 8,95% de abstenção. Para prefeito disputaram: Ubiraci Pereira Messias e Ricardo Radonski, contra Dézio Degrandi e Armando Alves de Souza. Ubiraci sagrou-se vitorioso com 4.109 votos, 419 votos a mais do que seu concorrente que ficou com 3.690 votos. Foram 1261 votos brancos e 111 nulos. Para o Legislativo novamente foram 9 (nove) vereadores eleitos. Havia 02 (duas) mulheres candidatas: Nadir Moisa da Silva que recebeu 181 votos e Orcelina de Paula Aldrigue que conseguiu 53 votos, todavia, não o suficiente para serem eleitas.

Em 1992, houve a oitava eleição. Armando Alves de Souza, Ricardo Radonski e Ivo Brunetta disputaram o cargo de prefeito. Armando Alves de Souza foi eleito com 5 mil votos. Ricardo Radonski ficou em segundo lugar com 2.323 votos e Ivo Brunetta ficou em último com 1.798 votos. A Câmara Municipal foi representada por 8 (oito) homens e uma mulher, a agricultora Deomira Brunetta, eleita com 323 votos. Além de Deomira Brunetta que foi a única eleita nesse pleito, tivemos mais quatro candidatas: Ivone da Silva França (123 votos), Dalziza Aparecida da Silva (76 votos), Maria de Lourdes Moraes Azevedo (51 votos) e Solange Aparecida Guimarães (15 votos).

Com a Lei de cotas instituída, em 1996 aconteceu a nona eleição. Ricardo Radonski e Ubiraci Pereira Messias disputaram a prefeitura. Ricardo foi eleito prefeito com 5.891 votos, o que representou 65,67% dos votos. Ubiraci Pereira Messias ficou com 34,32% dos votos. Repetidamente, 9 (nove) homens foram eleitos para a Câmara Municipal. Naquele pleito, 50 (cinquenta) homens e 11 (onze) mulheres disputaram as nove vagas na Câmara: Roni Amélia Ianik Tibúrcio, Anamaria da Cunha Vargas, Elza Manfrin Coelho, Célia de Sá, Rosangela Batista Lins, Dalziza Aparecida da Silva, Eronilda Oliveira da Veiga, Divina das Dores Silva Nogueira, Solange Aparecida Guimarães, Lourdes Aparecida Cardoso Radonski e Nadir Lima Fernandes. No entanto, elas não receberam votos suficientes para se elegerem a uma vaga e, por conseguinte, não houve representação feminina no poder legislativo.

Na décima eleição, no ano 2000, Armando Alves de Souza venceu as eleições com

53,81% dos votos, contra Ricardo Radomski. O Legislativo foi ocupado por 9 (nove) homens, dos 47 (quarenta e sete) que se candidataram, além disso, apenas 5 (cinco) mulheres se candidataram: Luiza Aparecida Manosso Barszcz, Elza Manfrin Coelho, Sonia Maria Detumim Carneiro, Zilma Aparecida Almeida Lara e Vera Lúcia Andrade Lopes de Samudio.

Em 2004, Henrique Sanches Salla foi eleito prefeito com 54,15% dos votos, contra 45,85% de Ricardo Radomski. Ao legislativo, se candidataram 12 (doze) mulheres, no entanto, nenhuma conseguiu votos suficientes para conquistar uma vaga. As candidatas foram: Geni Aparecida de Souza, Tereza Pastuczenko dos Santos, Marlene de Souza Kloster, Soely Maria das Graças Yamada, Leonina Camargo Vieira, Evanir dos Santos, Terezinha Guilherme Batasim, Leila Daiane Pelosi, Zeli Martins, Juraci Amorim da Silva, Marilda Aparecida Silva e Marlene Sagan. Nenhuma eleita!

Nas eleições de 2008, foram cinco candidaturas para o cargo de prefeito, entre elas, uma mulher: Neide dos Santos Salvador que teve como candidato a Vice-Prefeito: Claudinei Calori de Souza. Os outros quatro foram: Ricardo Radomski e vice Sebastião Antônio Martinez; Henrique Sanches Salla e vice Márcia Regina; Jorge Ricciardi e vice Tereza Pastuzenko; Carlos Coelho da Costa e vice Waldemar Fantin. Ricardo Radomski venceu a eleição nos votos, porém, sua candidatura estava *sub judice*. Neste caso, o segundo colocado, Henrique Sanches Salla assumiu a prefeitura juntamente com a vice-prefeita, Márcia Regina Wansovicz Matozo, uma das entrevistadas nesta pesquisa. Após dois anos, com a situação da candidatura de Ricardo Radomski resolvida na justiça, ele assumiu a prefeitura juntamente com seu vice Sebastião Antônio Martinez e administraram o município até ao final do mandato, em 2012.

Para o legislativo foram 59 candidaturas, entre elas, 11 (onze) mulheres: Rosilene Detoni, Nilza Aparecida Alves Ferreira Sehaber, Marilda Aparecida da Silva, Edna Rodrigues Guimarães, Ivanira da Silva Rosi, Ana Rosa Maciel Franco, Carla Maria Miranda Appelt, Maria Tereza Santana Godoy, Vera Lúcia Marinho da Silva, Vera Lúcia Andrade Lopes e Edna Pereira de Abreu. Nessas eleições de 2008, mais uma vez não houve mulheres eleitas e a Câmara ficou assim composta mais uma vez por nove homens.

Em 2012, Claudinei Calori de Souza se elegeu juntamente com seu vice Celso Paulo Rotta, com 52,10% dos votos. Em segundo lugar ficou Willian Jefferson Baccon e seu vice Vilson Parteka Olipa com 47,90% dos votos. Para o legislativo candidataram-se Sandra da Silva Nascimento Agostinho, Loreni Gerstner Baggio, Leonice Borgo Barroso, Claudinéia Aparecida Ricci Petek, Marcia Regina Wansovicz Matozo, Solange de Lima Ferreira, Selma da Silva Miranda, Ivanete Aparecida Dias, Marilda Fabricio Braido Prando, Elza Aparecida

Assis, Vera Lucia Marinho da Silva, Ivanira da Silva Rosi, Vanessa de Lima Almeida, Marlene de Souza Kloster, Juraci Amorim da Silva, Maria Tereza Santana Godoy, Ana Rosa Maciel Franco, Claudia Mara Claro, Marli Aparecida Jacinto, Ozilda Alves de Almeida, Luzia Cirineu Miranda, Terezinha Guilherme Batasim, Lurdes Antonia Moreira Ratti, Doraci Santos, Cassia Caetano Bárbara de Castro, Tatiana de Souza, Olinda Okopnik. Elegeram-se 8 (oito) homens e, desta vez, também uma mulher: Sandra da Silva Nascimento Agostinho, eleita com 277 votos.

Em 2016, Ricardo Radomski e seu vice Sebastião Antônio Martinez venceram as eleições para prefeito com 50,43% dos votos. Para a Câmara Municipal novamente 9 (nove) homens eleitos. Foram 23 (vinte e três) candidatas mulheres: Solange Lopes e Ester Schimidt, Patrícia Ávila Correa, Sueli Lima Souza, Marley Aparecida Langowski, Neusi Caviquioli Sehaber, Vera Lúcia Marinho da Silva, Olinda Okopnik, Maristela Kalkmam Proença, Lucimara de Christo dos Santos, Maria Priscila da Silva, Cleuza de Oliveira Souza, Marli Aparecida Jacinto, Andrea Cristina da Silva, Isabel Francisca Fernandes Pereira, Pamela Cristina Francisco Pereira e Ana Rosa Maciel Franco, Veronica Chelni Veres Ferreira, Ivanira Silva Rosi, Evanir dos Santos e Regina Rocha Teixeira Santos, Luciana Aparecida da Silva e Roseli Correia de Lima. Mais uma vez, nenhuma delas alcançou a quantidade de votos suficientes para serem eleitas.

Na última eleição, em 2020, Ricardo Radomski venceu juntamente com o vice Sebastião Antônio Martinez com 3.611 votos, ou seja, conseguiram 61% dos votos. Claudinei Calori de Souza ficou em segundo lugar com o vice Ivo Koslowski Carlim num total de 3.170 votos, e, os candidatos Jairo Arruda e vice Wilson Parteka Olipa ficaram em terceiro lugar com 1.694 votos. Para o legislativo foram 54 candidaturas masculinas e 33 femininas: Lucimara Christo dos Santos, Maria Priscila da Silva, Dolfá Luz da Rosa Solange Lopes e Ivanete Aparecida Dias, Luciana Gomes da Silva, Clarice Pereira de Melo Sphair, Solange Aparecida Guimarães, Josiane dos Santos Heber, e Jozinei Rodrigues da Silva, Angela Oliveira Neduziak Silva, Meire Cristina Trevisani Ester Schimidt Cardoso e Jessica Vaz de Souza, Veronica Chelni Veres Ferreira, Leila Daiane Santana, Marisa de Fátima Alves Lima, Juraci Amorim da Silva, Eliane Aparecida da Silva Nascimento, Rosilene Detoni, Ana Rosa Maciel Franco, Loreni Gerstner Baggio e Imeri Batista Baizer, Creusa dos Santos, Sandra da Silva Nascimento Agostinho, Christiane Batista Neves, Sueli Lima Souza e Patrícia Lima Cruz, Maria Thereza Pereira Murback, Antonia Aparecida dos Reis Freire, Eziomar Lara Almeida e Lucides Lemes Moraes. De todas as 33 (trinta e três) candidatas, apenas uma foi eleita: Maria Thereza Pereira Murback. Os demais eleitos são homens.

Para evidenciar a sub-representação das mulheres no município de Mamborê, a tabela 1 demonstra o número de candidatas a vereadoras, as eleitas e os respectivos anos dos pleitos eleitorais, que totalizam quinze, desde a primeira eleição em 1961 até 2020, última eleição antes desta pesquisa.

ANO DO PLEITO	CANDIDATAS AO LEGISLATIVO	ELEITAS
1961	0	-
1965	0	-
1969	0	-
1972	0	-
1976	0	-
1982	2 1. Olga Antônia Brunetta – (PMDB) ¹² 2. Olinda de Oliveira Gonçalves – (PDS) ¹³	1 Olga Antônia Brunetta (PMDB)
1988	2 1. Nadir Moisa da Silva – (PMDB) 3. Orcelina de Paula Aldrigue – (PMDB)	0
1992	5 1. Dalziza Aparecida da Silva – (PRN) ¹⁴ 2. Deomira Brunetta – (PSDB) ¹⁵ 3. Ivone da Silva França – (PTB) ¹⁶ 4. Maria de Lurdes Moraes de Azevedo – (PDS) 5. Solange Aparecida Guimarães – (PST) ¹⁷	1 Deomira Brunetta (PSDB)
1996	11 1. Anamaria da Cunha Vargas – (PSDB) 2. Célia de Sá – (PFL) ¹⁸ 3. Dalziza Aparecida da Silva – (PTB) 4. Divina das Dores Silva Nogueira – (PV) ¹⁹ 5. Elza Manfrin Coelho – (PFL) 6. Eronilda Oliveira da Veiga – (PTB) 7. Lourdes Aparecida Cardoso Radonski – (PPB) ²⁰ 8. Nadir Lima Fernandes – (PMDB) 9. Roni Amélia Ianik Tibúrcio – (PSC) ²¹ 10. Rosangela Batista Lins – (PSDB) 11. Solange Aparecida Guimarães – (PDT) ²²	0
2000	6	

¹² Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

¹³ Partido Democrático Social.

¹⁴ Partido da Reconstrução Nacional.

¹⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

¹⁶ Partido Trabalhista Brasileiro.

¹⁷ Partido Social Trabalhista.

¹⁸ Partido da Frente Liberal.

¹⁹ Partido Verde.

²⁰ Partido Progressista Brasileiro.

²¹ Partido Social Cristão.

²² Partido Democrático Trabalhista.

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dalva Ferreira da Silva – (PSC) 2. Elza Manfrin Coelho – (PDT) 3. Luiza Aparecida Manosso Barszcz – (PPB) 4. Sonia Maria Detumim Carneiro – (PRTB)²³ 5. Vera Lúcia Andrade Lopes de Samudio – (PPB) 6. Zilma Aparecida Almeida Lara – (PPB) 	0
2004	13	0
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Evanir dos Santos – (PL)²⁴ 2. Geni Aparecida de Souza – (PPS)²⁵ 3. Juraci Amorim da Silva – (PL) 4. Leila Daiane Pelosi – (PMDB) 5. Leonina Camargo Vieira – (PRP)²⁶ 6. Maria Bueno da Silva – (PSB) 7. Marilda Aparecida Silva – (PRP) 8. Marlene de Souza Kloster – (PT)²⁷ 9. Marlene Sagan – (PPS) 10. Soely Maria das Graças Yamada – (PV) 11. Tereza Pastuczenko dos Santos – (PMDB) 12. Terezinha Guilherme Batasim – (PT) 13. Zeli Martins – (PTB) 	
2008	13	0
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ana Rosa Maciel Franco – (DEM)²⁸ 2. Carla Maria Miranda Appelt 3. Delair de Fátima Morais Silva – (PMN)²⁹ 4. Edna Pereira de Abreu – (PSD)³⁰ 5. Edna Rodrigues Guimarães – (PDT) 6. Ivanira da Silva Rosi – (DEM) 7. Maria Tereza Santana Godoy – (PTB) 8. Nilza Aparecida Alves Ferreira Sehaber – (PTB) 9. Marilda Aparecida da Silva – (PRP) 10. Rosilene Detoni – (PMDB) 11. Vera Lúcia Andrade Lopes – (PDT) 12. Vera Lúcia Marinho da Silva – (DEM) 13. Nivair Pais de Oliveira – (PPS) 	
2012	29	1
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ana Rosa Maciel Franco – (PTB) 2. Carla Maria Miranda Appelt – (PP)³¹ 3. Cassia Caetano Bárbara de Castro – (PSDB) 4. Cláudia Mara Claro – (PDT) 5. Claudinéia Aparecida Ricci Petek – (PSC) 6. Doraci Santos – (PSDB) 7. Elza Aparecida Assis – (PPS) 8. Eziomar de Lara Almeida – (PPS) 	Sandra da Silva Nascimento Agostinho (PDT)

²³ Partido Renovador Trabalhista Brasileiro.

²⁴ Partido Liberal

²⁵ Partido Popular Socialista.

²⁶ Partido Republicano Progressista.

²⁷ Partido dos Trabalhadores.

²⁸ Democratas.

²⁹ Partido da Mobilização Nacional.

³⁰ Partido Social Democrático.

³¹ Partido Progressista.

	<ol style="list-style-type: none"> 9. Ivanete Aparecida Dias – (PDT) 10. Ivanira da Silva Rosi – (PTB) 11. Juraci Amorim da Silva – (PSDB) 12. Leonice Borgo Barroso – (PPS) 13. Loreni Gerstner Baggio – (PP) 14. Lurdes Antonia Moreira Ratti – (PPS) 15. Luzia Cirineu Miranda – (PSD) 16. Marcia Regina Wansovicz Matozo – (PMDB) 17. Maria Tereza Santana Godoy – (PTB) 18. Marilda Fabricio Braido Prando – (PSD) 19. Marlene de Souza Kloster – (PT) 20. Marli Aparecida Jacinto – (PPS) 21. Olinda Okopnik – (PP) 22. Ozilda Alves de Almeida – (DEM) 23. Sandra da Silva Nascimento Agostinho – (PDT) 24. Selma da Silva Miranda – (PT) 25. Solange de Lima Ferreira – (PP) 26. Tatiana de Souza – (PPS) 27. Terezinha Guilherme Batasim – (PSDB) 28. Vanessa de Lima Almeida – (PDT) 29. Vera Lucia Marinho da Silva – (PHS)³² 	
2016	<p style="text-align: center;">23</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Solange Lopes – (DEM) 2. Ester Schimidt – (DEM) 3. Patrícia Ávila Correa – (PATRIOTA)³³ 4. Sueli Lima Souza – (PATRIOTA) 5. Marley Aparecida Langowski – (PHS) 6. Neusi Caviquioli Sehaber – (PP) 7. Vera Lúcia Marinho da Silva – (PP) 8. Olinda Okopnik – (PP) 9. Maristela Kalkmam Proença – (PPS) 10. Lucimara de Christo dos Santos 11. Maria Priscila da Silva – (PPS) 12. Cleuza de Oliveira Souza – (PPS) 13. Marli Aparecida Jacinto – (PPS) 14. Andrea Cristina da Silva – (PPS) 15. Isabel Francisca Fernandes Pereira – (PRP) 16. Pamela Cristina Francisco Pereira – (PRP) 17. Ana Rosa Maciel Franco pelo – (PRP) 18. Veronica Chelni Veres Ferreira – (PSD) 19. Ivanira Silva Rosi – (PSD) 20. Evanir dos Santos – (PSD) 21. Regina Rocha Teixeira Santos – (PSD) 22. Luciana Aparecida da Silva – (PSDB) 23. Roseli Correia de Lima – (PSDB) 	0
2020	<p style="text-align: center;">33</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ana Rosa Maciel Franco – (PP) 2. Angela Oliveira Neduziak Silva – (PL) 3. Antonia Aparecida dos Reis Freire – (PSDB) 4. Christiane Batista Neves – (PSD) 5. Clarice Pereira de Melo Sphair – (PDT) 	1 Maria Thereza Pereira Murback (PSDB)

³² Partido Humanista da Solidariedade.

³³ Patriota

	6. Creusa dos Santos – (PSD) 7. Dolfa Luz da Rosa – (CIDADANIA) ³⁴ 8. Eliane Aparecida da Silva Nascimento – (PODE) ³⁵ 9. Elizete Aparecida Diekmann – (PL) 10. Ester Schimidt Cardoso – (PL) 11. Eziomar Lara Almeida – (PSDB) 12. Imeri Batista Baizer – (PP) 13. Ivanete Aparecida Dias – (CIDADANIA) 14. Jessica Vaz de Souza – (PL) 15. Josiane dos Santos Heber – (PDT) 16. Jozinei Rodrigues – (PDT) 17. Juraci Amorim da Silva – (PODE) 18. Leila Daiane Santana – (PODE) 19. Loreni Gerstner Baggio – (PP) 20. Luciana Gomes da Silva – (PDT) 21. Lucides Lemes Moraes – (PSDB) 22. Lucimara Christo dos Santos – (CIDADANIA) 23. Maria Priscila da Silva – (CIDADANIA) 24. Maria Thereza Pereira Murback – (PSDB) 25. Marisa de Fátima Alves Lima – (PODE) 26. Meire Cristina Trevisani – (PL) 27. Patrícia Lima Cruz – (PSD) 28. Rosilene Detoni – (PP) 29. Sandra da Silva Nascimento Agostinho – (PSD) 30. Solange Aparecida Guimarães – (PDT) 31. Solange Lopes – (CIDADANIA) 32. Sueli Lima Souza – (PSD) 33. Veronica Chelni Veres Ferreira – (PODE)	
Total	137	4

Tabela 1 – Relação de candidatas e eleitas para o Legislativo no município de Mamborê-PR (1961- 2020).

Fonte: Elaborada pela autora com dados do TRE/PR.

Constata-se, que em sessenta (60) anos de história político-administrativa, o município de Mamborê-PR teve 133 mulheres candidatas e elegeu apenas 4 para o Legislativo (Olga, Deomira, Sandra e Maria Thereza) e 2 para o Executivo (Deomira e Márcia), na função de vice-prefeitas. Se há certa equivalência em termos populacionais entre os gêneros feminino e masculino, observa-se, por outro lado, que esta mesma simetria não se exprime nos cargos eletivos idealizados justamente para fins de representação.

Destaca-se aqui, pela análise da tabela acima, a desistência das mulheres já nas candidaturas. Verifica-se que muitas delas candidatam-se apenas uma vez e na sequência das eleições não mais aparecem como candidatas. Um exemplo de que as mulheres não permaneciam na política é o caso de Olga Antônia Brunetta, a primeira vereadora do município. Ela se candidatou apenas uma vez, foi eleita e após cumprir seu mandato, saiu da vida pública. Outras não insistem no processo eleitoral na busca por uma eleição de fato. Algumas, porém, marcam presença em mais de uma campanha eleitoral e não se sobressaem;

³⁴ Cidadania

³⁵ Podemos

são justamente aquelas que conquistam pouquíssimos votos e parecem não se importar com isso. Dá-se a impressão de que o resultado da eleição não precisa ser vitorioso para elas, pois, estão ali apenas marcando presença para fins de cumprimento de cotas eleitorais, uma vez que a lei existe, conforme já citada na pesquisa.

Passados tantos anos da luta pelo direito ao voto das mulheres, o Brasil se tornou um dos piores países em representação de mulheres em espaços de poder. A presença delas na Câmara dos Deputados está em 17,7%, após as eleições de 2022 (BUSNELLO, 2023). Em termos de eleição de mulheres, o Brasil está no 146º lugar na participação de mulheres entre os 193 países analisados. Lembrando que no Brasil, entre pessoas aptas a votar, 52,65% são mulheres. (WOLFF; NECKEL; PEDRO, 2024, p.83).

Ressalta-se assim, que no cenário da política brasileira, existe uma sub-representação da participação de mulheres na política, o que evidencia fortes desigualdades de gênero, casos extremos de violência política de gênero, falta de apoio e mudança de atitudes dentro dos próprios partidos políticos que ainda não investem nas candidaturas de mulheres, sem contar as heranças culturais, patriarcais, que ainda imperam nos discursos e práticas do eleitorado. Além disso, destaca-se que a Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), criada no Brasil para aumentar a participação e presença de candidaturas de mulheres - mínimo de 30% (trinta por cento) - não atingiu seu real objetivo, uma vez que a maioria delas não se elege, e isso se configura em todas as esferas. Em Mamborê, por exemplo, para a Câmara Municipal, o percentual de eleitas, quando ocorre, não passa de 10% (dez por cento). Das 9 (nove) vagas para cada pleito eleitoral, apenas 1 (uma) é ou já foi ocupada por mulheres e isso caracteriza 0,9% (zero virgula nove por cento) de representatividade feminina.

Outro caso é o de Deomira Brunetta, que se elegeu vereadora com número considerável de votos e na próxima tentativa foi para um cargo no Executivo, o de vice-prefeita. No entanto, também se retirou da vida pública ao se decepcionar com a forma com que foi o seu mandato de vice-prefeita, conforme ela mesma relata em entrevista exclusiva para esta pesquisa e documentário, ao ser questionada sobre sua atuação como vice-prefeita do município de Mamborê, ela ressalta: “Infelizmente, eu fui eleita, fizemos um trabalho excelente na campanha e quando acabou a campanha, [...] simplesmente me abandonou, inclusive ele falou que não era pra eu dar palpite, não era pra eu fazer nada, né. Aí eu fui excluída”. (DEOMIRA, 2023). Como a própria Deomira relatou, ela foi usada para angariar votos e após a vitória nas eleições, foi rejeitada. Num universo composto de maioria masculina, oriunda de uma cultura patriarcal não é de se estranhar que a atuação de mulheres seja dificultada. Como afirmam Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel e Joana Maria

Pedro:

[...] é preciso explicitar que uma das razões da exclusão das mulheres da política é, também, porque quem exerce o poder sob essas condições, de certo não espera que uma mulher lhe pergunte se aceita deixar ou ceder, um pouco que seja, do poder. (WOLFF; NECKEL; PEDRO (2024, p.87).

O fato é que essas atitudes misóginas, de violência política de gênero desencorajam mulheres e pessoas de outros gêneros a participarem da política eleitoral. Isso não acontece apenas no município de Mamborê-PR, é meramente um exemplo do que se desenrola no mundo da política, quando envolve relações de gênero e suas interseccionalidades com etnia/raça, classe, geração e sexualidade.

Numa sequência de exemplos, de que as mulheres eleitas em Mamborê permaneceram por pouco tempo, podemos citar o de Márcia Regina Wansovicz Matozo. Foi vice-prefeita, se dedicou enquanto esteve no cargo, por aproximadamente dois anos. Na próxima candidatura pleiteou uma vaga no Legislativo e se desapontou. Ela destaca tais razões no momento da entrevista concedida:

[...] me candidatei a vereadora e eu confesso gente, que a campanha em si, porque a campanha como vereadora era totalmente diferente, né, da de Vice. E eu criei uma expectativa, né, por conta de todo o trabalho que eu já tinha feito em Mamborê, porque você se doa, você faz o trabalho, você tem toda uma questão de honestidade, de justiça, enquanto pessoa, enquanto Assistente Social. Então, a gente trabalha pela garantia de direitos, né, dos usuários da assistência, da saúde, enfim, de todas as políticas socioassistenciais. E eu percebi nessas duas campanhas, sabe, Clarice, assim, que o campo político, ele tem todo um lado atraente, mas ele tem um lado que ele dói, sabe, porque você cria uma expectativa, cria um sonho, cria uma intenção para aquela situação e de repente você não tem esse respaldo dos eleitores, vou falar eleitores porque a gente está falando da política partidária. E quando eu saí vereadora, eu tive poucos votos, né, muito poucos votos. (MÁRCIA, 2023).

Márcia mostra-se decepcionada com a não eleição. Em sua fala, destaca o trabalho que já havia realizado como vice-prefeita; o trabalho na assistência social e de toda política socioassistencial que realizara no município. Mesmo com toda essa trajetória, ela conquistou poucos votos para vereadora, resultado que a decepcionou no campo político, inclusive com o eleitorado, do qual esperava um apoio, um respaldo, que não houve.

Compreendendo a importância desses espaços (o Legislativo discutindo e deliberando sobre as principais regras locais, o Executivo encarregado de administrar e gerir o orçamento municipal), é preocupante a ausência de mulheres nesses âmbitos de criação de políticas, de tomada de decisão e de poder. A baixa participação de mulheres na política

eleitoral no município de Mamborê-PR nos instiga a problematizar a questão e refletirmos acerca das razões pelas quais, para elas, é tão difícil alcançar espaço na política. Por meio das entrevistas, narrativas das 5 (cinco) mulheres que participaram efetivamente desse processo no município, percebemos várias razões para esse baixo índice: exclusão, violência política de gênero, subordinação, discriminação, invisibilidade, falta de apoio do eleitorado, insuficiência de cotas e ausência de “capital político”.

Nesse sentido, as autoras Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel e Joana Maria, definem capital político como sendo:

a política como propriedade – na realidade como capital familiar (feudos políticos); cargos em prefeituras ou outros setores públicos – como capital institucional; capital financeiro, capital político pessoal. Ter ou não esses capitais, são decisivos para definir a disposição das pessoas para participar do processo eleitoral. (WOLFF; NECKEL; PEDRO, 2024, p.85).

Desse modo, fica evidente que as poucas mulheres que alcançam cargos eletivos, detêm algum tipo de capital político, o que tem dificultado a participação feminina nas disputas eleitorais, tornando-se praticamente nula ou sem credibilidade as suas candidaturas, o que repercute na conquista de votos.

A exclusão das mulheres nas diversas esferas de poder não ocorre apenas no tempo presente. Historicamente, como já discutimos no capítulo 1, ela advém de um passado em que as próprias leis favoreciam os homens, e em consequência disso, as mulheres eram colocadas em condição de subordinação. A partir do século XIX algumas mulheres deram os primeiros passos rumo à vida pública, foram justamente as mulheres empoderadas, pertencentes a classe burguesa e que não encontravam satisfação unicamente no reduto da vida doméstica. Elas buscavam ampliar seus conhecimentos com atuação mais significativa na vida social. Nesse sentido, as historiadoras Carla Bassanezy Pinsky e Joana Maria Pedro afirmam:

O século XIX conheceu mulheres de talento dispostas a atuar nos campos da literatura e das artes. Porém, muito mais mulheres privilegiadas encontraram caminhos fora da vida doméstica dedicando-se à filantropia, que ampliou os tradicionais atos de caridade para intervenções maiores na sociedade. (PINSKY, PEDRO, 2021, p. 273)

A luta das mulheres em busca da inserção na vida pública atravessa os tempos num vagaroso desenrolar. As lutas por conquistas de direitos, mesmo que lentamente, exigiam das mulheres, novas reivindicações sociais para atuarem tanto dentro quanto fora do lar. Nesse aspecto, a busca pelo direito à educação ao voto foram pautas importantes:

[...] especialmente na segunda metade do século XIX, passaram a exigir uma

melhor educação para si mesmas e para suas filhas. As mais radicais concluíram que deveriam ter acesso às profissões intelectuais e ao voto para influenciar a sociedade. Algumas delas passaram a defender acesso à educação para todas as mulheres (como forma de permitir que as mais pobres ganhassem a vida fora da prostituição, cuidassem melhor de seus filhos ou não fossem tão exploradas por companheiros e patrões). (PINSKY, PEDRO, 2021, p. 274).

A escolarização das mulheres também foi um direito social difícil de ser alcançado. Muitas delas, geralmente as de classe baixa, precisavam trabalhar para manter o sustento da família e ainda cuidar dos(as) filhos(as). Sendo assim, estudar nem sempre era possível para elas.

No município de Mamborê-PR há uma nítida desproporção entre os gêneros no campo político. O número de mulheres que se candidatam é bem reduzido em relação ao dos homens, como já apontado nesta pesquisa. É fato que nas últimas eleições esse número teve um leve aumento em consequência da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97). Em 2022, de acordo com dados do TRE/PR das (87) oitenta e sete candidaturas, 37,93% foram de mulheres. Esse percentual ainda está abaixo do ideal em termo de paridade ou, pelo menos de maior equivalência. Além disso, o índice de mulheres eleitas foi baixíssimo: apenas 3% das que se candidataram obtiveram sucesso. Por outro lado, esse índice em relação aos homens eleitos atingiu 14% das candidaturas. Esses dados nos permitem concluir que, além de o número de candidaturas de mulheres já serem baixas, a chance de uma mulher se eleger é ainda menor, diante das diversas razões já apontadas.

Esse quadro também sugere a possibilidade de candidaturas fictícias. Trata-se de situações em que as mulheres “emprestam” o nome unicamente para preencher a cota de gênero, não expressando uma real candidatura para conquista de votos. De fato, essa circunstância subestima ainda mais a representatividade feminina no meio político. Sobre isso a historiadora Joana Maria Pedro alerta que:

Necessitamos de muitas mulheres atuando na política, das mais variadas formas e sem medo de falar no espaço público. Neste sentido, a política das cotas pode nos ajudar a conseguir isso. Estes exemplos são importantes para que as mulheres, cada vez mais, se aventurem por este caminho, e o vejam como um lugar que também lhes pertence, e não somente uma esfera de homens. Então, talvez, não precisemos mais reivindicar a instituição de cotas. (PEDRO, 2000, p.38).

Acreditamos que a multiplicidade de mulheres na política-eleitoral é de fundamental importância, não apenas para preencher cotas, mas para sair da sub-representação e alcançar o protagonismo feminino nessa área tão importante para o desenvolvimento da sociedade. No município de Mamborê-PR essa sub-representação é notória, temos aqui um cenário que

demanda transformação do modo de pensar da população para escolha de representantes.

3.2 A participação efetiva das mulheres na política eleitoral do município de Mamborê

O cenário político eleitoral do município de Mamborê apresenta poucas mulheres eleitas ao longo de sua história. Em 1982: Olga Antônia Brunetta; 1992: Deomira Brunetta; 2012: Sandra da Silva Nascimento Agostinho, e em 2020: Maria Thereza Pereira Murback. Duas (02) mulheres alcançaram o executivo como vice-prefeitas, em 1996: Deomira Brunetta e em 2008: Márcia Regina Wansovicz Matozo. Nesse contexto, é evidente que as mulheres ficam praticamente invisibilizadas na esfera política. Ademais, acrescentamos nesse enredo também, o fato de termos poucos registros e/ou estudos sobre a presença e participação das mulheres na política eleitoral do município de Mamborê, circunstância que desencadeia a necessidade dessa investigação que busca fontes orais sob forma de entrevistas com as (05) cinco mulheres³⁶ que tiveram participação efetiva na política eleitoral do município de Mamborê, entre os anos de 1960 e 2020.

As entrevistas foram organizadas com roteiro prévio, perguntas iguais para todas, e foram realizadas na Câmara Municipal de Mamborê, previamente agendadas. Essas entrevistas com o público feminino vão além da simples coleta de dados e transcrição das memórias, elas são fundamentais para compreendermos as experiências e trajetórias das mulheres em relação às participações no processo eleitoral, bem como proporcionar reconhecimento às mulheres que participaram e marcaram presença na política municipal.

A partir do processo de pesquisa, com a produção de fontes orais, mediante as entrevistas realizadas com o público – as 5 (cinco) mulheres protagonistas desta história – e a junção com outras fontes como as fotografias cedidas por elas e pela Câmara Municipal, entre outros documentos, como as atas de posse, compõem a produção de um material audiovisual – o documentário: “Mamborê – cinco eleitas em seis décadas. Quem são elas?” Um cenário de poucas mulheres e que deve ser conhecido também pelo grande público.

A escolha de realização do documentário tem como objetivo representar a história política das mulheres que já foram eleitas em Mamborê-PR, e que atuaram no meio político efetivamente com poder de decisão, com elas próprias narrando suas trajetórias e experiências. A produção da obra audiovisual parte de um roteiro de entrevistas estruturado, no qual a pesquisadora-entrevistadora participa em conjunto com essas mulheres, de um

³⁶ Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre de cessão de entrevista e/ou imagem para uso na dissertação e/ou no documentário.

processo criativo construído numa perspectiva colaborativa, e a partir disso, este material se abre às janelas do mundo, aos diversos públicos, por meio da Web 2.0, como desdobramento de uma experiência de prática de história pública.

Desse modo, compreendemos a produção de documentário, com base no exposto pelo cineasta Eduardo Tulio Baggio, ao propor:

[...] uma definição de cinema documentário que parte de conceitos da filosofia realista e que compreende que tal condição realista só pode ser entendida quando temos em conta o diálogo relacional que o conceito de documentário deve promover entre o mundo fático experiencial, os processos de realização, a obra audiovisual em si e os processos de espectadorialidade. É dessa intenção de considerar esses quatro polos distintos, em uma proposta de compreensão do que seja documentário, que surge a metáfora arquitetônica das salas de cinema com janelas, nas quais seria possível ver o filme e, simultaneamente, observar o mundo das experiências fáticas e dos processos de realização e de recepção. (BAGGIO, 2022, p.34)

Nesse processo de realização do documentário, inicialmente localizamos as 5 (cinco) mulheres e entramos em contato por telefone para esclarecimentos acerca da pesquisa e da possibilidade da realização das entrevistas. Todas foram bem receptivas e dispostas em contribuir com a pesquisa. As entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade de cada uma, considerando que Olga, Deomira e Márcia não residem mais em Mamborê. Olga reside atualmente em Luzerna, município do Estado de Santa Catarina. Tive acesso ao seu contato por meio da professora Ivete Brunetta que é prima segunda de Olga e filha de Ivo Brunetta. Ivete e eu trabalhamos juntas na mesma escola e ela passou-me o contato de Olga, além de outras informações pertinentes à pesquisa. Deomira, na época do primeiro contato, residia no Estado do Piauí, e foi por meio da professora Silvane Rocha - que também é manicure – e, coincidentemente atende tanto essa pesquisadora quanto Deomira, quando esta vem à Mamborê, haja vista que ainda tem propriedades no município. Márcia reside atualmente no Município de Palmeira, Estado do Paraná e o seu contato foi obtido por meio de rede social (mensagem via *Facebook*), primeiramente com seu filho José Neto que, gentilmente, cedeu o contato de sua mãe, Márcia. Já com Sandra e Maria Thereza que residem no município de Mamborê-PR, a primeira conversa ocorreu pessoalmente.

Entre o primeiro contato com as mulheres protagonistas desta pesquisa e a realização das entrevistas decorreu aproximadamente um ano. Nesse tempo foram feitas tratativas e agendamentos de datas, horários e local para a realização das entrevistas com cada uma delas. As entrevistas foram realizadas na Câmara Municipal de Mamborê após solicitação ao presidente da referida casa de Leis, com dia e horário agendados antecipadamente. Celso Cerineu Agostinho, assessor de imprensa da Câmara, gravou as entrevistas e editou o

documentário em conjunto com a pesquisadora. No dia 24 de julho de 2023, dia da gravação com Olga, Celso estava impossibilitado de realizar as gravações, por motivos particulares. Neste caso, o trabalho de gravação foi realizado por José Marcelo Chagas, assessor de imprensa da prefeitura municipal.

É importante mencionar que o processo de realização do documentário – as entrevistas, os equipamentos necessários, o trabalho da equipe, a gravação, a edição – também foi realizado numa ação colaborativa entre a pesquisadora e esses profissionais, numa perspectiva de prática de história pública – e com recursos próprios da pesquisadora, uma vez que o programa de pós-graduação de uma universidade pública, ainda não dispõe de recursos técnicos e humanos, nem de um laboratório de audiovisual necessário para esses fins.

Nossa proposição é que o material audiovisual – documentário- seja exibido à comunidade, na Câmara Municipal de Mamborê, como forma de divulgação de conhecimento histórico, como devolutiva de uma pesquisa feita com o público numa perspectiva de ação colaborativa, de uma autoridade compartilhada, e também feita para o público. Ademais, será disponibilizado à comunidade no ambiente virtual, na “Internet”, nas páginas: da pesquisadora, da Prefeitura e da Câmara Municipal. Num processo dialógico, essas ações têm o propósito de tornar públicas as memórias e experiências da presença e participação das mulheres na política do município de Mamborê-PR, disseminando conhecimento histórico e ressaltando para a sociedade a importância da representatividade feminina nos espaços de decisões, sobretudo nos de política eleitoral. Além disso, tanto essa dissertação quanto o documentário resultante dela, evidenciam como a metodologia da história oral, é importante para registrar memórias e experiências de pessoas e grupos sociais geralmente excluídos das narrativas históricas hegemônicas.



Figura 14 – Entrevista com Olga Antônia Brunetta
Créditos da foto: José Marcelo Chagas

Em 1982, a professora Olga Antônia Brunetta foi a primeira mulher a eleita no município de Mamborê. Naquela época, somente duas mulheres participaram da política, além de Olga, a senhora Olinda de Oliveira Gonçalves também colocou seu nome a disposição. Olga pertencia a uma família de pioneiros do município que já eram envolvidos na política local, porém, ela nunca imaginou fazer parte da política eleitoral. Seu primo, Ivo Brunetta era o prefeito da época e a convidou para fazer parte do grupo, conforme relata, ao ser questionada sobre sua decisão em se candidatar, ela frisa que sempre gostou de política, mas nunca imaginou estar nesse meio. A coligação precisava de uma mulher candidata e ela entrou para ajudar na eleição do prefeito para que assim pudessem fazer um trabalho diferenciado, em que Mamborê se sobressaísse e ficasse marcado. Foi possível perceber na fala de Olga que ela não tinha conhecimento sobre as regras da política, inclusive pensou em desistir da candidatura quando soube que tinha que se afastar do trabalho.

Olha Clarice, assim, na verdade eu nunca imaginei me candidatar a um cargo eleitoral, assim. Gosto de política, sempre gostei. É importante a participação, como pessoa, como profissional saber como acontecem as coisas e participar na verdade, mas nunca tinha pensado em me candidatar.

Eu tomei essa decisão na verdade com o objetivo de auxiliar na campanha do prefeito na época. É, eles precisavam e gostariam de ter uma mulher como candidata. Fui a única candidata lá na nossa coligação, né, alguém que aceitou, mas assim, o meu objetivo era - vamos participar para eleger um prefeito e nos empenharmos a desenvolver um trabalho diferenciado, que destacasse Mamborê, que marcasse história e quando eu vi eu era realmente candidata, deixa eu te contar – eu quase desisti. Eu era professora e depois que teve a convenção e declarado meu nome candidata eu fui para a escola normal, aí o professor Alceu que era o diretor da escola, ele chegou na porta da minha sala que eu estava dando aula e disse: professora, vem cá. Você é candidata, então você tem que tirar licença. Eu não sabia. Foi uma licença compulsória. Eu quase desisti porque achava que não tinha necessidade de eu me afastar da sala de aula por ser candidata. Eu não tinha entendido o jogo ali. Aí tive que aceitar essa licença. Na verdade, eu nunca me informei depois se é assim, se é obrigatório. Mas, enfim, me afastei da sala de aula por aquele período da campanha, com esse objetivo e foi assim que eu entrei como candidata. Mas, pra mim é muito natural participar das atividades políticas, então foi ... não foi uma decisão, uma escolha ou um sonho, aconteceu por um objetivo de um trabalho que estava sendo proposto. (OLGA, 2023).

Frequentemente, a maioria das mulheres não se dá conta de que podem participar da política eleitoral e desenvolver um trabalho em prol do coletivo. Na verdade, algumas já fazem isso, porém, não de forma intencional. Foi o que aconteceu com Olga, mulher, professora, envolvida com a comunidade na vida cotidiana e não percebia de que podia fazer isso ocupando um cargo eletivo, no caso, o de vereadora. Apesar de não ter tido um plano de trabalho, ela atingiu o objetivo de sua candidatura, já relatado no texto e se realizou no trabalho como vereadora. Isso nos chama atenção porque fica evidente que mesmo sem querer se envolver na política, as mulheres quando acessam esse espaço realizam um bom trabalho, basta ter oportunidade, como foi o caso da então vereadora Olga Antônia Brunetta.

Eu não tinha assim um plano de trabalho como vereadora. E o que me gratificou, que eu não me arrependi de ter entrado e assumido foi que na verdade eu continuei a fazer o trabalho que eu vinha fazendo. Um trabalho de contato com as pessoas, com a comunidade, tanto na escola, com jovens, na igreja. Enfim, qual que era o objetivo disso tudo? É a informação, o conhecimento, a aprendizagem o engajamento das pessoas nos projetos sociais, culturais, esportivos porque tudo era pouco em Mamborê, tudo estava começando, então era um desafio. Isso me motivou a contribuir de alguma forma. E na verdade o que me realizou foi isso, de ter o envolvimento, o respaldo, a participação das pessoas. Nunca vi os outros, assim como adversários. Na verdade, todos parceiros, parceiros como eram no dia a dia, no trabalho que a gente fazia na escola, na comunidade. Até na parte social, o clube que a gente levantou, o clube esportivo. Então foi assim, um trabalho, uma continuidade de um trabalho que eu vinha fazendo que pra mim era tudo novo. (OLGA, 2023).

Em uma sociedade em que majoritariamente os homens ocupam os espaços públicos,

encontrarmos milhares de mulheres, de um lado fazendo trabalho social em outros espaços, tais como na cultura, na educação, na economia doméstica, nas igrejas, em organizações não-governamentais, por exemplo, e de outro lado estão distantes das relações políticas partidárias para fins de eleição e ocupação de cargos em espaços de decisões. Constatamos que isso aconteceu com Olga, uma mulher atuante na sociedade de forma geral, mas que nunca pensou em ocupar cargos políticos. Ao ocupar esse espaço, por vontade mais da população do que propriamente dela, percebeu que assim como os homens, as mulheres também tinham aptidão para a vida política, inclusive com visões diferenciadas que vinham a complementar as ideias dos que elaboravam as leis e dos que as executavam. Tudo parecia “supertranquilo, natural”, nas palavras de Olga, pois não haviam embates entre os(as) candidatos(as), o relacionamento era respeitoso, inclusive com os adversários. Foi o que Olga respondeu quando questionada sobre o relacionamento com os (as) demais candidatos (as):

Olha, teve uma única candidata. Até eu tinha esquecido disso. Quando você perguntou eu até procurei me informar e muita gente não lembrava quem era a outra candidata, porque como já faz algum tempo, milênio passado, né. Mas teve uma candidata e, assim, também uma pessoa que era da comunidade que participou, não era ninguém colocado, era alguém que estava atuando. E o nosso relacionamento continua sendo o mesmo que tínhamos anterior de ser candidatos. A gente se encontrava pouco e tanto antes como durante a campanha e depois, continuamos assim um relacionamento normal, não tivemos nenhum conflito, debate, nada, foi supertranquilo, natural. (OLGA, 2023).

A outra candidata, a qual Olga se referiu era Olinda de Oliveira Gonçalves. Ela foi candidata na chapa adversária a de Olga, assim como outros candidatos da chapa contrária e que foram eleitos e trabalharam na Câmara de forma harmoniosa, sem adversidades, inclusive, Olga frisa que eram amigos antes de entrarem para a disputa eleitoral e a amizade continuou da mesma forma. Eles queriam que Mamborê progredisse porque tudo estava começando ainda no município. Usou sua experiência e conhecimento de professora para explicar aos eleitores o processo de votação, destacou que naquela época também eram escolhidos os cargos da esfera Estadual, como: Deputado(a) Estadual e Federal; Senador(a) e Governador(a), tudo em cédula de papel, de maneira tradicional, e ainda o eleitorado tinha que escrever o nome e o número do(a) candidato(a), o que dificultava ainda mais o processo de escolha. Olga então, durante a campanha eleitoral ouvia com atenção o eleitorado, o fato de se conhecerem fazia com que aceitassem seus questionamentos e se encarregava de explicar os procedimentos de escolha de seus representantes. Foi assim que procedeu nas visitas que fazia durante a campanha.

Então, com os eleitores, assim, a maioria eu já conhecia. Alunos, pais vizinhança, pessoal da comunidade. E assim, eu nunca me coloquei diante deles como uma candidata. Eu nunca pedi um voto pra mim, professora. Nunca pedi – oh, eu gostaria que votasse pra mim, gostaria de contar com o seu voto! Muitas pessoas chegavam pra mim e disseram: vou votar em você porque até que enfim vou votar em alguém que eu conheço e que eu me sinto bem. Poucas pessoas chegaram e falaram isso pra mim. Mas, interessante que eu sempre lembro, até como um aprendizado que algumas pessoas falavam assim: professora, eu não vou votar pra senhora porque a senhora já trabalha mais do que muito vereador, do que muito político. A senhora não precisa ser vereadora para fazer o trabalho, não precisa, a senhora continua como a senhora tá, que tá ótimo. Então eu não vou votar pra senhora. E outros falavam assim: dona Olga, eu não vou votar pra senhora porque a senhora não precisa do salário de vereador. Aí que eu me toquei que vereador tinha salário. Nem sabia que eu ia ter um salário se eu fosse vereadora (risos). A senhora não precisa do salário. Vou votar pra fulano porque ele precisa do salário de vereador. E eu, o início me surpreendeu, mas não foi uma pessoa só que falou isso. No início eu achei estranho, mas depois eu já sabia, respeitei porque era uma posição sincera. Eu acho bonito isso. A pessoa ser autêntica, sincera e falar o que ela pensava e sentia. E eu dizia: ótimo! Eu falei: respeito a sua opinião, a senhora tem todo o direito de escolher alguém. Mas aí eu entrava, porque naquela época foi uma eleição com muitos candidatos. Teve eleição pra Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador, Prefeito e Vereador, então era muito era cédula ainda, não era nada digital. Era cédula, você tinha que escrever o nome ou o número. E outra coisa, também não me informei sobre isso depois, que falaram que o voto era vinculado, se eu votasse pra governador de uma legenda, obrigatoriamente tinha que escolher candidatos da mesma legenda. Não sei se isso procede ou se isso era colocado. Aí qual que era meu objetivo, explicar todos esses votos que ela me pedia e a importância de escolher candidatos que tivessem o mesmo projeto. Quer dizer, na verdade significava estar dentro da mesma legenda, do mesmo partido porque você tem uma proposta, tem um projeto, se você eleger um prefeito de um determinado partido você tem que ter apoio na Câmara pra que possa desenvolver o trabalho. Então o meu objetivo foi esse – explicar. Explicar como votar, a importância de escolher dentro disso e ver qual que era a proposta do projeto. (OLGA, 2023).

Percebe-se que Olga trabalhou bastante durante a campanha. Como já foi dito, não pedia votos para ela diretamente, mas explicava a importância de votar em candidatos(as) da mesma legenda para o sucesso dos projetos pensados para a população.

Ao saber dos resultados das urnas, Olga ficou surpresa e receosa. No primeiro momento nem acreditou que tinha sido eleita e aguardou o resultado oficial para de fato comemorar. Inclusive, ainda no tempo presente, Olga parece nem acreditar que foi uma personalidade relevante. Ao ser questionada sobre seus votos ela afirma não lembrar quantos conseguiu e ainda justifica que não acreditava na sua vitória. “Não lembro. Só sei que não foram muitos. Não foi uma votação expressiva, né. Eu até me admirei de ser eleita porque eu achava que não ia ser”. (OLGA, 2023). Olga parecia estar mais preocupada com os seus

estudos do que com a sua eleição propriamente dita. Tanto que quando saiu o resultado ela estava em outra cidade onde fazia um curso de especialização. Ressalta que o principal objetivo era eleger o prefeito. No entanto, ela foi eleita e com uma votação expressiva 269 (duzentos e sessenta e nove) votos – a quarta maior votação, justamente o oposto do que ela vinha pensando. Foi o que Olga exprimiu ao relatar a sensação ao saber que estava eleita:

Olha, eu na verdade, eu nem estava em Mamborê. Eu sei que no dia seguinte da eleição eu tinha um compromisso. Eu não estava lembrando se era Curitiba ou Mandaguari, mas foi em Mandaguari. Eu fazia uma especialização em Orientação Educacional e eu tinha que entregar um trabalho, prestar uma prova, alguma coisa assim, e eu estava lá. Aí eu liguei pra casa pra saber se meu pai e minha mãe estavam bem porque eles moravam aqui e ela falou – você sabia que você foi eleita, que você agora é vereadora? (risos). Eu falei – não acredito? Sim você tá eleita, você é vereadora. Bom, falei – vou esperar pra mim se certificar se é, mas, se fui eleita agora é arregaçar as mangas, trabalhar e vamos ver o que que eu posso fazer, né. Foi assim, não foi assim uma. Surpresa porque achei que não seria eleita, né. Pelas colocações, pelo jeito que o pessoal favava, né. Que eu não fui de fazer campanha, fazer discurso, sou avessa a esse tipo de coisa. Acho assim, as pessoas me conheciam, se achasse que representava bem as suas ideias e quisesse votar, eu estava à disposição. Mas o meu objetivo maior ali nem era ser eleita, era fazer a campanha para o prefeito, né, para o governador. Esses votos eu lembro todos (risos) que eu fiz e fiz campanha. Então, eu sendo eleita foi uma consequência. (OLGA, 2023).

Mesmo sem acreditar, Olga foi eleita. Surpresa com a notícia, contudo, conhecedora do seu compromisso a partir daquele momento. Fez muitas parcerias, tinha livre acesso a todos os Departamentos da Prefeitura, desta forma, enfim, trabalhou incansavelmente para a melhoria, principalmente das pautas educacionais e culturais do município. Em meados da gestão ela assumiu também a Inspeção da Educação devido o afastamento da titular. Olga fala com entusiasmo dos seus primeiros trabalhos como vereadora:

É, assim, é, na verdade eu só dei continuidade ao que nós estávamos fazendo e como daí assumindo a prefeitura o prefeito, ele me encarregou de ajudar a escolher a equipe da Educação. Tivemos sorte porque professoras maravilhosas, professora Fátima, professora Isidora que hoje mora na Argentina, a professora Lourdes, é, outras funcionárias, ali, as vezes umas meninas, mas todas abraçavam a causa. A Ana nos ajudou, assim, nós, é financiávamos muitos projetos. Não só eu, mas essas professoras, a gente tirava com maior prazer dos nossos recursos pra fazer alguma coisa acontecer. Então, foi ajudar a fazer essa parte da educação, né, que funcionasse. Eu não queria cargos, assim. Eu estava na escola. Depois eu precisei assumir porque quando a Isidora casou e saiu, aí eu acabei aceitando continuar o trabalho da professora Isidora na Inspeção, que chamava Inspeção, né, - Estadual. Então foi assim, nessa parte da Educação, da Cultura, mas o objetivo assim, assessorar, chegar com cada setor competente, olha, precisamos fazer isso, melhorar isso, implantar isso e eles viam a viabilidade e mãos a obra. Não ficavam esperando fazer um projeto,

alguma coisa, entendeu, já era ação. Então foi nesse sentido. (OLGA, 2023).

Como já citado na pesquisa, Olga rompeu barreiras e abriu caminhos ao estreitar as candidaturas de mulheres juntamente com Olinda Oliveira Gonçalves, em 1982. Foi a primeira mulher eleita no município ao cargo de vereadora. Ela destaca de forma positiva o seu relacionamento com os demais vereadores, todos homens:

Olha, eu descrevo assim que não poderia ter sido melhor. Porque foi muito tranquilo. O ambiente assim, os colegas, né, muito respeito. A gente focava mesmo no trabalho. Nunca me senti discriminada, de jeito nenhum, e, debatíamos de igual pra igual. Nós tínhamos na verdade uma amizade já anterior. Tive o privilégio de ter vereadores que a gente conhecia, um inclusive era professor - o professor Arnaldo. A gente fez uma parceria maravilhosa, tanto dentro da Câmara, como fora, na escola, na comunidade. Foi assim, sempre muito tranquilo com o executivo, mesmo com os Secretários, Departamentos, a gente tinha muito acesso, muita liberdade, até porque assim, tudo era começo. Não tinha assim, era o começo da história de Mamborê, onde foi instalada a Comarca, muita coisa. Então, o que a gente tinha que fazer – somar! Nos ajudar, era uma parceira. Eu sempre fui muito bem atendida, no Departamento, na Câmara, pelos colegas, no trabalho, no dia a dia, nos eventos que eram realizados. Eu me senti sempre muito à vontade, tranquila.

Olga sempre foi muito respeitada em toda sociedade mamboreense. Afirma que no âmbito político não foi diferente. Ao ser indagada se era excluída na esfera por ser mulher, ela responde:

Absolutamente. Até me sentia respeitada e com uma responsabilidade, né, por ser mulher ali, o ambiente ali, a não ser, as vezes eu não enxergo certas coisas, sabe. Mas dentro da minha visão, o que eu percebi e tudo, eu acho assim, que foi um incentivo, um exemplo pra que outras mulheres participassem, né. (OLGA, 2023).

Apesar de Olga relatar que não era excluída, há de se pensar que ela relata também: “a não ser, as vezes eu não enxergo certas coisas”. Talvez, se houve discriminação, pode ter passada despercebida, pois ela demonstra uma certa ingenuidade ao responder a questão. Ademais, ela era figura respeitada, não pelo fato de ser mulher, mas porque era uma mulher que possuía “capital político”, sua família, numerosa, já era do meio político e tinha posses no município. Ela também atuava na sociedade com trabalho voluntário e profissionalmente como professora.

Ao exprimir suas considerações sobre a participação de poucas mulheres na política, Olga destaca:

Olha, eu tenho pensado nisso, porque, por falta de competência não. Nós

temos mulheres maravilhosas, né, fantásticas, supercompetentes em qualquer profissão que poderiam exercer o cargo assim de forma exemplar e dar uma grande contribuição. Então, por quê? Uma das coisas que no meu ponto de vista talvez afaste mulheres, não só mulheres, como homens também, pessoas que tem capacidade de exercer um cargo político assim é justamente esse jogo político, tem um exemplo aí, as campanhas eleitorais. As campanhas eleitorais, as vezes descem a um nível tão pobre, tão, assim, ridículo que assusta. As pessoas não se sujeitam a participar desse jogo, que muitas vezes parece um jogo. Na verdade, é uma encenação, parece mais um teatro que o que aparece ali não é a realidade. Então, se você pensar nesse detalhe. Se eu tivesse pensado nesse detalhe, eu nem, mas na época eu nem percebi isso porque eu não participei. Nunca participei assim, aqueles comícios inflamados, isso pra mim não tem sentido. É um teatro, é uma dramatização, e, sei lá qual o objetivo, além de gastar dinheiro desnecessário, além de promessas vazias que praticamente não se cumpre. Então essa situação, essa disputa, essa exposição diante de pessoas que querem cobrar certas atitudes ou declarações, afasta um pouco. Então você tem que ou ser resistente, se blindar e não entrar nesse jogo, ter um objetivo, ou então você acaba sofrendo consequências. Talvez – é uma opinião – Talvez isso afaste. Não, eu não aceito participar disso. Gostaria de contribuir, ajudar. Mas, participar de uma campanha eleitoral afasta excelentes profissionais, pessoas capacitadas, de ocupar essas cadeiras aqui que podem contribuir muito, né. Talvez seja isso. (OLGA, 2023).

Ao correlacionar as campanhas eleitorais com um jogo político, Olga relata que as pessoas se submetem a acordos e conflitos que não correspondem com as reais necessidades da população. É de extrema importância que as pessoas, ao se envolverem com a política, não entrem nesse jogo político, porque, além de promessas infundadas, gastam dinheiro público, oriundo do fundo eleitoral criado para subsidiar campanhas eleitorais. O fundo eleitoral foi criado em 2017, após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar a doação de pessoas jurídicas para o financiamento de campanhas eleitorais uma prática ilegal. Como forma de suprir as necessidades das campanhas eleitorais, até então subsidiadas pela iniciativa privada, ele foi instituído com o nome “Fundo Especial de Financiamento de Campanha” (FEFC), pela Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017 e traz em seu Artigo 16–C:

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, em valor ao menos equivalente: I - ao definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, a cada eleição, com base nos parâmetros definidos em lei; II - a 30% (trinta por cento) dos recursos da reserva específica. (PLANALTO, 2024).

Com os recursos do fundo eleitoral não é permitido propagandas em rádios e televisão e, além disso, as sobras, caso haja, deverão ser devolvidas mediante prestação de contas. Cabe aos partidos políticos e seus candidatos(as) gerir esses recursos para os fins a que se aplica e realizar a prestação de contas, sob pena de serem sancionados(as) caso haja irregularidades.

As considerações de Olga Brunetta é de que esse dinheiro público deva ser aplicado

em campanhas eleitorais para que os(as) candidatos(as) tenham condições de apresentar ao eleitorado, propostas reais de implementação. Caso contrário, a maneira teatral de se fazer política pode afastar excelentes profissionais, pessoas capacitadas para ocupar cadeiras na Câmara e contribuir muito com a sociedade.

Ao resumir sua trajetória na política, mencionando os pontos positivos e negativos, ela relata:

Olha, se teve assim pontos negativos, dificuldades, acho que eu deletei. Ficou lá no milênio passado. (Risos). Mas, realmente, eu acho assim, tudo valeu a pena. Pra mim foi um grande aprendizado, eu acho que eu consegui agregar parceria com excelentes profissionais que Mamborê tem, continuar a trajetória da escola, né, e a minha participação na comunidade. Eu acho assim, foi muito prazeroso, produtivo, o meu relacionamento com todos os Departamentos da Prefeitura, com os colegas vereadores. E nós tivemos muitos eventos em Mamborê naquela época. Foram seis anos, professora. Aquele ano teve prorrogação pra coincidir com eleição, alguma coisa assim. Quando nós pensávamos que tínhamos concluído, foi prorrogado por mais dois anos. Mas como assim? Mais dois anos! Então foram seis anos! Olha é um tempo, né! Na verdade, parece assim que foi tão rápido. Naquela época muitas coisas aconteceram em Mamborê. Foram iniciadas muitas inovações na agricultura, na reestruturação das escolas. Teve participação de excelentes profissionais professores que foram diretores de escola, desde o interior, então, assim, foi um crescimento muito grande. Foi ali que Mamborê se tornou Comarca. A Comarca começou do zero, não tinha nada. [...] Sabe, começar do zero e ali em pouco tempo né. E depois a gratificação de ver o trabalho realizado. Esse é um exemplo, mas muito eventos. Na Câmara que não era nesse ambiente, foram realizados muitos eventos. Lançamento de livros, noite da poesia, palestras, cursos. A Câmara era aberta pra tudo. Era o único ambiente, antes da Casa da Cultura, o único ambiente que favorecia esse tipo de evento, né. Agora eu gostaria de destacar um trabalho que nós realizamos em parceria com a Câmara, com os professores. [...] Claro, eu acho que a gente deixou a desejar muita coisa, porque tinha muita coisa pra fazer. Quando você foca em alguns lados, você acaba não vendo ou esquecendo ou não tendo tempo ou possibilidade de fazer outras coisas. Se eu voltasse hoje, com certeza, eu iria agir diferente em algumas situações porque o aprendizado, a maturidade e a compreensão, ela só dá mais experiência, né, professora. (OLGA, 2023).

Desde que Olga foi eleita, passaram-se quarenta e um anos. Sua memória e lucidez impressionam pela riqueza de detalhes com que narra suas experiências. Além de ser uma eleição atípica com a escolha de cargos da esfera Estadual, o mandato teve duração de seis anos para, no futuro, as eleições municipais e estaduais acontecerem no mesmo dia, conforme ocorre até hoje. Além de não ter planos de entrar para a vida política, a vereadora ainda teve seu mandato aumentado por mais dois anos. Após terminar o mandato ela alega que não se arrependeu de ter atuado também na vida pública. Como Mamborê ainda era um município novo, conseguiram realizações importantes que dependiam de decisões políticas para serem

efetivadas e só foi possível com o seu trabalho na Câmara municipal, lugar onde são elaboradas e aprovadas as leis municipais.



Figura 15 – Entrevista com Deomira Brunetta.
Créditos da foto: Celso Agostinho.

Deomira Brunetta foi candidata a vereadora no ano de 1992 na chapa do candidato a prefeito Ivo Brunetta, o qual era seu primo por parte do seu marido. Outras quatro mulheres também foram candidatas, totalizando cinco mulheres em uma época que não se exigia cotas de gênero. Ela relata que não gostava de política, mas, participava de entidades e conhecia muitas pessoas no município. Depois que tomou a decisão de se candidatar começou a tomar gosto pela política, conforme explica:

Interessante, eu tive um cunhado que foi candidato aqui em Mamborê – Dorvalino Brunetta, irmão do meu marido e na época eu falava assim, meu Deus, pra quê o Dorvalino se envolver com isso. Mas aí eu fui pegando amor, sabe, fui pegando amor e quando eu fui convidada pra mim foi um incentivo, sabe. Eu fiquei bem animada e assim, como eu fazia parte do CTG³⁷ eu já tinha um conhecimento com o pessoal e daí foram me incentivando e eu topei e graças a Deus eu tive sucesso na política de Mamborê. (DEOMIRA, 2023).

Nota-se que Deomira também foi convidada a entrar para a política, ela tinha o chamado “capital político”, de família conhecida, conhecia muitas pessoas em todo o município. Agricultora bem-sucedida no meio rural, e na zona urbana participava de muitas associações com trabalho voluntário. Por esses motivos angariava muitos votos,

³⁷ Centro de Tradições Gaúchas.

consequentemente era visada pelos partidos políticos, conforme explica a pesquisadora Clara Araújo:

um aspecto extensivo aos partidos em todos os sistemas é a corrida pela obtenção do maior número de votos possível. Nesse sentido, as escolhas preferenciais dos partidos serão feitas com base na análise dos candidatos considerados “bons de voto” e também daqueles considerados “ruins de voto”. Nesse processo, tende-se a desenvolver-se uma lógica que é, ao mesmo tempo, pragmática e inercial, que se reproduz de modo mais intenso nos sistemas majoritários. Supõe-se que candidatos que já são parlamentares ou que tiveram votações expressivas em pleitos anteriores tendem a oferecer menor risco na competição, pois teriam base eleitoral, nome conhecido e estrutura criada pelo próprio mandato. (ARAÚJO, 2005, p. 195)

Sendo uma candidata ideal, Deomira foi incentivada e ficou muito entusiasmada com a política. Ela recebeu apoio do seu esposo e passou a gostar muito da política eleitoral, relata que assim como ela, gostaria que todas as pessoas também tivessem esse amor no sentido de querer melhorar o município.

Todo o candidato quando ele entra ele quer revolucionar, né. Uma maneira assim de fazer coisas diferentes, mostrar pro povo que pode mudar, que as coisas não podem continuar sempre a mesma coisa e foi aonde eu peguei um amor muito grande pela política. Eu fui incentivada. Incentivada principalmente pelo meu marido, meus filhos, eu tenho três filhos. Eles eram muito pequenos ainda, pequenos não, mas de forma assim que achavam que eu não devia me envolver em política (risos), eu sempre tive probleminha de saúde, mas, assim, eu me envolvi e teve muito sucesso e graças a Deus, assim, eu gostaria que todo o mundo tivesse uma mentalidade de pensar e querer evoluir Mamborê, sabe, e foi aonde eu me entusiasmei e deu certo. (DEOMIRA, 2023).

Ao falar do seu relacionamento com outros(as) candidatos(as), Deomira destaca que mesmo estando numa disputa por vagas, eram muito parceiros na campanha. Ela trabalhou bastante e visitou praticamente todos os(as) moradores(as) incluindo a zona rural e a zona urbana.

Tinha mulheres, porque assim, diziam que o partido tinha que ter tantas mulheres pra cada partido, né. Então, a gente, tinha mulheres, mas o meu relacionamento, embora a gente estava numa concorrência, né, a gente sempre foi muito companheiro um do outro, sabe. Por exemplo, respeitando. Eu fui uma pessoa que eu acho que eu visitei Mamborê inteiro, interior assim, fora da cidade eu fiz muito, sabe, eu visitei muitas famílias. Então eu fui uma pessoa que visitou muito o povo de fora e os outros ficavam mais na cidade. Não sei porque que não se dedicaram tanto. Eu já morava no interior, né, na lavoura, por exemplo, então eu visitei muito esse pessoal, sabe. Então, eu acho assim, foi uma escolha, né. Mas eu fiz cidade também, onde respeitei todo mundo e a gente, assim, tinha uma mentalidade assim de respeitar, sabe. (DEOMIRA, 2023).

Na condição de agricultora e moradora da zona rural, seus primeiros projetos ao assumir o cargo de vereadora foram dedicados aos(às) moradores(as) daquela região, principalmente no cuidado com as estradas.

Os meus primeiros trabalhos foram a assistências ao homem do campo, aqueles que viviam na lavoura, com, assim, eu fazia parte de uma comissão, na qual nós fiscalizávamos as estradas. Então, assim, a gente trabalho muito em cima porque a gente sofreu muito, muito com problema de entrega de produtos na COAMO³⁸ e nas firmas, com estradas, né. Aí eu fiz parte de uma comissão que fazia este trabalho e a gente teve sucesso, felizmente. (DEOMIRA, 2023).

Sobre o relacionamento com os demais vereadores e com o prefeito, Deomira expressa-se de forma carinhosa, principalmente ao destacar seu relacionamento político com o prefeito eleito, Armando Alves de Souza. Mesmo sendo a única mulher eleita, na Câmara ela participava de debates e embates. Por vezes os ânimos se alteravam, mas, debatia de igual para igual com os demais vereadores. Apesar das ideias divergentes que geravam discussões normais para a pauta, ela pondera e afirma que no geral o relacionamento era bom.

Olha, pra trabalhar com o Armandinho era um prazer muito grande, sabe. Agora assim, no começo, você tem ideias que você não combina com as ideias dos demais colegas. Teve uma vez que ele mandou eu sumir da reunião e eu não me retirei na reunião, porque eu achei injusto, né. Porque as nossas ideias não combinaram, por exemplo, mas com os demais colegas a gente sempre se entendeu muito bem e foi assim, cada vez melhor, sabe, cada vez melhor. (DEOMIRA, 2023).

Deomira foi indagada se se sentia uma mulher incluída ou excluída na política e responde que foi muito respeitada, mesmo em meio as discussões dos projetos. Inclusive, ela fazia parte das negociações entre a Câmara de Vereadores e o Executivo Municipal, devido ao bom diálogo que tinha com o prefeito.

Não. Eu fui muito respeitada, inclusive os últimos dois anos eu fui assim, líder da Câmara. Tudo que era difícil na negociação, no entendimento eu ia com o prefeito Armando, sentava eu mostrava aonde que podia ser mudado e a gente sempre entrava num bom senso, sabe. As vezes tinha que mudar alguma coisa, algum texto, então eu sempre tive um bom contato com ele. Foi só no começo que a gente, assim, divergiu. Sempre teve o contrário, né, política é política, né. Você sabe como é que é. Mas assim, eu sempre procurei assim, fazer o melhor pro povo de Mamborê. (DEOMIRA, 2023).

Deomira foi a mulher que ocupou o cargo mais alto dentro da política eleitoral do município de Mamborê. Além de vereadora, ela foi vice-prefeita. Entretanto, ela se

³⁸ Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão.

decepcionou demais ao ser eleita e comenta que foi excluída. Que fizeram muitos votos em uma campanha bonita, mas, que foi usada apenas para ajudar a ganhar a eleição. Ao relatar sua atuação como vice-prefeita, ela mostra-se enfática:

Olhe, nisso eu tenho que lamentar. Infelizmente, eu fui eleita, fizemos um trabalho excelente na campanha, aí eu fui excluída. E nós conseguimos assim, uma vitória, assim, nossa, com quase três mil votos de diferença dos outros, que eram três candidatos na época, né. Então eu fui assim, infelizmente, como vice eu não posso dizer que fiz um trabalho bonito e que me satisfez como foi feito de vereadora. Mas assim mesmo eu incomodei muito ele. Incomodei porque eu fiz o meu trabalho. Eu as vezes pegava dinheiro da fazenda pra ajudar o povo de Mamborê sabe, mas eu nunca desisti de fazer o meu trabalho. Eu nunca assumi nem uma hora. Você vê, o prefeito saía, eu nunca assumi o cargo de vice, né. Então eu fui uma vice, assim, só pra eleger ele. Eu lamento muito isso. Mas eu não abaixei a cabeça não, eu sempre fiz o meu trabalho porque, assim, eu fazia um trabalho independente de política, sabe. CTG, ACOPAR³⁹, que eram associações assim, eu sempre trabalhei e trabalhei de mangas arregaçadas pra que Mamborê tivesse um progresso. E ele não conseguiu me frustrar, sabe. Eu continuei de cabeça erguida, eu nunca participava de nada do que era pra participar, né, porque vice é vice, mas tem que participar de tudo. Mas infelizmente quem perdeu foi ele, porque eu não considero que eu perdi, com isso eu ganhei. (DEOMIRA, 2023).

Deomira foi uma mulher silenciada, excluída, principalmente quando exerceu o cargo de vice-prefeita. Foi usada para angariar votos, pois era vista como uma candidata em potencial, boa de voto, ela tinha um notável capital político. Para além de se sentir usada, podemos constatar que Deomira sofreu violência simbólica. Quanto a isso, a Lei nº 14.192 de 04 de agosto de 2021, em seu Art. 3º explica: “Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”. Deomira foi deslegitimada enquanto autoridade política. Essa circunstância a frustrou, ela se viu impedida de cumprir o papel de vice-prefeita, como gostaria, então, “pegava dinheiro da fazenda” para tentar exercer o papel de vice nos compromissos com a população. Explicitamente excluída, sem contar com as políticas públicas municipais para desenvolver seu trabalho, ela o realizava por conta própria. Como era honrosa com suas responsabilidades políticas, foi até ao fim, mesmo que desgostosa com o contexto. Depois, ao findar seu mandato, se afastou da vida pública, fato evidente de violência política de gênero.

Nas considerações sobre as poucas mulheres atuando na política, Deomira frisa que teve muito apoio das mulheres, porém, percebe que as próprias mulheres não votam em mulheres. Com relação aos homens, relata que eles não querem que a mulher tenha sucesso

³⁹ Associação dos Criadores do Centro Oeste do Paraná.

porque sabem das competências das mulheres e isso causa medo nos homens. Mesmo com essa opinião ela teve muito apoio, tanto dos homens quanto das mulheres, inclusive dentro das associações em que ela fazia parte.

Olha, eu senti isso, mas eu sempre tive um carinho, um respeito muito grande pelas mulheres. Mulher não quer ver o sucesso da outra mulher. Então, infelizmente, Mamborê perdeu muito, mas muito mesmo por causa disso. Que normalmente acontece que mulher não vota pra mulher! É incrível. É um conceito assim que eu percebi e a gente tinha uma associação que a gente fazia parte que era a COMCAM⁴⁰, sabe, a ACAMDOZE⁴¹ era dos vereadores. Então a gente percebia isso – homem não quer mulher na política não! Mas você sabe por quê, né? – Porque a mulher é muito mais organizada, a mulher é responsável e a mulher que quer ver o sucesso. A mulher quer ver deslanchar as coisas, então eu acho que o homem tem muito medo da mulher. (DEOMIRA, 2023).

Deomira era professora antes de se casar. Após o casamento foi ajudar o marido na lavoura em suas propriedades rurais. Ela sempre gostou de participar de tudo e salienta que não deve ter separação entre as competências de homens e mulheres.

Olhe, professora, aqui em Mamborê eu tive muito apoio, por parte - eu falo, felizmente - por parte do homem. Sendo que, professora, eu fui a única mulher de Mamborê, na época fui a única que assumiu uma associação pecuarista aqui em Mamborê, sabe. E era vinte e um membros que votava. Dos vinte e um membros, só o concorrente que não votou pra mim, então eu acho assim, eu considero que aqui em Mamborê o homem não quer ver o destaque da mulher, sabe. Então, assim, por exemplo, eu me sinto muito agradecida ao povo de Mamborê porque o povo de Mamborê sempre confiou muito na gente. Assim, eu fui sempre, por exemplo, eu sempre ajudei o meu marido a trabalhar, eu levava soja na COAMO, eu dirigia, eu trabalhava com trator, com colheitadeira. Eu sempre fui assim, aberta. E antes de me casar eu era professora, então eu sempre ajudei e achei assim, homem e mulher fazem a mesma coisa. (DEOMIRA, 2023).

Essas narrativas demonstram um pouco da trajetória política de Deomira Brunetta, mulher branca, agricultora, de família conhecida no município e de classe alta. Teve muitas alegrias e também desilusões na política eleitoral do município de Mamborê. Foi excluída durante seu mandato de vice-prefeita, mas não se deu por derrotada. Ergueu a cabeça e continuou trabalhando pela população mamboreense, mesmo que com recursos próprios. Deomira não quis mais se candidatar a cargo político. Foi ajudar seu esposo a cuidar de suas propriedades que hoje se distribuem entre os Estados do Piauí e Paraná. Atualmente reside em Curitiba, na Capital do Estado do Paraná, e como ainda tem posses em Mamborê, de vez em quando visita o município.

⁴⁰ Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

⁴¹ Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze.



Figura 16 – Márcia Regina Wansovicz Matozo.
Créditos da foto: Celso Agostinho.

Márcia Regina Wansovicz Matozo, mulher branca, com curso superior em Assistência Social, foi professora universitária, atuou na área de assistência social e foi também Secretária de Saúde do município de Mamborê. Eleita vice-prefeita do município de Mamborê, esteve no cargo entre os anos de 2009/2011, posteriormente ao seu mandato de vice, candidatou-se ao cargo vereadora.

Enquanto vice-prefeita, Márcia Regina relata ser bem atuante nas tomadas decisões,

desde a campanha eleitoral até o exercício no cargo após a eleição. No trecho a seguir, ela relação como foi a campanha eleitoral e sua participação, inclusive na elaboração do plano de trabalho:

Uma campanha eleitoral é um desafio muito grande, né, quem já participou sabe do desafio que é uma campanha eleitoral, né. E a nossa campanha ela correu assim de forma tranquila, né. Na época nós éramos em três candidatas, então havia uma característica diferente naquele ano em Mamborê, né. E aí a gente então sentou, montou o plano de governo, né. Toda a parte de assistência social, de saúde, do plano, eu montei junto com a equipe. Então já participando, né, como candidata. Porque o pessoal acha assim: ah, porque é mulher, vamos deixar de lado. Não. Eu fiz questão de quando eu aceitei, dizer assim: eu vou, mas eu quero estar presente em todos os momentos, né, porque eu não quero que decisões sejam tomadas sem que a gente esteja junto. Então nós montamos toda a nossa proposta em conjunto com a equipe. (MÁRCIA REGINA, 2023).

Márcia Regina reconhece a campanha eleitoral como um desafio muito grande. Fez questão de participar da elaboração do plano de governo, porém, percebeu que muitas vezes tentavam excluí-la por ser mulher. Ela menciona: “o pessoal acha assim: ah, porque é mulher, vamos deixar de lado”.

O relacionamento de Márcia Regina com as outras mulheres e demais candidatas durante a campanha eleitoral foi tranquilo, como ela relata, contudo, tenso em alguns momentos, algo que considera “natural” num processo de disputa.

Pra mim a questão de relacionamento humano é muito tranquila, né, até pelo meu papel de Assistente Social e pelo que eu aprendi, a gente traz de berço isso, né, de conversar, de ter essa espontaneidade e essa facilidade de se relacionar, né. Então, durante a campanha ela não foi diferente, sabe, tanto com o nosso grupo, né, ali na hora de conversar, de pensar nas estratégias, tanto com os candidatos homens a gente teve um relacionamento tranquilo, e claro, né, a gente numa disputa, você tem esse relacionamento tranquilo e você tem os momentos mais tensos porque é um processo de disputa e é natural. Mas, foi muito tranquilo, tanto no antes, quanto no durante, sabe. E claro que, o coração, né gente, você tá ali concorrendo a um cargo, o coração tá sempre acelerado. (MÁRCIA REGINA, 2023).

Márcia Regina, ao exprimir aparente tranquilidade, também naturaliza os papéis de gênero atribuídos socialmente às mulheres. A maneira como se coloca, se referindo a uma educação que “vem de berço”, parece acreditar que nós, mulheres, somos dispostas ao cuidado, sem problematizar que fomos socializadas desde crianças a sermos dóceis, não brigar, não desobedecer, não desagradar. Dessa forma, num comparativo com os homens, dá-se a impressão que as mulheres são mais fáceis de serem manipuladas.

Em relação às visitas durante a campanha eleitoral, Márcia define como sendo a parte

que mais gostava. Andou muito durante a campanha, conhecia muita gente em virtude da sua atuação como vice-prefeita e de seu trabalho social cotidiano e conversou muito com o público sobre suas pretensões políticas, principalmente do cuidado para com as pessoas. Ela relata sempre ter sido bem recebida e sentia-se realizada na relação carinhosa com a população.

Eu confesso pra você que essa era a parte que eu mais gostava. Porque eu trabalhei como Assistente Social e em outras funções aqui por oito anos, oito ou dez anos, por aí. Então nesse período eu conheci muita gente. Tanto na área de assistência como na área de saúde e as visitas eram muito calorosas, sabe, porque a gente chegava conversando com eles sobre a nossa intenção, porque era uma intenção que a gente tinha, de fazer o melhor por Mamborê e as pessoas recebiam a gente de uma forma muito educada, muito tranquila, sabe. Nenhuma visita que eu fiz houve alguma forma de agressividade ou dizer – não, eu não quero falar com você. E algumas pessoas até lembravam, né, - nossa, Márcia, quando você era assistente social eu tive lá, foi importante a tua orientação, quando você era na saúde. Então, era gostoso fazer esse trabalho, né, de conversar com eles e de colocar a proposta da gente, né. Muito bacana, mesmo. (MÁRCIA REGINA, 2023).

Márcia Regina narra sobre seu primeiro projeto como vice-prefeita e salienta que queria ser atuante e cumprir horário. Nunca aceitou a ideia de que “vice fica em casa”. Ela exigia condições para realizar seu trabalho de vice-prefeita, queria estar incluída no processo administrativo e para isso encontrou muitos impedimentos. Tanto perseverou para exercer sua função que ela mesma decidiu ficar numa sala próxima à porta de entrada da prefeitura, recebendo as pessoas, orientando e encaminhando conforme a necessidade, para os setores competentes. Nota-se que realizava um trabalho semelhante ao de uma secretária, do que ocupando um cargo de poder no executivo.

A primeira conversa minha com o prefeito na época foi assim – eu quero uma sala na prefeitura. Esse foi o meu primeiro projeto, por quê, né? Porque os vices e pra mim foi falado – vice fica em casa. Daí eu falei: não. Eu não sou um vice de ficar em casa. Eu não vou receber o meu salário que é um dinheiro do povo, né que é suado pra eu ficar em casa. Ou eu ia arrumar outro emprego pra eu aumentar minha renda. Eu falei: eu quero ter uma sala na prefeitura. Confesso que não foi fácil, Clarice, houve muita resistência, né, mas aí num determinado momento, de tanto eu insistir, eu falei: não, eu quero trabalhar. Em que área que eu vou trabalhar? Então eu queria fazer esse acompanhamento da administração como um todo. E aí então eu optei por fazer um atendimento aos munícipes a medida que eles viessem procurar algum auxílio, algum atendimento na prefeitura. Então a minha sala ficou no andar, no piso de baixo, perto da porta de entrada. Então, as pessoas chegavam e vinham falar comigo, a dúvida que tinham, aonde que procurava. Questões de saúde, de assistência, de trabalho. Então eu fui fazendo esse atendimento de orientação, né. E aí eu percebi que muitas famílias tinham dificuldades estruturais de moradia. Pessoas com

deficiência, que não tinham uma rampa pra chegar até a casa, um banheiro adaptado e aí na época eu falei com o prefeito: vamos fazer um trabalho nesse sentido. E aí eu fui fazendo essa avaliação, esse contato com as famílias e fazendo os encaminhamentos necessários, né. E aí em seguida eu passei a atuar na área de agricultura, junto com a Secretaria de Agricultura, com a, não sei se você lembra, da feira, a feira livre que tem lá naquela praça, né. Aquele projeto que tem lá hoje, né, construído, que eu passei por ali e vi, foi nessa época que a gente idealizou ele. Então eu fiz esse trabalho de turismo e uma parte de agricultura, dos feirantes mesmo, né, dos pequenos agricultores. E eu fiz esse trabalho durante o restante da minha gestão enquanto vice-prefeita, né, que foi um trabalho que eu amei fazer. Que a gente andava pro interior, ia para as comunidades, visitar outros municípios, fazer palestras, incentivar o agricultor pra diversificar a produção da sua propriedade e poder ter uma renda a mais, né, então, o pequeno agricultor foi com quem eu trabalhei nesse período e foi muito importante. Daí a gente pulverizava, né, auxílio a saúde, assistência social, educação, obras, enfim, então, eu acompanhei de forma geral a administração do prefeito Henrique, da época. (MÁRCIA, 2023).

Márcia Regina comenta que tinha muito amor ao trabalho enquanto agente pública. Estava sempre preocupada com o bem-estar da população e engajada na implementação de políticas públicas que viessem ao encontro com as reais dificuldades das pessoas, principalmente as mais necessitadas.

Quando perguntada como era o relacionamento com o prefeito e com a Câmara de Vereadores, Márcia Regina, responde:

Era tranquilo, Clarice. Eu tinha essa amizade com todos, né. E quando a gente tinha dúvidas ou embates, a gente conseguia separar isso, né, porque você contrariar algo mexe com a pessoa, né. Ainda mais no campo político que isso se acende mais, né. Então, quando tinha alguma dúvida, alguma divergência, eu tinha esse comportamento de vir conversar, né. O que que tá acontecendo, de que forma que a gente pode resolver. E com o prefeito, a mesma situação, eu sempre tive apoio dele nas minhas iniciativas, o que eu queria fazer. E quando não vinha esse apoio, a gente discutia, entendia porque que não dava naquele momento, né. Se frustrava, né, porque a gente sempre sonha maior, a gente sempre quer mais, né. E as vezes até as questões legais mesmo nos coloca numa posição de não poder alcançar aquele objetivo naquele momento porque tem questão legal que acaba esbarrando, né. Mas o relacionamento com ele, com os vereadores, com a equipe era bem tranquilo. (MÁRCIA REGINA, 2023).

Fica explícito em sua fala, que ela, por muitas vezes não era ouvida. Ela reconhece que “contrariar algo mexe com a pessoa”, por isso era muito cautelosa nas discussões. Sempre procurava dialogar e encontrar a melhor forma de resolver as ocorrências. Mesmo quando o apoio do prefeito não vinha, ela conversava e procurava entender. É notório que era silenciada, como se as mulheres tivessem que ceder sempre. Ela esclarece que às vezes se frustrava, mas, entendia como sendo uma condição momentânea. Em algumas situações,

Márcia Regina percebia tentativas de exclusão e quase que frequentemente tinha de se impor para não ser declinada. A partir desse relato, constatamos as formas de exclusão impostas às mulheres na esfera política. Márcia Regina, uma mulher eleita na condição de vice-prefeita, no entanto, precisava ser firme para não ser excluída ou diminuída na sua representação política, características de violência política de gênero. Quanto a isso, ela relata:

Olha, teve alguns momentos que eu senti que, sabe, as pessoas, sabe, diziam: não, a Márcia não precisa vir. Eu sentia isso, não que falavam, né. Mas teve alguns momentos, Clarice, que eu me impus, sabe. Teve alguns eventos que eu fui e que acabavam querendo chamar outra pessoa no meu lugar e eu dizia assim: não, eu estou representando a prefeitura hoje, aqui. E aí me colocavam no meu lugar, né, me davam o meu lugar. Mas é uma luta que a mulher dentro do campo da política precisa ter, né. Essa postura de assumir o seu lugar. Quer dizer, eu sou uma mulher, autoridade, independente do gênero, eu sou mulher e eu sou vice-prefeita, então, eu estou aqui representando meu município. (MÁRCIA REGINA, 2023).

Sobre poucas mulheres participando da política eleitoral, Márcia Regina atribui a fatores históricos e também às próprias mulheres que não confiam em suas potencialidades e em suas falas se colocam como submissas. Até deu exemplos: “A gente ainda tem aquela coisa: ah, mas o homem sabe fazer melhor que eu”. No entanto, ela alerta que as mulheres precisam acreditar mais em si mesmas.

Então, eu percebo que é uma questão histórica, né, Clarice. Porque a mulher, ela vem conquistando o seu espaço não só na política, mas em todos os espaços da vida, né, muito lentamente. Se a gente voltar na história, né, a mulher, ela era só mãe e esposa, né. Procriadora, se a gente voltar muito lá antigamente. E a mulher não tinha direito a nada, né, a voz, a voto, enfim, ela era pra educar e cuidar de filho e só isso. E ela foi conquistando, né, nesse tempo, todo seu espaço no trabalho, né, reconhecida nas suas potencialidades, né. E na política eu vejo assim que, o próprio eleitor, ele ainda tem essa, ele tem essa resistência em votar em mulheres. Então, ele é um trabalho que deve ser feito pelas mulheres, que nós precisamos fazer mais assiduamente, junto a esse público, né. Junto aos nossos eleitores, até nos espaços mesmos. Eu vejo que a lei traz isso, hoje, determinado que precisa tantas mulheres, né, pra serem candidatas e tal, mas o nosso povo, o nosso público eleitor ainda tem essa resistência, né. Mas eu vejo como uma questão histórica e que com o passar do tempo isso vai melhorando, se nós mulheres, mostrarmos o nosso potencial, porque a gente ainda tem um pouco de receio de se colocar, né, diante das situações adversas, né. A gente ainda tem aquela coisa: ah, mas o homem sabe fazer melhor que eu. Não, gente. A mulher ela tem todo o potencial e tem muitas mulheres que na história, fizeram a história, fizeram a diferença, trouxeram grandes mudanças, grandes leis, né, que se a gente for falar aqui é muito. E as vezes se aproxima quase em igualdade da quantidade dos que homens fizeram, né. Só que isso não é divulgado. Então a gente precisa colocar a boca no trombone. A gente precisa se mostrar. Dizer assim: eu vim e para que eu vim, né. (MÁRCIA REGINA, 2023).

Diante do exposto, Márcia Regina reconhece que as mulheres são sujeitas da história, e que foram conquistando novos espaços, principalmente o público, e desempenhando novas atividades, não ficando mais restritas ao espaço privado, doméstico. E assim, vagarosamente foram conquistando espaço na política, contudo, a sociedade ainda não tem preparo suficiente para aceitar as potencialidades femininas na política. O fato é que as mulheres ainda são desacreditadas na esfera política.

Márcia Regina considera que sempre foi do meio político. Isso foi fator preponderante para dar entrada em uma candidatura. Ela candidatou-se primeiramente ao cargo de vice-prefeita e, posteriormente ao de vereadora. Na visão dela, as campanhas de vice-prefeita e para vereadora são distintas. Ela ficou muito entusiasmada quando se candidatou a vereança, uma vez que, já tinha atuado no Executivo como vice-prefeita e no seu entendimento, conquistar o Legislativo municipal seria algo possível. No entanto, ela angariou poucos votos e não foi eleita, logo, ficou decepcionada com a política, conforme resume sua trajetória:

[...] Eu sempre fui da política. E aí quando surgiu essa oportunidade, a resistência veio, como eu já falei e eu acabei aceitando e a gente veio caminhando aí nesse período de dois anos e três meses, como vice-prefeita diante da prefeitura de Mamborê. Depois disso, eu me candidatei a vereadora e eu confesso gente, que a campanha em si, porque a campanha como vereadora era totalmente diferente, né, dá de Vice. E eu criei uma expectativa, né, por conta de todo o trabalho que eu já tinha feito em Mamborê, porque você se doa, você faz o trabalho, você tem toda uma questão de honestidade, de justiça, enquanto pessoa, enquanto Assistente Social. Então, a gente trabalha pela garantia de direitos, né, dos usuários da assistência, da saúde, enfim, de todas as políticas socioassistenciais. E eu percebi nessas duas campanhas, sabe, Clarice, assim, que o campo político, ele tem todo um lado atraente, mas ele tem um lado que ele dói, sabe, porque você cria uma expectativa, cria um sonho, cria uma intenção para aquela situação e de repente você não tem esse respaldo dos eleitores, vou falar eleitores porque a gente está falando da política partidária. E quando eu saí vereadora, eu tive poucos votos, né. [...] E você faz a visita, todos te tratam bem, né, educadamente, é gostoso esse bate papo e você acredita que aquilo vai dar certo. E aí você vem a decepção que você não consegue entrar porque os votos não foram suficientes. Então, eu vejo assim, que um dos pontos negativos, é, o preparo dos candidatos e esse, como que você tem a certeza que esse eleitor vai votar em você? [...] De que forma que eu tenho que conduzir a minha candidatura pra que eu realmente tenha sucesso naquele meu objetivo e que os eleitores acreditem na minha proposta, né. Então acho que essa é uma reflexão que eu deixo, né, para as mulheres e para os homens que vão seguir essa carreira política. E que ela seja realmente pautada na justiça e no direito, né, dos munícipes daquele lugar onde você está se propondo a ser, né, ou Presidente, Deputado, enfim, né, Governador, né vereador. Um vereador de uma cidade menor que seja, ele tem a mesma função que aquele vereador na maior cidade do mundo. Então, né, que tenha isso pautado na sua vida. (MÁRCIA REGINA, 2023).

A decepção pela política, expressada por Márcia Regina, por ocasião de sua candidatura à vereadora, está relacionada aparentemente à falta de apoio e/ou reconhecimento da população, do eleitorado, quanto ao trabalho que ela realizou, com muita dedicação, em todos os setores que atuou no município e principalmente como vice-prefeita. O trabalho e a dedicação não foram suficientes para angariar votos para ser eleita ao Legislativo. Ela questiona: “o que será que o eleitor pensa ao escolher seus representantes?” Muitas pessoas preparadas e bem-intencionadas para assumir funções na política institucional não chegam lá porque não recebe votos suficientes. O eleitorado não está preparado para escolher seus representantes, sejam homens ou mulheres, pois não é tão simples acompanhar o desenrolar da política. Um dos motivos é a falta de informação do eleitorado, sujeito a manipulação de candidatos(as) com discursos apelativos, promessas vazias e propagandas enganosas.



Figura 17 – Entrevista com Sandra da Silva Nascimento Agostinho.
Créditos da foto: Celso Agostinho.

Sabemos que a presença e participação de mulheres nem sempre é um assunto de aceitação social. Muitas mulheres afeitas ao mundo da política, inclusive se autoquestionam se este é mesmo um lugar para sua atuação. E por outro lado, nem sempre uma mulher candidata ou atuando na esfera política é aceita pelas próprias mulheres. Isso revela uma questão de gênero, pois ao longo da vida fomos ensinadas e educadas a cuidar da vida doméstica, se preparar para o matrimônio, a maternidade, exercer profissões próximas a esse ato do cuidado. A conquista do espaço público e da vida política pelas mulheres como já discutimos – seja votar e ser votada – exigiu muitas lutas e movimentos sociais. Na campanha ou na vitória da eleição, os desafios e dificuldades enfrentados pelas mulheres sempre são

maiores do que para os homens. Esses aspectos ficam evidentes na fala de Sandra da Silva Nascimento Agostinho, mulher casada, mãe de um filho, natural e residente de Mamborê e trabalha como funcionária pública no município. Eleita vereadora em Mamborê no ano de 2012 e candidata a prefeita (não eleita) no ano de 2016.

(...) lá em dois mil e doze, hoje talvez, não sei como está, talvez um pouco menos, mas em dois mil e doze eu senti um preconceito muito grande das próprias mulheres com relação a figura feminina. É, uma dificuldade também no contexto do que esse campo pra mim, porque eu estou tão acostumada, né, com o que eu vejo diante da realidade somente os homens ocupando esse espaço, né, e eu percebo, pelo menos naquela época eu percebia muito isso, no sentido de: será que esse é o campo de atuação pra mulher? Será que a mulher ela pode desempenhar esse papel? Será que ela tem a competência pra isso, né? Então, é um preconceito muitas vezes que parte da própria mulher, né. (SANDRA, 2023).

Sandra relata o preconceito que sentiu por parte das mulheres. Em sua maioria, as mulheres não votam em mulheres candidatas. Diante da realidade masculina que ocupa majoritariamente o espaço da política, ela questiona a atuação feminina nesse contexto.

Questionada se tinha ou não um plano de trabalho, Sandra comenta que não tinha um plano, ainda não conhecia o processo político, mas, após eleita buscou informações e foi aprendendo durante o processo.

Eu não tinha o conhecimento dentro do processo político. Era algo que pra mim era distante. Então, quando eu entrei é que eu comecei a buscar o que era o processo político. (SANDRA, 2023)

O processo político era algo distante para Sandra, como fica evidente em sua fala, no entanto, estava disposta a aprender, a formar redes de apoio, buscar formação política e acompanhamento durante seu mandato. Em relação a isso, Sandra destaca que procurou estar próxima da comunidade local, pois uma das principais ações que queria era “muito a participação do povo, a participação da população junto a vereança e eu busquei esse apoio”.

Ela também reconhece que o trabalho realizado no cargo de vereadora aconteceu numa ação colaborativa, seja ouvindo os públicos e estando em contato com a comunidade, seja dialogando com outros setores sociais, como conselhos, associações e também do Ministério Fé e Política:

Bom, depois de eleita, uma das principais ações e eu queria muito a participação do povo, a participação da população junto a vereança e eu busquei esse apoio. Eu conversei com as pessoas, eu tive um conselho de mandato, eu fui atrás das pessoas, na época existia uma linha dentro do Ministério de Fé e Política que eu também participava e eles tinham ali algo que também trabalhava no sentido do acompanhamento. Eu solicitei pra que

eles pudessem me acompanhar no pleito porque eu acreditava realmente e acredito ainda que as pessoas precisam entender como funciona o processo dentro da área pública né, e o processo legislativo ele não é diferente. Nós precisamos dessa sabedoria, até mesmo para levar a população o que nós estamos fazendo aqui dentro. Então uma das primeiras ações foi conversar com o pessoal que fez parte do meu Conselho de Mandato, convidá-los a participar mais de perto. Também eu fazia muito contato com as associações, né, as pessoas que estavam nas comunidades pra que eu tivesse esse acompanhamento mais próximo e também pra que eu pudesse entender as demandas que elas tinham naquele momento. (SANDRA, 2023).

O Ministério Fé e Política – que ela participava – é um serviço existente dentro do Movimento Eclesial Renovação Carismática Católica (RCC) a qual atua em plena unidade com a Santa Sé e com as igrejas locais (dioceses), segundo informações do site do próprio movimento⁴². O Ministério Fé e Política tem o objetivo de “conscientizar os cristãos a utilizarem o voto de modo justo, e apoiarem o(s) candidato(s) conforme a consciência de cada um” (Site RCC, s/p). A estrutura do Ministério de Fé e Política está fundamentada três ações pastorais: formação, evangelização e acompanhamento, sendo esta última evidenciada na fala de Sandra.

Quando perguntada se ela tinha interesse em se candidatar, Sandra demonstra que não tinha esse desejo e que ao encontrar apoio vindo de sua família e especialmente de seu marido que relacionava política com cuidado e ajuda às pessoas, ela se sentiu estimulada a se candidatar.

Então, a minha realidade, professora, no sentido de candidatura nunca foi algo planejado. Eu não tinha esse desejo. Na realidade, toda minha vida eu gostei muito de trabalhar com pessoas e algo que me chamava muito atenção era a necessidade que as pessoas tinham, até mesmo de serem ouvidas, de terem as situações atendidas e antes de eu ser convidada para participar eu sempre partilhava com a minha família, em especial ao esposo. A preocupação que eu tinha com relação as pessoas e no ambiente onde eu trabalhava eu não tinha disponibilidade de tempo para atender essas pessoas e ele foi uma das pessoas que me incentivou. Ele chegou para mim, ele comentou comigo e falou: Nossa você gosta tanto de trabalhar com pessoas você se empenha tanto no sentido de querer ajuda-las. A política é um caminho que você pode fazer essa ação e ajudando muito mais pessoas de uma vez só. E lógico né, teve o incentivo também do meu pai. Eu acredito assim, o principal né, a família. A família abraçou, então, foram as pessoas que no princípio da minha caminhada estiveram sempre presentes. (SANDRA, 2023).

A narrativa de Sandra – assim como as das demais entrevistadas - demonstra a ênfase

⁴² Conforme informações acerca do Ministério Fé e Política. Disponível em: <https://novportal.rccbrasil.org.br/ministerios-rcc/>

que elas dão ao apoio que encontraram para suas candidaturas e atuação política, tanto nas próprias famílias, quanto em alguns setores ou grupos da sociedade. Como se constata, embora Sandra nunca tivesse planejado ser candidata, ela estava engajada no trabalho com pessoas e se preocupava com as reais necessidades dos indivíduos. Correlacionando sua trajetória política com as de Olga, Deomira e Márcia, já citadas na pesquisa, encontramos muitas similaridades nas relações de gênero, na divisão do trabalho nas esferas pública e privada, nas relações familiares, principalmente quando se trata de famílias que já estavam envolvidas na política local.

Como se destaca em sua fala, ela desempenhava em sua atividade profissional o cuidado para com as pessoas, função atribuída às mulheres ao longo da história. E na compreensão de seu marido, segundo seu relato a política seria um caminho para que ela pudesse “fazer essa ação e ajudando muito mais pessoas de uma vez só”. Ainda que o apoio da família, do marido e de outros grupos sociais, naquele contexto, seja importante para essas mulheres e para suas trajetórias políticas, é importante destacar que esse incentivo e aparente aval masculino, revela uma questão de gênero, de desigualdade de gênero, uma vez que, socialmente, nós mulheres, fomos educadas para estarmos no espaço doméstico, privado, do cuidado com as pessoas, distante da vida política, dos espaços de poder e de decisão. E para estarmos em outros lugares, parece que a “permissão” do outro – seja pai ou marido – ainda é uma condição, em muitas situações e contextos.

Com relação a existência de outras mulheres na campanha eleitoral e como foi o relacionamento com os(as) demais candidatos(as), Sandra responde que percebeu muita solidariedade entre as mulheres candidatas. Ressalta que gosta de pessoas e que não encontrou dificuldades de relacionamento.

Sim. Existiam outras mulheres que participaram do pleito, né. Eu sempre tive um bom relacionamento com todas. É algo que eu gosto de pessoas, então é fácil pra manter essa questão de relacionamento. Existiam sim outras mulheres que participavam do pleito e a gente tinha um convívio bem bacana. (SANDRA, 2023).

Sobre o relacionamento com o eleitorado e com relação às visitas, ela tinha definido uma estratégia de fazer contato pessoalmente no momento de pedido do voto, e assim o fez. Se referiu à campanha como uma missão, com o intuito de conhecer a realidade das pessoas e que o eleitorado também pudesse conhecê-la.

Então, na realidade quando eu saí como candidata lá em 2012 eu tinha já um objetivo muito bem traçado que era fazer a campanha de uma forma onde eu mesma atuasse ali no pedido do voto. Então, eu fiz questão de eu mesma sair

batendo na porta de cada eleitor, conhecendo a realidade do município. Foi gratificante porque eu consegui entender realmente quem era o eleitor e quais eram as necessidades do eleitor naquele momento. Foi maravilhoso. Tanto que na minha campanha, na época, o custo dela foi mínimo porque eu utilizei realmente o custo para o combustível pra manter o carro, onde nós precisaríamos ir em algumas áreas mais distantes. Mas na época eu não tive aquele cabo eleitoral que na época as vezes o pessoal utilizava também. Cada um tem a sua forma de trabalho. A minha forma de trabalho, eu sempre pensei assim, Clarice, que existe uma missão em cada tempo. A minha missão diante de um pleito eleitoral, a primeira missão era a campanha. E a minha campanha, eu queria uma campanha que fosse mais próxima daquelas pessoas para que elas me conhecessem e pra que eu também pudesse conhecer a realidade delas. (SANDRA, 2023).

Sandra retrata bem a força e o trabalho das mulheres. Não tinha recursos para fazer sua campanha, haja vista que não dispunha sequer de cabos eleitorais para auxiliar no trabalho de divulgação. Visivelmente uma concorrência desigual, porém, ela não se intimidou, saiu de porta em porta, assim, aproveitava para conhecer o eleitorado e as suas reais necessidades. Desta forma, o eleitorado também tinha oportunidade de conhecê-la como candidata, fazer perguntas para ajudar no processo de escolha.

Sandra relata que não lembra quantos votos recebeu – ela foi eleita com (277) duzentos e setenta e sete votos – e comenta que quando verificou que estava eleita sentiu o peso da responsabilidade do trabalho na esfera política, “naquele momento veio sobre mim todo o peso da responsabilidade de estar diante de uma nova missão que seria a vereança”. Nomeia esse novo trabalho como uma missão, característica muitas vezes atribuída ao trabalho das mulheres em diversos contextos históricos. Já para os homens, a atividade pública é vista como uma carreira e deve ser bem-sucedida. Fica evidente que as condições dadas às mulheres para participarem ativamente na política, não são as mesmas dadas aos homens. Há muita desigualdade.

Então, a quantidade de votos eu não lembro. Eu lembro que foi acima de duzentos votos, duzentos e setenta, não me lembro realmente a quantidade, mas eu me lembro que foi algo interessante sabe, Clarice, porque, no momento em que eu soube que eu estava eleita, e, não houve aquela explosão de alegria. Nossa, eu estou eleita! Não. Ao contrário, naquele momento veio sobre mim todo o peso da responsabilidade de estar diante de uma nova missão que seria a vereança. Então, aquele momento pra mim, foi um momento, assim, intenso; mas de uma sensação de responsabilidade. A partir de agora eu terei que assumir uma nova missão e o que vou fazer? (SANDRA, 2023).

Sandra da Silva Nascimento Agostinho foi a única mulher eleita em 2012. Ao ser questionada sobre seu relacionamento com os demais vereadores e com o executivo, responde que fazer oposição não é se opor a tudo, pondera a importância de analisar com profundidade

e questionar. Usar o diálogo para fazer oposição, mas, sempre acordar no que for melhor para a população.

Bom, eu entrei na oposição e aí eu quero colocar uma observação que é interessante quando nós entendemos o que é a oposição. Oposição é você ter um olhar mais claro, né, voltado para essa realidade, mas, não é se opor a tudo o que o executivo faz. É o contrário, é fazer uma análise mais aprofundada, levar os questionamentos que se tem, pra daí sim, se aquele item, aquele projeto não está de acordo com a realidade do município, que nós possamos questionar, nós possamos ir atrás dessa solução. É uma visão, pelo menos é a minha visão, certo, é, não é se opor a tudo, mas é questionar mais ainda pra que nós possamos entrar sempre num acordo dentro daquilo que é melhor para o município. Eu acredito mais numa oposição mais do diálogo, entende, professora. Eu acredito que sim, é importante ter a oposição, mas ela tem que ter o diálogo e tem que ter essa visão, esse projeto. Ele é de benefício pro município? Então não é porque eu sou oposição que eu serei contra, entende. Essa sempre foi a minha visão, assim como se fosse a situação. Também é necessário que haja esse critério, entender, questionar quanto é necessário, né, lógico que enquanto situação as pessoas têm mais uma proximidade de diálogo. As vezes a oposição é mais interpretada. (Risos). Porque quando a gente questiona como oposição, muitas vezes as pessoas acham, não, você só está questionando o que é oposição. Não, ao contrário. Eu estou questionando porque eu tenho dúvidas de alguma coisa. (SANDRA, 2023).

Ao falar sobre a inclusão ou exclusão na esfera política, mencionou sentir-se excluída no início, porém, enfatiza que é próprio das mulheres lutar por seu espaço e respeito. Foi o que ela fez. Posicionava-se diante das situações, mas “tive que aprender a algumas vezes abrir mão de algumas situações, um exemplo: elevar o meu nome acima de”. Fica nítido nessa fala, que ela teve que abdicar de seus projetos ou ideias, com o pretexto de uma “finalidade maior”. Será que os homens também abdicavam de seus projetos? Segundo relata, ela buscava participar ativamente na sociedade, trabalhando diariamente, naquilo que ela denomina de “missão”. “Foi um momento realmente de bastante empenho, de bastante entrega”, como ela afirma em sua fala.

No início eu me senti um pouco excluída. Mas eu aprendi algo que é muito próprio meu, né. Talvez muito próprio das mulheres que é lutar pelo seu espaço, né, e foi exatamente isso que eu fiz. Eu lutei pelo meu espaço naquele momento. Sempre tive um bom relacionamento com os colegas, mas também, é, eu tive que aprender a algumas vezes abrir mão de algumas situações, um exemplo: elevar o meu nome acima de. Ou num objetivo maior que era conseguir aquele projeto, aprovação daquele projeto. Enfim, existiam uma finalidade maior do que isso, mas também eu entendia a importância de se posicionar diante das situações, seja em reuniões ou até mesmo, eu era muito ativa as, professora, eu participava de todas as reuniões que existiam no município. Seja a educação, saúde, parte da cultura. Onde existia uma reunião que eu pudesse estar atuando, estar participando, ouvindo, entendendo o que era a demanda, eu fazia questão de participar. Por quê? Porque daquela situação viria algum projeto, viria um

questionamento, viria alguma demanda. E até mesmo pra deixar muito claro pra população que estava acontecendo. Algo assim interessante, professora, que na época eu fiz; eu fiz questão de atuar cem por cento como vereadora. Eu vinha realmente, professora. Eu ficava na Câmara das oito da manhã até as cinco da tarde, de segunda a sexta feira pra que a população pudesse me encontrar nos momentos que ela necessitava de alguma, alguma orientação, levantar algum questionamento, então, mas, foi algo pessoal, algo meu, que eu acreditava que era realmente importante naquele momento. Cada um tem a sua forma de ver, mas era a minha forma. Eu abracei aquele momento de mandato, né, porque eu sempre falei algo, professora que é no seguinte sentido: ninguém é vereador, a pessoa está como vereador naquele momento. Então, no momento em que eu estava vereadora, eu abracei a vereança como uma missão. Então eu me dediquei realmente na missão durante os quatro anos. Foi um momento realmente de bastante empenho, de bastante entrega. (SANDRA, 2023).

Além de vereadora eleita, Sandra também foi candidata a prefeita nas eleições de 2016, todavia, não se elegeu. No que se refere a esse contexto, a entrevistada relata que essa experiência foi uma outra realidade, uma outra missão. Ou seja, como a missão de vereadora em seu primeiro mandato havia terminado, ela poderia novamente ter se candidatado a vereança, mas preferiu aproveitar a oportunidade que surgiu e novamente encarou como uma missão, pois queria entender a realidade de uma campanha para o executivo. Com poucos recursos trabalhou muito com o diálogo e conscientização das pessoas, no sentido de que é importante e possível a presença de mulheres também no executivo.

Sim. Eu fui candidata a prefeita. Já foi uma outra realidade, né. No momento em que nós saímos, né, como, como, essa outra missão, uma nova missão. Eu sempre olhei a partir desse contexto, né, é, a missão da vereança, ela tinha um prazo; início e término. Então, o que tem agora. Eu poderia ter saído como candidata a vereadora na época, né, também, mas, diante de todas as situações surgiu a oportunidade. Sabíamos que não era algo fácil, porém, encaramos também como missão, né. Vamos entender aí como é a realidade de sair numa campanha pra prefeita. Falo pra você que não é fácil. É uma campanha bem diferente da campanha de vereança né, ou vereador. E, nós também não tínhamos aquele recurso, né, disponível. Então, foi muito também no diálogo, na conscientização. Trabalhamos muito em cima disso, sabe, o contexto da conscientização, o contexto do diálogo. E foi uma campanha muito bonita, muito bela. Atingimos o nosso objetivo de campanha, de missão, que era justamente trabalhar a cada dia e a cada momento, é, trilhando essa proximidade com o eleitor, levando pra ele essa realidade de que é possível sim, né, termos mulheres também dentro desse processo. Mas realmente foi um processo bem diferente, né. Agradeço, sou grata a todos que estiveram comigo. Era uma equipe pequena, bem pequena, mas, uma equipe, muito, sabe, empenhada. Uma equipe que realmente abraçou a causa e isso pra mim fez toda a diferença durante a campanha, porque, não só durante a campanha né, professora, é uma experiência de vida. (SANDRA, 2023).

Em sua percepção, o tão pouco espaço que as mulheres ocupam na política eleitoral do

município de Mamborê-PR, ressalta o preconceito que boa parte das mulheres também têm em relação à presença feminina na política. Sandra destaca que as mulheres não têm o hábito de votar em mulheres candidatas e isso nos remete aos reflexos da sociedade patriarcal já discutidos na pesquisa.

Em resumo a sua trajetória política, enxergou como um desafio que percorreu, principalmente quando foi candidata a prefeita.

Que que posso te falar, como resumo disso tudo. Uma área de desafios que eu trilhei. No início sem saber muito bem onde estava caminhando, mas buscando muito conhecimento. Busquei bastante conhecimento pra que eu pudesse ter uma atuação, é, a contento da vereança. Também foi uma trajetória de muitos desafios, em especial o contexto dessa, desse caminhar ali no pleito como candidata a prefeita, mas que me trouxe um crescimento enorme, de, tanto no contexto pessoal, mas também no contexto emocional, espiritual e também profissional. Atuei depois de ser, né, de estar como candidata atuei em assessoria parlamentar de Deputado Estadual, né, aqui em nosso Estado do Paraná. E eu acredito realmente que em cada fase da nossa vida, onde estivermos, se nós assumirmos como uma missão de vida aquele momento, aquele espaço que nós ocupamos, com toda a certeza nós teremos algo frutuoso pra nossa vida. E assim também é, com toda certeza, nesse seu trabalho que trará muitos frutos aí, pro, para as nossas mulheres, pro nosso futuro, professora. (SANDRA, 2023).

Conforme a entrevistada, sua trajetória foi um período de muito crescimento pessoal, emocional, espiritual e também profissional. Após essa experiência, ela foi Assessora Parlamentar de um Deputado Estadual e novamente afirma ser uma missão. Sandra nasceu e reside até hoje em Mamborê-PR, participando de atividades religiosas na igreja católica e também na Rede Feminina de Combate ao Câncer, da qual já atuou como presidente. No momento ela trabalha como diretora do Departamento de Indústria e Comércio do Município de Mamborê.



Figura 18 – Entrevista com Maria Thereza Pereira Murback.
Créditos da foto: Celso Agostinho.

Nossa quinta entrevistada é Maria Thereza Pereira Murback. Ela é vereadora, eleita na última eleição municipal, em 2020. Ao ser questionada sobre como tomou a decisão de se candidatar, se foi incentivada por amigos e familiares, ela relata que sempre participou de atividades políticas na comunidade, como professora que é, já exerceu as funções de diretora escolar e Secretária Municipal de Educação. Esses trabalhos foram automaticamente inserindo-a no mundo da política eleitoral. Tem apoio unânime da família, principalmente da mãe e do pai.

Embora eu não tenha feito um planejamento né, para ingresso na política a longo prazo, eu sempre estive envolvida em questão políticas, tanto nas escolas, enfim, já fui diretora também né, e a partir do momento em que eu fui Secretária de Educação no mandato passado, foi nascendo em mim essa vontade né, dessa participação mesmo. E claro, que primeiro eu conversei com meus familiares né, pedi o apoio dos mesmos, se eles, né, concordavam todos foram unânimes e me ajudaram bastante, inclusive na campanha e aí foi né quando efetivamente me tornei vereadora. (MARIA THEREZA, 2023).

Quanto ao plano de trabalho e a campanha eleitoral, Maria Thereza afirma que tinha um plano de trabalho, preocupava-se com a agricultura, já que sua família atua nesse setor. Também tinha planos para a Educação. Menciona que conhecia previamente a função do(a) vereador(a) que é de fiscalizar e também esperava atuar nesse sentido. Sua preocupação, segundo relata, era estar atenta às questões básicas do município: agricultura, comércio, educação e a saúde.

Tinha, tinha um plano né, trabalhei bastante com vídeos mostrando esse meu plano. Sempre me prontifiquei em trabalhar em prol da agricultura né, que a

minha família vive disso, nos nossos pioneiros, em prol da educação. É, tinha um conhecimento já também prévio da função do vereador que a função do vereador que na verdade a função primordial do vereador é fiscalizar, então, estar atuando nesse sentido também e na verdade um plano levando em conta as necessidades do nosso município, né. O nosso município é basicamente agrícola, então a gente precisa estar olhando por essas questões de estrada, de incentivo à agricultura, de incentivo ao comércio também, a educação e a saúde, né. (MARIA THEREZA, 2023).

Com relação às outras mulheres candidatas e ao relacionamento com os demais candidatos, Maria Thereza acredita que a participação das mulheres ainda é para cumprir a cota, mas, por outro lado, ela percebe que a quantidade está aumentando, inclusive no quesito qualidade, uma vez que nessa eleição tivemos mulheres com muitos votos que até superaram outros candidatos, mas que por conta da legenda não conseguiram entrar.

Tinham várias mulheres, né, mas eu acredito que ainda, infelizmente é pra cumprir aquela cota, né. Essa última eleição me surpreendeu bastante porque nós tínhamos várias candidatas boas, né, ao meu ver. Torci bastante para que minhas colegas mulheres, para que nós tivéssemos pelo menos mais uma eleita, infelizmente não deu. Tivemos várias muito bem votadas, inclusive até que superaram outros candidatos, mas por conta de legenda e tal. Mas eu fiquei bem feliz que dá pra ver que cada vez está aumentando e também vamos dizer assim, em qualidade tá melhorando. Uma pena ter entrado só eu, né. (MARIA THEREZA, 2023).

Quando perguntada sobre o relacionamento com o eleitorado durante a campanha eleitoral, ela relata:

Eu trabalhei muito. Eu saía sete e meia da manhã de casa, voltava seis da tarde, sete da noite. Isso de segunda a sábado. Respeitava o final de semana, fui muito bem recebida em todos os lugares que passei, é, sempre saía acompanhada do meu pai ou da minha mãe, visitei área rural, visitei os amigos da cidade e as pessoas sempre muito receptivas. A minha campanha foi muito prazerosa de fazer. Eu fiquei muito contente com a forma que a população nos recebe. (MARIA THEREZA, 2023).

Como se depreende de sua fala, Maria Thereza demonstra que trabalhou muito durante a campanha, uma situação semelhante à das demais candidatas. Ela levava sempre uma companhia para as visitas, ora o pai, ora a mãe. Ambos eram seus cabos eleitorais e além disso, davam legitimidade ao seu pedido de voto.

Ela narra uma preocupação com o resultado da eleição, parece que uma responsabilidade fora do comum recai sobre as candidaturas de mulheres. Como se fosse motivo de vergonha não alcançar os votos suficientes para a eleição. Maria Thereza menciona que alcançou (194) cento e noventa e quatro votos, mas, no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consta (193) cento e noventa e três votos.

Eu fiz duzentos e noventa e quatro votos. Fiquei surpresa. Claro que quando a gente entra numa disputa, a gente quer chegar ao objetivo, né. Mas eu sempre falava com a minha família – olha, nós não podemos fazer feio! Fiquei muito surpresa e muito feliz. E aí tem aquele momento de alegria e depois recai sobre a gente também a responsabilidade, né, o tamanho da responsabilidade quando a gente assume um cargo assim, né. (MARIA THEREZA, 2023).

Quanto aos primeiros trabalhos realizados na Câmara Municipal, Maria Thereza expõe que inicialmente foram as negociações com a composição da mesa diretora. Destaca também os entraves que enfrentou - pela condição de ser a única mulher eleita – diante de alguns vereadores reeleitos por várias vezes consecutivas e com experiência no Legislativo Municipal. Assim ela narra sua estreia na Câmara Municipal:

Assim, quando a gente ingressa, a gente já começa aquela discussão, né. Assim, mesmo antes de assumir, a gente já começa a questão de Presidência da Câmara, de escolher, né, quem vai ser o nosso presidente e tal. Como única mulher, os primeiros passos dentro da Câmara foram muito difíceis porque aí você tem que ganhar a confiança do grupo e tal, se entrosar. Já tinham vereadores reeleitos e tal. Então eu trabalhei nesse sentido, nossos projetos, nosso trabalho aqui da Câmara, até o nosso Ex-Presidente, o Maurício que é vereador reeleito, ele sempre comenta, o nosso atual Presidente também, a gente trabalha muito unido. A nossa Comissão que analisa os projetos, eu faço parte desde o primeiro ano, que analisa bastante, questiona bastante. Nosso objetivo não é reprovar projetos do Executivo. Por exemplo, a gente trabalha em cima pra melhorar, manda de volta pra eles devolverem com essas melhorias porque nosso objetivo, projeto bom é que seja aprovado e que a comunidade faça uso disso. Então, assim, os primeiros desafios foram esses, né. (MARIA THEREZA, 2023).

Em 2020 Maria Thereza foi a única mulher eleita para ocupar uma cadeira no Legislativo Municipal. Apesar da preocupação com esse contexto, ela considera ter um bom relacionamento com os demais vereadores. Em relação ao Executivo, ela informa que foi da base do prefeito, inclusive fez parte do secretariado, no entanto isso não interfere em suas decisões. Sobre isso ela explica:

Com os vereadores, eu, da minha parte eu considero bom, né. A gente conseguiu estreitar esses laços, igual eu falei, quando a gente ingressa como mulher, única mulher, tem né, aquela. Mas a gente conseguiu, a gente é bem unido. A gente debate bastante. Claro que de vez em quando tem alguma pauta que dá diferença de opinião, mas, a gente sempre muito respeitoso, muito ético um com o outro. Então, eu, considero que a gente tem um relacionamento bem saudável. Com o Executivo também. Eu fui da base, sou da base, fui Secretária. A gente tem também em alguns momentos algumas discordâncias em alguns pontos. As vezes teve projeto em que eu votei contrária, por exemplo. Eu levo sempre a minha convicção e o que vai ser bom para a comunidade. Mas assim, acredito que um relacionamento bom, também. (MARIA THEREZA, 2023).

Maria Thereza declara que participa dos debates internos da Câmara sem ser excluída nessa esfera. “Não percebo nenhuma exclusão nesse sentido. Consigo participar bem”. E quando perguntada sobre a pouca participação de mulheres na política, ela considera que as mulheres ainda são diminuídas, reflexo da nossa cultura. Afirma que para as mulheres é tudo mais difícil, elas não têm tempo livre e precisam conciliar os cuidados com a família, os serviços da vida privada e a participação na vida pública, como fica explícito em seu relato:

Eu estive participando de um Seminário em Manaus, a convite do partido, pelo qual eu fui eleita que é o PSDB e tinha representantes, lideranças femininas de vinte e quatro Estados do Brasil. E um dos pontos que foram debatidos foi esse, por que que a mulher ainda participa pouco. A gente tem que quebrar esse estigma, esse paradigma. A mulher tem que ampliar a participação dela. Infelizmente eu acredito que por causa da nossa cultura. A gente ainda é podado em alguns pontos, a mulher ainda tem receio. Como eu mencionei de início, não é fácil você entrar em um meio que a maioria é homem e você chegar, sem querer sobrepor a nenhum deles, mas mostrar que você tá ali para trabalhar de igual pra igual. Então é ainda complicado, eu acredito que as mulheres ainda têm receio. E pra mulher, de um modo geral, professora, é tudo mais difícil, né. A gente tem que participar da política, mas a gente também é mãe, as vezes a gente tem uma outra função paralela que nem eu tenho, sou professora, cuida da casa. Então, as vezes a mulher ainda acha que assumir essas responsabilidades talvez não vá dá conta ou coisa parecida. Pra mulher sempre vai ser tudo mais difícil, isso é fato, mas, nós somos guerreiras também, a gente dá conta. (MARIA THEREZA, 2023).

A trajetória política de Maria Thereza ainda está em andamento. No terceiro ano de exercício na Câmara Municipal, ela comenta que no início era inexperiente e com a maturidade que tem hoje, certamente, muitos episódios seriam diferentes e faz um breve resumo de sua experiência:

Então, vou falar especialmente da vereança, né. Eu ainda comentava sobre isso recentemente. Quando eu comecei eu acho que eu estava bem imatura ainda, né. Então eu tive alguns conflitos, né, pra mostrar que eu não vim aqui pra ser melhor que ninguém, eu estou aqui pra somar. Não sou feminista de achar que mulher é melhor do que o homem. Eu acho que a gente tem que estar numa situação de igualdade. Tiveram, por exemplo, alguns conflitos que fosse hoje, eu já estou mais madura e muita coisa eu teria evitado. Igual na vida da gente, na vida profissional, vai passando os anos, os dias, e a gente vai amadurecendo bastante. Então, a Maria Thereza que iniciou, digamos o cargo de Secretária, que terminou, já é outra. Que iniciou a vereança é uma e que hoje, com dois anos, já é outra. Então a gente vai amadurecendo, né, e consigo visualizar isso bem na minha trajetória. (MARIA THEREZA, 2023).

Diante das narrativas das 5 (cinco) entrevistadas, o que se ressalta é que elas passaram por situações que se entrelaçam. As campanhas foram realizadas com muito trabalho,

dedicação e poucos recursos. Na elaboração de políticas públicas as maiores preocupações eram o atendimento de serviços básicos para as pessoas, numa espécie de cuidado constante. Essas mulheres faziam o enfrentamento político com determinação e muitas vezes eram incompreendidas, silenciadas e excluídas, umas mais, outras menos. Embora algumas não percebessem ou não queiram reconhecer, o fato é que enfrentavam muitas barreiras no desenvolvimento da função pública. E isso não acontece somente no município de Mamborê-PR, e sim em todo o Brasil, pois existe uma cultura política ainda machista, misógina, que beneficia os homens, como se o meio político fosse um espaço deles. No entanto, sabemos que as mulheres estão a todo momento lutando e resistindo para também alcançar esse espaço na vida política, umas vão abrindo caminhos para outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa abordamos “a presença e participação de mulheres na política eleitoral do município de Mamborê – PR (1960-2020)”. Para isso, recorremos às metodologias da História Pública pelo viés da linha de pesquisa “Saberes e Linguagens” que viabilizou o contato com munícipes, que nos forneceram importantes informações sobre o tema da pesquisa, além de estabelecermos um diálogo com os diferentes públicos da história. Assim, usufruímo-nos das diferentes “linguagens”: visual, corporal, oral, sonora e mista para alcançar nossos públicos e compartilhar os “saberes” gerados durante o processo da pesquisa acerca dessa temática tão relevante e necessária para a sociedade contemporânea.

Ao analisarmos a história da presença e participação de mulheres na política, constatamos que, no Brasil, as discussões em torno dessa temática se desenvolveram no século XX, paralelamente à conquista da cidadania. Em 1932, como resultado de muitas lutas dos movimentos feministas, o Código Eleitoral pela primeira vez previu o direito ao voto em prol das mulheres. Dois anos depois, em 1934, após a promulgação da terceira Constituição brasileira, as mulheres conseguiram de fato o direito de votar e serem votadas, uma conquista fundamental para a inserção de mulheres na esfera pública.

Importante pontuarmos que elas conquistaram o direito ao voto, mas, ainda não estavam efetivamente incluídas no cenário político-eleitoral. Para esse propósito, elas foram em busca da cidadania plena, ampliando a referida luta para angariar ou consolidar outros direitos fundamentais – os civis e os sociais, tendo em vista que estes também são construídos e se correlacionam.

Anteriormente à conquista do direito ao voto no ano de 1932, as lutas das mulheres por esse direito, já havia resultado em algumas conquistas, como é o caso da primeira mulher brasileira a estrear o voto feminino no Brasil, a professora Celina Guimarães Viana, do Rio Grande do Norte, em 1928. Neste mesmo ano, Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita no Brasil, no município de Lages – Rio Grande do Norte. Isso se deve, principalmente, ao movimento das sufragistas, que tem como referência a ativista Bertha Lutz. Essas mulheres obtiveram essas conquistas após acionarem a Justiça, antes mesmo do Código Eleitoral de 1932, que garantiu esse direito em todo o território brasileiro, posteriormente concretizado na Constituição de 1934.

Na atualidade, a luta das mulheres se soma à diversidade de gênero na política e a outras interseccionadilades da vida contemporânea, como etnia/raça, classe e sexualidade. Os desafios são ampliados, pois se para as mulheres a aceitação social já é difícil, quando somado

às diversidades étnico-raciais, de classe, de identidade de gênero, de sexualidade, se potencializam as condições discriminatórias, a violência política de gênero, a transfobia, o racismo. Assim, o enfrentamento a essas violências no âmbito da vida política se torna muito desgastante para as pessoas eleitas, parlamentares, e muitas vezes se tornam riscos à própria vida, já que no Brasil vários são os ataques a parlamentares mulheres, gays, lésbicas, transgêneros, pessoas negras, indígenas. O fato é que em uma sociedade como a nossa, com muitos resquícios patriarcais, essa luta é constante e não tem prazo para terminar. Ela se faz e se realiza no dia-a-dia, rumo a uma transformação social aparentemente inatingível, porém, possível. Dessa forma, o que se espera alcançar é que um dia, as mulheres brasileiras estejam presentes, participando da política eleitoral, sem discriminação de gênero, etnia, raça, classe, sexualidade.

A insuficiente presença e participação de mulheres na política eleitoral reflete-se em todos os níveis políticos do Brasil, ou seja, Federal, Estadual e Municipal. As poucas políticas públicas elaboradas para incentivar a participação política de mulheres, como a “Lei de Cotas de Gênero”, ainda são insuficientes para uma satisfatória representação. Em 1995, a Lei nº 9.100 estabelecia 20% no mínimo de candidaturas de mulheres. Logo depois, em 1997, a Lei nº 9.504 aumentou essa porcentagem para 30%. Mesmo com essa exigência, a presença e participação de mulheres na vida política ainda é mínima.

Outro fator preocupante ainda no tempo presente que dificulta a participação de mulheres no município de Mamborê-PR – e também em nível nacional - é o grau de consciência política do eleitorado. Os(as) eleitores(as) não veem as potencialidades que as mulheres possuem para o exercício de cargos eletivos, ainda é grande a falta de aceitação social quanto à presença de mulheres na esfera política. Como constatamos, o próprio eleitorado composto majoritariamente por mulheres, ainda não vota em candidatas mulheres. Além disso, os partidos políticos também não investem nas campanhas das candidaturas de mulheres. E temos também as diversas práticas de violência política de gênero que atravessam a vida das mulheres durante o momento das campanhas eleitorais. Disso resulta a sub-representação das mulheres na vida política, pois conforme apresentado na pesquisa, no município de Mamborê, todas as mulheres eleitas de 1960 até 2020 são de cor/raça branca e de famílias conhecidas no município. As mulheres negras ou de classe baixa ainda não aparecem no campo político de Mamborê, como mulheres eleitas.

Essa presença e participação de mulheres na política eleitoral de Mamborê é complexa e provocou discussões promovidas por esta pesquisa, que tem papel importante na superação do cenário testemunhado. Na realidade mamboreense, não é difícil notar a disparidade política

em detrimento das mulheres. Em qualquer lugar que se olhe dentro dos espaços municipais de poder, a ausência ou presença mínima feminina é escancarada. Esta é a “normalidade” que vem desde a emancipação política da comunidade. Assim, banaliza-se a tal ponto o inaceitável que a sociedade parece “anestesiada” para percebê-lo. Em contexto assim, mudar a realidade acaba difícil, para não dizer impossível: se a compreensão compartilhada nem mesmo nota o problema, há uma barreira para cogitar de soluções. Daí a importância do estudo que desenvolvemos: lançar luz em flagelo que, por naturalizado, é tomado por inexistente.

Dentro da perspectiva da história pública, potencializa-se o relevo assumido pelo documentário produzido como resultado da presente pesquisa. Como vimos, algumas mulheres conseguiram superar os inúmeros obstáculos e conquistaram cargos políticos pela via eleitoral. São fatos cuja raridade por si só os tornam dignos de estudo permanente e viva memória. O que se notava, ao contrário, era um esquecimento dessas personalidades. Os registros da presença dessas mulheres políticas se limitavam a uma fotografia para compor quadro que, dominado por figuras masculinas (outros vereadores e prefeitos), viria a figurar nas paredes da Câmara Municipal ao lado de outros, separados por legislatura. Sem dúvida, o conhecimento público a respeito disso fica bastante limitado. Em realidade, as mulheres com atuação no passado eram conhecidas e lembradas apenas pelos seus contemporâneos – em campo vivo como a política, é indispensável que elas, verdadeiras desbravadoras, tenham suas trajetórias e experiências reconhecidas e divulgadas para as gerações do presente e do futuro. Já as mulheres com participação atual, comumente são vistas como apenas mais uma em ambientes voltados para homens, tendo as marcas de sua atuação destinados certos à indiferença. Em resistência a esse estado de coisas, tanto esta dissertação quanto o documentário foram pensados para ressaltar a presença, a atuação e as histórias dessas mulheres que, ao chegarem onde chegaram, venham a ter seus protagonismos e narrativas conhecidas pela comunidade, e reconhecidas também como constituidoras da história política do município.

No município de Mamborê-PR, como se constata na pesquisa, além de ser um número irrisório de mulheres que se candidatam, ainda há aquelas que sequer recebem votos, ou, quando os conquistam, correspondem a menos de uma dezena. Outra situação verificada é que as mulheres que se candidatam em uma eleição dificilmente tornam a disputar novas eleições. Os nomes raramente permanecem de uma campanha para outra. É difícil, desse modo, a obtenção de capital político e pessoal, fundamentais para a consagração eleitoral.

O perfil das candidatas, geralmente, é composto por donas de casa, agricultoras, professoras, servidoras públicas municipais, comerciantes, entre outras profissões. Alcançar uma efetiva participação na política não é tarefa fácil, uma vez que o exercício de múltiplas funções realizadas por elas consome boa parte de seu tempo, seja com tarefas domésticas e profissionais, o que constitui empecilho para exercerem funções políticas. Difere-se, nesse ponto, do contexto experimentado pelos homens, que frequentemente fazem da função pública uma profissão, uma carreira política.

Apesar dos obstáculos, é notório que algumas mulheres participam de disputas políticas e comprovam competências. Em Mamborê-PR, Deomira Brunetta foi a mulher que conquistou lugares nos poderes Legislativo e Executivo: ocupou os cargos de vereadora e vice-prefeita. Em sua entrevista relata ser apaixonada pela política, todavia, muito sofreu para exercer suas funções depois de eleita. Embora empenhada na luta em prol da população, ela não teve a oportunidade de assumir a prefeitura, nem mesmo na ausência do Prefeito. No entanto, tinha poder aquisitivo elevado, apoio da família e não dependia da estrutura da prefeitura para desenvolver seu ofício, uma situação que deu a ela sustentação para concluir o mandato. Deomira foi uma mulher que passou por pressões na política local que podem ser classificadas como violência política de gênero. Disso resultou seu afastamento da política, pois, mulher independente que era, preferiu abandonar a vida pública para cuidar de sua família e de seu patrimônio particular. Há de se observar que nem todas as mulheres desafiadas na vida política possuem as condições de Deomira para “dar a volta por cima”; por isso, a violência política que sofrem são capazes de calá-las e afastá-las da vida pública.

Assim como Deomira, as outras mulheres também sofreram algum tipo de discriminação, não tão evidente, mas, existente. Olga talvez não tenha percebido, ela não via muitas coisas, como afirmou na entrevista; Márcia Regina foi ignorada, silenciada e precisava se impor para ser aceita; Sandra, por várias vezes não ia para o embate, não fazia o enfrentamento, preferia o diálogo, o que talvez a fizesse ceder em seus projetos; Maria Thereza precisou trabalhar muito para ganhar a confiança do grupo de vereadores, já que era a única mulher. Se é custoso para entrar na esfera política, permanecer nela também não é fácil e isso impossibilita a presença e participação de mulheres na política.

Diante disso, nota-se, portanto, a escassa participação e presença de mulheres não só no município de Mamborê-PR, por diversas razões apresentadas, como também em âmbito nacional, em todas as esferas de poder. O que pesquisamos e constatamos acerca do tema no município de Mamborê é apenas uma amostra do que ocorre também nas esferas estadual e federal.

A realização desta pesquisa com o público - as 5 (cinco) mulheres entrevistadas e protagonistas desta história - e para o público, com a produção e divulgação ampla do documentário – “Mamborê – cinco eleitas em seis décadas. Quem são elas?” é um passo importante tanto para pensarmos sobre os lugares que as mulheres estão ocupando no cenário político-eleitoral de Mamborê, quanto para demonstrarmos a relevância social e a necessidade de mais mulheres na política. A sub-representação das mulheres nos espaços de poder é questão a ser enfrentada e superada.

A problemática abordada nesta dissertação, porém, é ainda um assunto que carece de muito debate público, seja no enfrentamento dos desafios que nos impedem de ocupar mais espaço em todos os níveis da política eleitoral, seja na superação das desigualdades de gênero e da violência política de gênero, que tem atingido principalmente as mulheres e seus mandatos, algumas vezes o interrompendo, outras vezes lhes tirando a própria vida. Portanto, esperamos que a presente pesquisa apresentada nesta dissertação possa instigar pesquisadoras e pesquisadores a este campo inesgotável para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ADAPAR. Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. **Unidade Regional de Sanidade Agropecuária – URS de Campo Mourão**. <https://www.adapar.pr.gov.br/Pagina/Unidade-Regional-de-Sanidade-Agropecuaria-URS-de-Campo-Mourao> Acesso em 08/11/2023.
- ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Orgs). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.
- ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 415-439, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42777>.
- BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, 90 | 2010, posto online no dia 15 outubro, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1765>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- _____. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: Eduf ba, 2018. p. 75-83.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BAGGIO, Eduardo Tulio. **Documentário: Filmes para salas de cinema com janelas**. Curitiba, PR: A Quadro Edições, 2022. (Coleção escrever o cinema; 5).
- BOAL, Augusto; BUARQUE, Chico. Mulheres de Atenas. *In*: LETRAS, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45150/>.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.695, de 1997. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LII, nº 018, Brasília, DF, sexta-feira, 31 jan. 1997. p. 85-101. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31JAN1997.pdf#page=85>. Acesso em: 10/03/2023, às 17:00
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009. Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Brasília, DF: Senado Federal, [2009]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/92804>. Acesso em: 10/03/2023, às 20:00.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Arquivo CNV, 00092.001027/2012- 80: Testemunho de Dilma Vana Rousseff à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT) de Minas Gerais**. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2015. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo8/Nota%2038%20->

[%2000092_001027_2012_80%20-%20Dilma.pdf](#).

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10683-28-maio-2003-496772-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 maio 2023.

BRASIL nunca mais. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral 24342/PI, Relator(a) Min. Henrique Neves Da Silva, Acórdão de 16/08/2016, publicado no(a) Diário de Justiça Eletrônico 196, data 11/10/2016, pag. 65-66.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo Regimental No Recurso Especial Eleitoral 190/GO, Relator(a) Min. Alexandre de Moraes, Acórdão de 16/12/2021, publicado no(a) Diário de Justiça Eletrônico 15, data 04/02/2022.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº 35, de 2016. Dispõe sobre sanções no Processo de Impeachment contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Edição Extra, 31/8/2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/08/2016&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=26>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CAETANO, Bruna. Mulheres estavam na linha de frente da primeira greve geral da história do Brasil. *In*: BRASIL DE FATO. São Paulo, 1 maio 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/mulheres-estavam-na-linha-de-frente-da-primeira-greve-geral-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 20 mar. 2023, às 20:00.

CANDIDATURAS indígenas em 2022 aumentam 32% em relação ao pleito de 2018. INESC. [S. l.], 20 set. 2022. Disponível em: https://www.inesc.org.br/candidaturas-indigenas-crescem-em2022/?gclid=CjwKCAjw5MOIBhBTEiwAAJ8e1pjqpoSKX0-CUFiaUYCfX0tBJ8IOE1Rh56GxMUduq83RK3xl41LgBoC2ZIQAvD_BwE&cn-reloaded=1.

Acesso em: 14 jul. 2023.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mares nunca dantes navegados: Dilma Rousseff da prisão ao poder. *In*: WERNECK, Humberto (org.). **Vultos da República**: os melhores perfis políticos da revista Piauí. 2010.

CAUVIN, Thomas. Novo Campo, Velhas Práticas: Promessas e Desafios da História Pública. **Hispania Nova**, 1 Extraordinário (2020), p. 7-51.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 5/1/2023, às 18:03.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Wilson. **Dilma é eleita mulher economista 2023**. *In*: AGÊNCIA BRASIL. Brasília, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/dilma-e-eleita-mulher-economista-2023#:~:text=A%20ex%2Dpresidente%20Dilma%20Rousseff,os%20Conselhos%20Regionais%20de%20Economia>. Acesso em: 25 mar. 2024.

EQUIPE do portal. Pessoas Trans na Política Brasileira. *In*: PORTAL JORNALISMO ESPM. [S. l.], 19 set. 2021. Disponível em: <https://jornalismorio.espm.br/destaque/pessoas-trans-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FRISCH, Michael. **A História Pública não é uma via de mão única**. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). História pública no Brasil: Sentidos itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.62 e 68.

GANDIN, Lucas; PANKE, Luciana. A transferência de *ethos* de Lula para Dilma na campanha eleitoral de 2010. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S.l.], v. 6, n. 1, ago. 2015. ISSN 2236-451X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/39791/25772>. Acesso em: 06 maio 2023.

ÍNTEGRA do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. **Senado Notícias**, Brasília, 1 jan. 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 11 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mamborê**. Rio de Janeiro: IBGE, [2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mambore/panorama>. Acesso em 11 dez. 2022.

JUVÊNCIO, José Sérgio Martins. A relação entre candidaturas “laranjas” e a lei de cotas por

gênero. **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes**, v. 23, 2013. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st16-trab-aceito-0410-13.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos avançados**, v. 11, p. 55-65, 1997.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MACEDO, Elaine Harzheim. A cota de gênero no processo eleitoral como ação afirmativa na concretização de direitos fundamentais políticos: tratamento legislativo e jurisdicional. **Revista da AJURIS**, [S. l.], v. 41, n. 133, 2014. Disponível em: <https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/226>. Acesso em: 3 mar. 2024.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5ªed. Revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.

MAMBORÊ. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 17 fev. 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mambor%C3%AA>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MANIFESTO pró-Dilma tem apoio de 8 mil advogados e juristas; veja a lista. *In*: CONGRESSO EM FOCO. [S. l.], 4 abr. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/manifesto-pro-dilma-tem-apoio-de-8-mil-advogados-e-juristas-veja-a-lista/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. E-book. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso 18 jan, 2024.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antonieta de Barros**. 2023. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros. Acesso em 07 de novembro de 2023.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Entrevista com Dilma Rousseff. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/entrevistas/dilma-rousseff/>. Acesso em: 5 maio 2023.

MONTESANTI, Beatriz. Mulheres são 15% do novo Congresso, mas índice ainda é baixo. UOL, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/mulheres-sao-15-do-novo-congresso-mas-indice-ainda-e-baixo.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NASCIMENTO, Mainary. Representatividade negra na política. In: CHANE.org. [S. l.], 13 out. 2020. Disponível em: https://changebrasil.org/2020/10/13/eleicoes-representatividade-na-politica/?gclid=CjwKCAjw5MOlBhBTEiwAAJ8e1khE7AXdH5O_2msEh5rDDNtDYeIQxucT wFXB nRCzna4pe7JFw9orRBoCxrWQAvD_BwE Acesso em: 13/07/2023.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Movimento Nacional Fé e Política**. Coordenação. Histórico, mai. 2017. Disponível em: <https://fepolitica.org.br/historico/historico-do-movimento-nacional-fe-e-politica/>. Acesso em 22 jul. 2023.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultados de eleições municipais TRE-PR**. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PASSOS, Mariana Rezende dos; BAPTISTA, Érica Anita. Impeachment versus golpe: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 20, n. 2, p. 103-124, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/9619>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, v. 4, n. 1, p. 33 - 39, 12 jun. 2017.

PELA DEMOCRACIA (FBJD), Frente Brasil de Juristas. A Nova Campanha da Legalidade: manifesto de juristas em defesa da Constituição e do Estado de Direito (2016). **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 473-478, 2018. DOI: 10.26512/insurgencia.v2i2.19341. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19341>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro. **Revista Debates**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 139, 2011. DOI: 10.22456/1982-5269.20474. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/20474> Acesso em: 5 maio. 2023.

PLANALTO. Biografia completa. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff/biografia-completa/view>. Acesso em: 29 abr. 2023.

PLATÃO. **A república**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadores). **História da cidadania**. 6. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. [tradução Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRIMEIRA deputada negra do Brasil. In: TRIBUNAL Regional Eleitoral de Goiás. [S. l.], [2023?]. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11006. Acesso em:

13/07/2023.

PRIMEIRA deputada negra do Brasil é reconhecida como heroína da pátria. *In*: AGÊNCIA Senado. [S. l.], 5 jan. 2023. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/05/primeira-deputada-negra-do-brasil-e-reconhecida-como-heroína-da-patria#:~:text=Antonieta%20de%20Barros%20\(1901%2D1952,eleitas%20na%20hist%C3%B3ria%20do%20pa%C3%ADs](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/05/primeira-deputada-negra-do-brasil-e-reconhecida-como-heroína-da-patria#:~:text=Antonieta%20de%20Barros%20(1901%2D1952,eleitas%20na%20hist%C3%B3ria%20do%20pa%C3%ADs). Acesso em: 13/07/2023

REINA, Eduardo. MPF arquiva inquérito sobre pedaladas que levaram ao impeachment de Dilma. *In*: CONJUR. [S. l.], 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-22/mpf-arquiva-inquerito-pedaladas-ligadas-impeachment-dilma/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

RICHTER, André. TRF-1 mantém arquivamento de ação contra Dilma Rousseff. *In*: AGÊNCIA BRASIL. Brasília, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/trf-1-mantem-arquivamento-de-acao-contradilma>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Lívia Nascimento. História das mulheres e história pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil. **REHR**. Dourados, MS. v. 14 n. 27. Jan. /Jun. 2020. p. 206-230.

SALGADO, Gisele Mascarelli. **As significações do Direito pelo Movimento operário paulista (1917-1920)**: um estudo da história imaginária do Direito. 2012. Relatório (Pós-doutorado em História do Direito) – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*. Mauad, A. M.; Almeida, J. R.; Santhiago, R. (org.) **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

SCHWARCZ, Lília Moritz. STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SENADO FEDERAL. **Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020**. Brasília: Da redação, 16/10/2020, 20h04, Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SHUMAHHER, Shuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História: **Revista brasileira de educação**. Set/Out/Nov/Dez 2000, Nº 15.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império** (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889). Brasília: Senado Federal, 1979. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4895239/mod_resource/content/1/5.%20Francisco%20Belis%C3%A1rio%20Soares%20de%20Souza%20-%20O%20sistema%20eleitoral%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

SOUZA, Mariana Barboza de; COSTA, João Paulo Reis. Mulheres transexuais: quando se tornar mulher é um desafio. In: XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e II Mostra Nacional de Trabalhos Científicos., 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais do Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e II Mostra Nacional de Trabalhos Científicos**, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14600>. Acesso em 30 jun. 2024, às 17:50.

TEIXEIRA, Carol. **Sancionada lei que inscreve Antonieta de Barros no Livro de Heroínas da Pátria**. Senado Federal, Agência Senado: Brasília, fev. 2023.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV aC). **Mirabilia**: electronic journal of antiquity and middle ages, n. 1, p. 48-55, 2001. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/112685>. Acesso em: 21 maio 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado de Eleições Eleitorais. Paraná: TRE. <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr> Acesso em: 4 abr. 2023, às 19:00

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas eleitorais**. Brasília: TSE, 2023. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=118298526671873>. Acesso em: 11 maio 2023.

VEIGA, Luciana Fernandes; DUTT-ROSS, Steven; BOZZA MARTINS, Flávia. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 27, n. 72, p. 1-22, abr. 2020. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72934>. Acesso em: 22 mar. 2024.

WOLFF, Cristina Scheibe; NECKEL, Roselane; PEDRO, Joana Maria. Mulheres na política brasileira contemporânea: desafios e violências. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 79-99, 2024. DOI: 10.14393/CEF-v36n2-2023-6. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/72226>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; PEDRO, Joana Maria. A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 38, p. 225-250, 2015. DOI: 10.12957/espacoecultura.2015.29077. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29077>. Acesso em: 22 mar. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS ESTRUTURADAS

1. Como tomou a decisão de se candidatar? Foi incentivada por amigos e familiares?
2. Você tinha um plano de trabalho? Fale como foi sua campanha eleitoral.
3. Havia mais mulheres na campanha? Como foi seu relacionamento com os demais candidatos (as)?
4. Como foi sua relação com os eleitores durante a campanha eleitoral? Fale um pouco sobre as visitas que fez.
5. Você lembra quantos votos conseguiu? Como se sentiu ao receber a notícia que tinha sido eleita?
6. Após eleita, quais foram seus primeiros trabalhos e projetos?
7. Você foi a única mulher eleita em 2012. Como foi seu relacionamento com os demais vereadores e com o executivo?
8. Em 2016 você foi candidata a prefeita do Município de Mamborê. Como foi essa experiência?
9. Você se sentia uma mulher incluída na esfera política? Participava dos debates internos sem sofrer discriminação?
10. Na sua opinião, por que as mulheres ainda ocupam tão pouco espaço na política eleitoral do município de Mamborê?
11. Faça um resumo da sua trajetória na política, considerando os pontos positivos e negativos.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ documento pessoal nº _____ recebo o convite para participar de uma entrevista sobre minha trajetória na vida política, com o propósito de contribuir com a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada: A participação e presença de mulheres na política eleitoral do Município de Mamborê – Paraná (1960-2020), desenvolvida pela mestrandia Clarice Pereira de Melo Sphair, sob orientação da professora Claudia Priori, do Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPG-HP), da Universidade Estadual do Paraná-Campus de Campo Mourão.

Estou ciente dos objetivos e consinto em conceder entrevista acerca de minha trajetória na vida política, contribuindo para a ampliação de conhecimento histórico e de divulgação científica. Estou ciente de que essa entrevista (de modo integral ou em partes) será utilizada no texto de dissertação, ou ainda em apresentação em salas de aula, congressos e outros ambientes de estudo, assim como publicados em revistas especializadas e/ou livros.

AUTORIZO a utilização do teor desta entrevista ora concedida à solicitante, cedendo-lhe o uso da minha voz e imagem para os devidos fins acadêmicos e de divulgação científica.

Enfim, tomei conhecimento do conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e compreendi a natureza e o objetivo da entrevista. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Aceito participar de entrevistas.	SIM () NÃO ()
Concordo que minhas respostas, voz e imagem sejam apresentadas no texto da dissertação em congressos, salas de aulas, cursos de formação.	SIM () NÃO ()
Concordo que minhas respostas, voz e imagem sejam veiculadas em sites e/ou publicadas em revistas científicas e/ou livros.	SIM () NÃO ()

Contatos para informações: Clarice Pereira de Melo Sphair – (44) 999971487

Mamborê, de _____ de 2023.

Assinatura da responsável pela entrevista

Assinatura da entrevistada

**ANEXO B – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA
INÍCIO**

21

sua administração, e pedir para que Deus abençoe a todos. Nos horários mais margens seguinte o Sr. Presidente encerrou a presente reunião. Sale das sessões aos 29 de Junho de 1983.

Stewart
Antônio Fernandes
Abelias Brand
S. J.
Sagorreira
Fechou Bricid.

Ata de sessão solene de posse.

Do 1º dia do mês de fevereiro de 1983 reuniram-se para tomar posse os Srs. vereadores eleitos no pleito de 15 de novembro próximo passado, Lazaro Correia, Jose Angelo Giacometti, Amanda Alves de Souza Olga Antônia Brunetta, Carlos Zebekotka, Ricardo Pedronski, Valdomiro Castaldi, Hilario Schroeder, e Arnaldo Antonio Barozzi, nos a Presidência do Vereador mais idoso Sr. Vereador Lazaro Correia, sendo secretariado pelo Vereador Olga Brunetta. Após assumir a Presidência o vereador Lazaro Correia que fez o juramento e tomou posse. Ato contínuo o Sr. Presidente convidou a todos para ouvir o hino nacional. Em seguida a secretária Olga Brunetta fez o juramento dos demais Vereadores individualmente. E assim o Sr. Presidente declarou em posse os Srs. Vereadores na forma da lei, embora dos Sr. Vereadores o Sr. Presidente, convidou os Srs. Vereadores a proceder a eleições para a composição da Mesa, Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário e 2º secretário. Informando aos Srs. Vereadores os procedimentos de como votar. Em consequente foram abastados os Vereadores um a um para que

ANEXO B1 - ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO

se processarem a votação; ficando apenas o Sr. Presidente e o secretário para votação após os demais. Feita a votação o Sr. Presidente convidou os Srs. Vereadores Carlos Slachetke e Hilario Schroeder para que progressivamente a escrutinarem os votos, para Presidente, apurados os votos sendo eleito como Presidente o Sr. Vereador José Angelo Giacomelli por um voto. Fez de 8 votos, sendo 1 nulo. Em seguida o secretário fez a chamada dos Srs. Vereadores por ordem alfabética de nome, para a votação para vice Presidente. Encerrada a votação o Sr. Presidente Vereador Lazaro Lorenza convidou os Srs. Vereadores Valdomiro Castoldi e Armando Alves de Souza para procederem a contagem dos votos. Encerrada a contagem elegendo para vice Presidente da Câmara Municipal de Mamborê, o Sr. Vereador Hilario Schroeder. Logo em seguida foram chamados por ordem alfabética de nome os Srs. Vereadores para que efetuassem a votação para 1º Secretário. Sendo votado todos os Vereadores o Sr. Presidente convocou os Vereadores Arnaldo Antonio Baucice e Ricardo Radonelli para procederem a contagem dos votos. Terminada a contagem que elegeu por 9 votos para Secretário o Sr. Vereador Arnaldo Antonio Baucice. Ato contínuo foram chamados novamente os Vereadores para a votação de 2º Secretário. Terminada a votação foram chamados para fazer a contagem os Srs. Vereadores José Angelo Giacomelli e Armando Alves de Souza para fazer a contagem do voto. Feita a contagem ficou eleito para 2º Secretário da Câmara o Sr. Vereador Valdomiro Castoldi, eleito por 9 votos. Após as eleições o Sr. Presidente declarou empossados os Srs. Vereadores José Angelo Giacomelli Presidente, Hilario Schroeder

ANEXO B2 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO

22

Vele Presidente, Arnaldo Antonio Barzani, ^{1º secretário} e secretário Valdemiro Costadi, em seguida convidou e tomou assento a mesa o novo presidente empossado. Tomando assento à mesa o Sr. Presidente eleito convidou os Srs. Vereadores Armando Alves de Souza e Ricardo Rodante a conduzirem a mesa o Ex. Prefeito Norberto Pereira Messias e esposa e os Srs. Vice-Prefeitos Diemes Amadei ^{1ª esposa} e os Srs. Vereadores Celso Correia e Waldemir Costadi a conduzirem a mesa o Sr. Prefeito eleito Sr. Brunette e esposa e vice-prefeito Mauro de Oliveira e esposa. - Convidou ainda o Sr. Presidente, a fazer assento a mesa o Reverendíssimo Padre Umberto e o delegado de Polícia Judélio Romão. Após agradecer as autoridades e comércio e o ensino em geral o Sr. Presidente convidou o Padre Umberto a fazer a pronúncia algumas palavras do Evangelho. Feito o pronunciamento do Evangelho o Sr. Presidente convidou o Sr. Prefeito eleito Sr. Brunette a fazer o juramento legal. Feito o juramento o Sr. Presidente convidou igualmente o vice-prefeito Mauro de Oliveira a fazer o juramento. Após os juramentos o Sr. Presidente, apresentou um requerimento do vice-prefeito municipal Sr. Mauro de Oliveira renunciando ao cargo de Presidente do PMDB. Após o que o Sr. Presidente passou a palavra ao vereador Arnaldo Antonio Barzani, que agradeceu ao povo pelo voto de confiança e agradeceu ao Ex. Prefeito municipal pelo seu bom trabalho e desejou uma boa administração ao Sr. Prefeito eleito e que a Câmara permanecesse unida. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra ao vereador Armando Alves de Souza que agradeceu ao povo em geral pelo voto recebido, se colocando a disposição de todos.

ANEXO B3 - ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO

Apoderei ainda ao Prefeito que deixou a Prefeitura e despois as boas vindas a novo Prefeito Sr. Brunetta. Ato continuo usou do Palenque o vereador José Anselmo Guacomelli, que disse que com trabalho e unidos todos que vencer. Pediu a Deus que o ilumine em seu caso para que possa desempenhar com dignidade. Apuderei e dozei o projeto do ex vereador Wilson Chirrinácio, em cima a Tribuna Livre. Disse ainda o vereador que não é porque veio de Prefeito os ante projetos que não aprova-lo sem estudá-lo. Todos foram analisados para aprovaçoes. Apoderei ao povo pela confiança depositada em si. Ato continuo o Sr. Presidente, convidou o ex Prefeito Venâncio Pereira messias a fazer o seu pronunciamento. O ex. Prefeito em seu pronunciamento parabenizou a toda mesa da Câmara ^{empresaria} eleita nesta sessão. Dizendo que a Câmara anterior aprovou 364 ante projetos melhorando assim sua eficiência. Apuderei o Sr. Prefeito aos Vereadores, seu vice e ao povo em geral, pedindo desculpas por suas faltas. Pediu ainda o ex Prefeito, para que Deus ilumine a administração do novo Prefeito Sr. Bruno Brunetta e o parabenizou pela vitória de sua eleição. Disse ainda o ex Prefeito que entrega a Prefeitura sem nenhuma dívida a vencer até a presente data. E que entrega a Prefeitura com um saldo de caixa em R\$ 6.727.227,61 falou ainda o ex Prefeito sobre os maquinários em funcionamento e os maquinários quebrados. Falou também o ex Prefeito que permaneceu no município durante os últimos 10 dias pedindo ao povo para que ajude o novo Prefeito Sr. Brunetta. Falou ainda sobre a marca da Câmara de Mamborê. Disse o

ANEXO B4 - ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO

23

ex Prefeito que agradece a Deus por ter iluminado sua administração e disse que entrega a Prefeitura de Cabasa a guisa de convívio de ter cumprido sua missão. Em seguida o Sr. Presidente convidou o novo Prefeito eleito a fazer seu pronunciamento. Tomando a palavra o novo Prefeito dirigiu-se aos componentes de mesa e demais presentes, desejando uma boa tarde. Prosseguindo o Sr. Prefeito disse que os elogios do município ^{de Cabasa} que agora cabe a ele dar continuidade de pelo voto de confiança dado pelo povo. Disse ainda o Sr. Prefeito que momboré deve muito ao jovem ex Prefeito Usiari e sua Câmara de Vereadores. E disse ainda que tem duas promessas e tudo fará para cumprir. Uma das promessas era dar tudo de si por 06 anos a este município. E a outra era a igualdade de condições entre todos. E falou a Deus e ao Espírito Santo que o iluminou para que possa cumprir fielmente e honestamente ^{seu mandato} falar ainda que confia na Câmara municipal que é a moita propulsora de sua administração. Falou o Prefeito que irá prosseguir, sem distinção de raça, religião ou partidário, dar prioridade de as coisas que trilharem para o progresso dando igualdade a todos. Disse também o Sr. Prefeito que a desigualdade existe por que há pessoas na administração pessoas que nos sabem de onde vem o dinheiro. Falou o Sr. Prefeito que irá fazer por momboré o que muito gente acha impossível. E que momboré momboré entrará no cenário histórico do Brasil.

Momboré, 12 de fevereiro de 1983.

[Assinatura]

[Assinatura]

ANEXO B5 – ATA DE POSSE DA VEREADORA OLGA ANTÔNIA BRUNETTA
FINAL

54
50

Olga
 Juvenal Perodi
 August. G. Amadei
 Emelina
 Valde Rici Brunetta
 José G. G. G. G.
 Amadei J. Busi
 Valdomiro Castaldi
 Olga Szlachetka
 Sagoripa
 Olga Brunetta
 Armando Jhu de Souza

Ata de Reunião extraordinária nº 01/83
 aos 08 dias do mês de fevereiro de 1983, reu-
 niom-se na sede da Câmara Municipal de
 Mamborê, precisamente às 20.00 horas em reu-
 nião extraordinária os ses Vereadores, José
 Angelo Guicemelli, Hilário Schroeder, Amaldo Anto-
 nio Barzote, Ricardo Radonski, Olga Antonia -
 Brunetta, Carlos Schachetka, Lazaro Corruia e
 Valdomiro Castaldi, perfazendo um numero
 legal o Sr. Presidente disse sob a proteção de
 Deus declarou aberta a sessão em seguida con-
 vidou a mim oficial legislativo que depois
 de lida colocou em discussão nenhum quando
 discutiu colocou em rotacões sendo aprovadas por
 unanimidade, em seguida o Sr. Presidente comi-
 dou o secretario a fazer a leitura das cor-
 respondências, onde constava a formação das
 comissões assim distribuídas, Redação e Justiça
 Olga Brunetta - Presidente

ANEXO C – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA – INÍCIO

048

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO DE MAMBORÉ - PR.

At primeiro dia do mês de janeiro de um mil, novecentos e noventa e três, às nove horas, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal os vereadores eleitos no pleito de quinze de novembro próximo passado, senhores: Selmira Brunetta, Dornelles Adão Covali, Osmaraldo Siqueira da Costa, Quaresma dos Santos, Henrique Bonches Solla, Leonilson Vieira Soares, Dórgaro Correia, Mauro Zanin e Demildo Castelli. Sob a presidência do vereador mais idoso sr. Dórgaro Correia que após constatar a presença de todos os vereadores declarou aberta a sessão convidando a todos para acompanharem o Hino Nacional Brasileiro. Na sequência convidou o vereador sr. Dornelles Adão Covali para que atuasse como secretário e no procedimento convidou todos os vereadores a ficarem em pé e prestarem o compromisso conforme o art. 6º parágrafo 4º, do Regimento Interno. Após o compromisso prestado individualmente o sr. presidente declarou empossados todos os vereadores. Havendo maioria absoluta dos membros da Câmara passou-se para a eleição da mesa Executiva. O sr. presidente convidou os vereadores Demildo Castelli e Selmira Brunetta para procederem a votação na urna para a votação do presidente da Câmara. Solicitou ao secretário que procedesse a chamada nominal dos vereadores para receberem a cédula e efetuarem a votação. Após todos os vereadores votarem o sr. presidente solicitou aos vereadores Mauro Zanin e Demildo Castelli para efetuarem a contagem de votos, apurados os votos constatou-se três (3) votos para a vereadora Selmira Brunetta e seis (6) votos para o vereador Dornelles Adão Covali, ficando eleito o vereador Dornelles Adão Covali. O vereador Dórgaro Correia empossou e parabenizou o presidente eleito dizendo que o mesmo saberá conduzir com êxito os trabalhos da mesa. Após

**ANEXO C1- ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO**

empossado e presidente eleito passou a dirigir os trabalhos onde agradeceu aos vereadores que confiaram em sua pessoa e disse que não medirá esforços para realizar uma gestão capaz de fiscalizar e auxiliar o prefeito que será empossado, agradeceu a presença do Prefeito Ubiraci Messias, do prefeito eleito Arnonaldo Alves de Souza e demais autoridades e Mamboreenses ali presentes. Na sequência o presidente convidou o vereador Everaldo Freire da Costa para secretariar os trabalhos da Mesa. Dando prosseguimento a eleição da Mesa, aconteceu a eleição do primeiro Vice-Presidente, ficando eleito a vereadora Deomira Brunetta. O sr. presidente declara empossado a primeira vice-presidente. Na sequência deu-se a votação para o cargo de segundo Vice-Presidente, ficando eleito o vereador Henrique Sanchez Sallo. O sr. Presidente declara empossado o segundo Vice-Presidente. No prosseguimento deu-se a eleição do primeiro Secretário ficando eleito o vereador Everaldo Freire da Costa. O senhor Presidente declara empossado o primeiro Secretário. Dando prosseguimento aos trabalhos aconteceu a eleição do segundo Secretário, na qual ficou eleito o vereador Danilo Castell. O sr. presidente declarou empossado o segundo Secretário. Na sequência o presidente convidou os membros da Mesa Executiva, para que os mesmos tomassem seus lugares. Em seguida o sr. presidente deixa a palavra livre e concede a palavra ao vereador sr. Ivoilson Vieira Soares que agradeceu os Mamboreenses que confiaram mais uma vez em sua pessoa, no pleito eleitoral de 1992, parablenizou o presidente eleito, agradeceu e pediu a Deus que iluminasse os vereadores ora empossados. Na sequência fez uso da palavra o vereador sr. Gumercindo dos Santos que parablenizou a Mesa Executiva eleita e invocou as bênçãos divinas para que os vereadores defendam os direitos do povo e agradeceu a todos. Foi concedido a

**ANEXO C2 – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO**

047

palavra a vereadora Selmira Brunetta que disse de sua satisfação em representar as mulheres na Câmara e agradeceu os companheiros de trabalho. Na sequência foi concedido a palavra ao vereador Dozaro Corrêa que agradeceu os companheiros da gestão anterior principalmente o sr. Wilson Marcos Cicconello e o sr. José Angelo Guacomelli, ao prefeito Ubiraci Messias, pediu ao prefeito eleito que não esqueça do povo carente em sua gestão e agradeceu os que confiaram nele quanto vez em sua pessoa. Na sequência o senhor presidente agradece a Deus pelas bênçãos recebidas durante a campanha e agora pela eleição da Câmara, agradeceu aos eleitores de Mamborê pelo seu retorno à Câmara, agradeceu a seus familiares, ao prefeito Ubiraci Messias, saudou ex-vereadores, agradeceu a presença do Prefeito eleito, a presença do Vice-Prefeito eleito, agradeceu a confiança dos nobres vereadores e frisou que seus interesses estão voltados ao bem do município, agradeceu a presença de todos e suspendeu a sessão até as dezemove horas quando será dada a posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos. Realizado os trabalhos, às dezemove horas, no Clube CTG, o senhor presidente fez um rápido relato da sessão de posse dos srs vereadores e convidou os nobres Edís para fazerem parte da mesa de honra juntamente com as seguintes autoridades: Dr. Sebastião Couto Moreira, delegado de Polícia, Celso Liberto do Prado, comandante da Polícia Militar, Sr. Arnaldo Borgo, juiz de Paz, Sr. Daniel Buiroz, presidente da Associação Comercial, Pe Arthur, Vigário de nossa Paróquia, Gerente da Coamo, representando os agricultores, representado pela Srta Renha. O senhor presidente convidou os vereadores Denildo Costeli e Selmira Brunetta que conduzissem o prefeito Ubiraci Messias e sua digníssima esposa até a mesa de honra. Em seguida convidou os vereadores Dozaro Corrêa e Everaldo Freire da Costa para que conduzissem

**ANEXO C3- ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO**

e como Prefeito Elito Sr. Armando Alves de Souza e sua digníssima esposa até a Mesa de Honras, Convidou na sequência os vereadores Ironilson Vieira Soares e Jumericindo dos Santos para que conduzissem até a mesa de Honras o Vice-Prefeito Elito e sua digníssima esposa. O senhor presidente convidou a todos para acompanharem a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na continuidade o Sr. Presidente solicita ao Prefeito Elito que preste seu compromisso, após o compromisso prestado o Sr. Presidente declara empossado o Sr. Armando Alves de Souza como Prefeito Municipal. Na sequência o vice-prefeito elito presta seu compromisso e é declarado empossado pelo presidente da Câmara. Na sequência o Ex-Prefeito Ubiraci Messias solicitou ao Contador e ao Secretário da Prefeitura que fizessem a entrega dos documentos contábeis ao Prefeito Elito. O Sr. Presidente solicitou ao ex-secretário Alceu Klos Jr que fizesse a leitura do Termo de Transmissão de Cargo o qual após lido foi assinado pelo Ex-Prefeito, pelo Prefeito Elito e demais presentes. Na sequência o senhor Presidente concede a palavra ao Ex-Prefeito Sr. Ubiraci Messias que faz um relato de sua gestão, falou sobre sua maior obra a Construção da Escola Agrícola, pôs a população a par da atual situação da Prefeitura Municipal, agradeceu a Câmara Municipal, aos funcionários da Prefeitura, ao Deputado Estadual Renato Adur e ao Deputado Federal Basílio Velloni, aos governadores agradeceu a sua digníssima esposa e a seus filhos e agradeceu principalmente a Deus. Parabenizou a Mesa Executiva elita, e desejou sucesso ao Prefeito e sua equipe. O senhor presidente convidou o presidente da Câmara de Campo Mourão, Sr. Luiz Carlos Kaul para fazer parte da mesa de Honras, concedendo em seguida a palavra ao Exmo Sr. Prefeito Sr. Armando Alves de Souza que disse

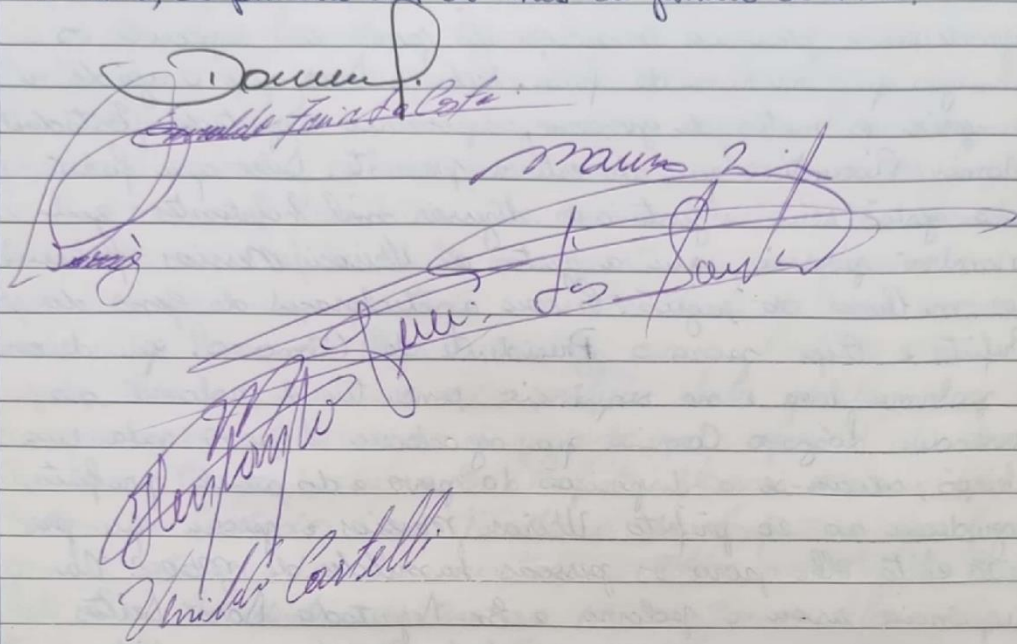
**ANEXO C4 – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA
CONTINUAÇÃO**

048

dever a sua eleição a Deus e agradeceu-lhe a graça, reconheceu o trabalho do Presidente Dorneles Adão Corrali, agradeceu a presença maciça do povo, em especial os amigos que vieram de fora. Pediu a Deus que o ajude a cumprir os metas de governo, apoiou ao Deputado Estadual Namin Piacentini que ali estava presente. Disse que fará uma gestão séria e justa aos dezesseis mil habitantes que Momboré possui, que a gestão de Ubiraci Messias foi uma das melhores da região. Passou a declaração de Bens do Prefeito e Vice para o Presidente da Câmara, que deixou a palavra livre e na sequência concedeu a palavra ao vereador Dôrges Correia que agradeceu o povo pela sua eleição, colocou-se a disposição do povo e do atual prefeito, agradeceu ao ex-prefeito Ubiraci Messias e pediu que prefeito eleito olhe para os pessoas humildes de Mboré. Na sequência usou a palavra o Ex-Deputado Dorci Seitas que acredita na proposta de trabalho do sr. prefeito e no trabalho da Câmara Municipal. Usou a palavra o Deputado Estadual Namin Piacentini que falou da potencialidade do Município e se comprometeu a ajudar o prefeito eleito. Agora com a palavra o vereador Guarnecindo das Sontes que elogiou a administração anterior, desejou sucesso a atual equipe e agradeceu aos familiares e ao povo Momboréense. Na sequência fez uso da palavra o vereador Everaldo Freire da Costa que falou de sua proposta de trabalho e pediu que acima de qualquer partido esteja Momboré. Na sequência o senhor presidente agradeceu a Deus, a seus familiares, a população que confiou em sua proposta de trabalho, ao ex-prefeito por tudo que realizou em sua gestão, disse acreditar na intenção do atual Prefeito e colocou a Câmara a disposição de um trabalho honesto e eficiente. Falou da importância do elo entre Executivo e Legislativo, agradeceu a

ANEXO C5 – ATA DE POSSE DA VEREADORA DEOMIRA BRUNETTA – FINAL


todos e declarou encerrada a presente sessão solene de posse.
Momboré, ao primeiro dia do mês de janeiro de 1993.



 Dourado
 Ezequiel Soares da Costa
 Maurício
 Juv. dos Santos
 Deomira Brunetta
 Venício Castelli

Ata da primeira reunião extraordinária, da Câmara Municipal
 de Momboré, do mês de janeiro de um mil novecentos e no-
 venta e três. Ao quarto dia do mês de janeiro de um mil
 novecentos e noventa e três, às vinte horas, reuniram-se nas
 dependências da Câmara Municipal os seguintes vereado-
 res: sr. Dornelles Adão Corvali, sr. Ezequiel Soares da Costa,
 sr. Juvenciano dos Santos, sr. Henrique Bonchus Salla,
 sr. Rogério Correia, sr. Maurício Zanin e sr. Venício
 Castelli. O sr. presidente declara aberta a sessão quando
 diz: "Sob a proteção de Deus, declaro aberta a pre-
 sente sessão." Em Pequeno Expediente, o sr. presidente
 solicita a leitura da ata da Sessão Solene de Posse,
 que após lida, foi posta em discussão e votação, sendo

**ANEXO D – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA NASCIMENTO
AGOSTINHO – INÍCIO**

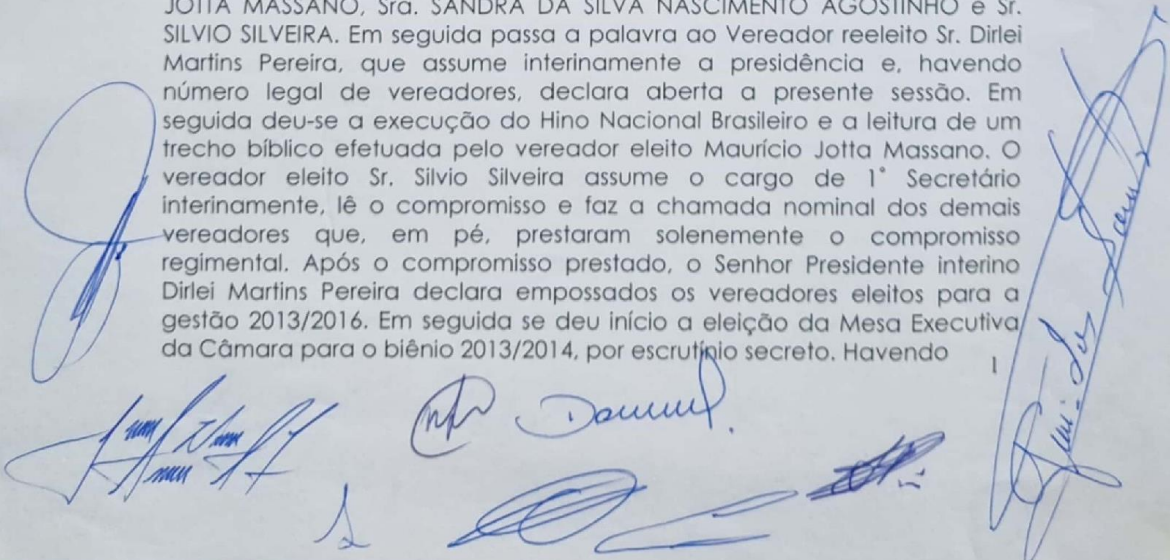


CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ
CNPJ 75776278/0001-54
Avenida Manoel Francisco da Silva, 963 - Fone/Fax (44) 3568-2108 - Cx. Postal, 149
CEP 87340-000 - MAMBORÊ - EST. PARANÁ
www.cmmambore.pr.gov.br


Serviço Registral de Títulos e Documentos
Ivete B. Daboit
Oficial
Ivone B. Silva
Escrevente
MAMBORÊ PARANÁ

Ata da Sessão Preparatória de Posse dos Vereadores Eleitos para a gestão 2013/2016 e Eleição da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Mamborê, para o biênio 2013/2014 e Sessão Solene de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito para a gestão 2013/2016.

Ata da Sessão Preparatória de Posse dos Vereadores Eleitos para a gestão 2013/2016 e Eleição da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Mamborê, para o biênio 2013/2014. No primeiro dia do mês de janeiro, do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, no CTG-Galpão da Amizade, na cidade e Comarca de Mamborê, Estado do Paraná, o Sr. Orley Moreira, menciona as autoridades presentes e convida os vereadores eleitos para comporem a Mesa de Honra, sendo: Sr. DIRLEI MARTINS PEREIRA, Sr. DORNELES ADÃO CAVALI, Sr. GUMERCINDO DOS SANTOS, Sr. JAIRO SILVEIRA DE ARRUDA, Sr. JOÃO DO PRADO, Sr. JULIANO SEHABER PEREZ, Sr. MAURÍCIO JOTTA MASSANO, Sra. SANDRA DA SILVA NASCIMENTO AGOSTINHO e Sr. SILVIO SILVEIRA. Em seguida passa a palavra ao Vereador reeleito Sr. Dirlei Martins Pereira, que assume interinamente a presidência e, havendo número legal de vereadores, declara aberta a presente sessão. Em seguida deu-se a execução do Hino Nacional Brasileiro e a leitura de um trecho bíblico efetuada pelo vereador eleito Maurício Jotta Massano. O vereador eleito Sr. Silvio Silveira assume o cargo de 1º Secretário interinamente, lê o compromisso e faz a chamada nominal dos demais vereadores que, em pé, prestaram solenemente o compromisso regimental. Após o compromisso prestado, o Senhor Presidente interino Dirlei Martins Pereira declara empossados os vereadores eleitos para a gestão 2013/2016. Em seguida se deu início a eleição da Mesa Executiva da Câmara para o biênio 2013/2014, por escrutínio secreto. Havendo



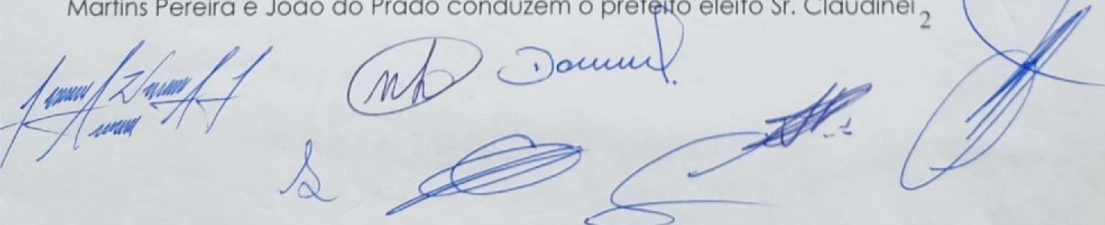
**ANEXO D1 – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA
NASCIMENTO AGOSTINHO – CONTINUAÇÃO**




CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ
CNPJ 75776278/0001-54
Avenida Manoel Francisco da Silva, 963 - Fone/Fax (44) 3568-2108 - Cx. Postal, 149
CEP 87340-000 - MAMBORÊ - EST. PARANÁ
www.cmmambore.pr.gov.br

Serviço Registral de Títulos
Ivete B. Dabon
Oficial
Ivone B. Silva
Escrevente
MAMBORÊ PARANÁ

maioria absoluta dos vereadores procedeu-se a eleição o cargo de Presidente da Câmara Municipal para o biênio 2003/2014, sendo que se manifestaram candidatos os vereadores Maurício Jotta Massano e Jairo Silveira de Arruda. Em primeiro e único escrutínio o vereador Maurício Jotta Massano recebeu cinco votos e o vereador Jairo Silveira de Arruda recebeu três votos, houve um voto em branco, ficando eleito o vereador MAURÍCIO JOTTA MASSANO como Presidente da Câmara Municipal de Mamborê, para o biênio 2013/2014, sendo imediatamente empossado e assume a direção dos trabalhos. Em seguida procedeu-se a eleição ao cargo de 1º Vice-Presidente, sendo que se manifestaram candidatos os vereadores Dirlei Martins Pereira e Sandra da Silva Nascimento Agostinho. Em primeiro e único escrutínio, a vereadora Sandra da Silva Nascimento Agostinho recebeu quatro votos e o vereador Dirlei Martins Pereira recebeu cinco votos; ficando eleito ao cargo de 1º Vice-Presidente o vereador DIRLEI MARTINS PEREIRA. Em seguida procedeu-se a eleição ao cargo de 2º Vice-Presidente, sendo que se manifestou candidato o vereador João do Prado. Em primeiro e único escrutínio, o vereador recebeu nove votos, ficando eleito ao cargo de 2º Vice-Presidente o vereador JOÃO DO PRADO. Em seguida procedeu-se a eleição ao cargo de 1º Secretário, sendo que se manifestaram candidatos os vereadores Juliano Sehaber Perez e Silvio Silveira. Em primeiro e único escrutínio, o vereador Juliano Sehaber Perez recebeu quatro votos e o vereador Silvio Silveira recebeu cinco votos; ficando eleito ao cargo de 1º Secretário o vereador SILVIO SILVEIRA. Em seguida procedeu-se a eleição ao cargo de 2º Secretário, sendo que se manifestou candidato o vereador Gumercindo dos Santos. Em primeiro e único escrutínio, o vereador Gumercindo dos Santos recebeu oito votos e houve um voto em branco; ficando eleito ao cargo de 2º Secretário o vereador GUMERCINDO DOS SANTOS. Em seguida aconteceu a leitura do Termo de Posse da Mesa Executiva da Câmara e os vereadores eleitos foram empossados para os respectivos cargos. O Senhor Presidente declara instalada a legislatura 2013/2016. Na sequência todos os vereadores fizeram uso da palavra em ordem alfabética e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente Sessão Preparatória. Após um intervalo de dez minutos o Sr. Orley Moreira convida os vereadores e o Sr. Ricardo Radomski para tomarem seus lugares compondo a Mesa de Honra. Os vereadores Gumercindo dos Santos e Silvio Silveira conduzem o vice-prefeito eleito Sr. Paulo Rotta e esposa, até a Mesa de Honra. Em seguida solicita aos vereadores Dirlei Martins Pereira e João do Prado conduzem o prefeito eleito Sr. Claudinei₂


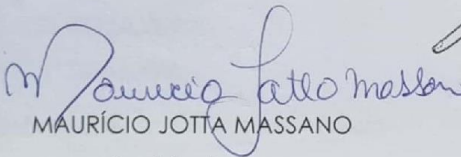



**ANEXO D2 – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA
NASCIMENTO AGOSTINHO – CONTINUAÇÃO**

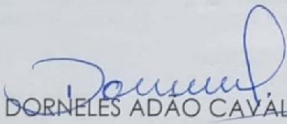


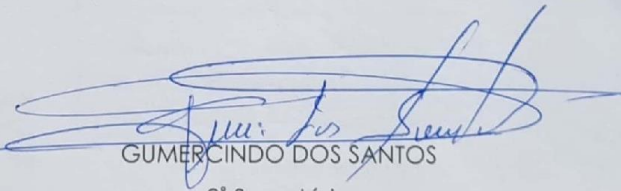
CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÉ
CNPJ 75776278/0001-54
Avenida Manoel Francisco da Silva, 963 - Fone/Fax (44) 3568-2108 - Cx. Postal, 149
CEP 87340-000 - MAMBORÉ - EST. PARANÁ
www.cmmambore.pr.gov.br

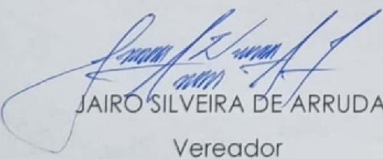
Calori de Souza e esposa, até a Mesa de Honra. O Senhor Presidente da Câmara vereador Maurício Jotta Massano declara aberta a Sessão Solene de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito, para gestão 2013/2016 e convida o prefeito eleito Claudinei Calori de Souza e seu vice Paulo Rotta a apresentarem suas declarações de bens e para procederem seus respectivos compromissos. Na seqüência o Senhor Presidente declara empossados: Prefeito Municipal Sr. CLAUDINEI CALORI DE SOUZA e Vice-Prefeito Sr. PAULO ROTA. Nesta oportunidade o ex-prefeito Ricardo Radomski, entrega ao atual prefeito os relatórios finais da administração 2009/2012, bem como cópia de sua declaração de bens. Procede-se a leitura do termo de posse que após lido foi devidamente assinado pela mesa de honra. Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra ao vice-prefeito Sr. Paulo Rotta e ao prefeito Claudinei Calori de Souza. Nada mais havendo, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a Sessão Solene de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito. Em, 01 de janeiro de 2013.

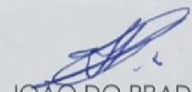


MAURÍCIO JOTTA MASSANO
 Presidente



DIRLEI MARTINS PEREIRA
 1° Vice-Presidente

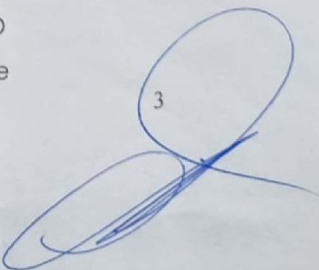

DORNELES ADAO CAVALI
 Vereador


GUMERCINDO DOS SANTOS
 2° Secretário



JAIRO SILVEIRA DE ARRUDA
 Vereador


JOÃO DO PRADO
 2° Vice-Presidente


 Serviço Registral de Títulos e Documentos
 Ivete B. Daboit
 Oficial
 Ivone B. Silva
 Escrevente
 MAMBORÉ PARANÁ


 3

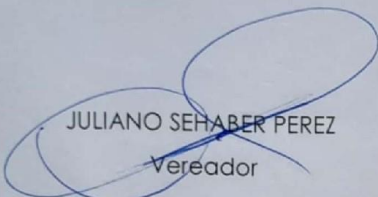
ANEXO D3 – ATA DE POSSE DA VEREADORA SANDRA DA SILVA NASCIMENTO AGOSTINHO – FINAL



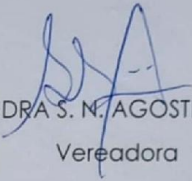
CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ

CNPJ 75776278/0001-54

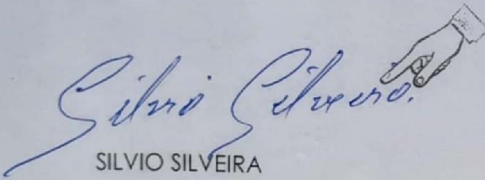
Avenida Manoel Francisco da Silva, 963 - Fone/Fax (44) 3568-2108 - Cx. Postal, 149
CEP 87340-000 - MAMBORÊ - EST. PARANÁ
www.cmmambore.pr.gov.br



JULIANO SEHABER PEREZ
Vereador



SANDRA S. N. AGOSTINHO
Vereadora




SILVIO SILVEIRA
1º Secretário

Tabelionato Messias - Tabelionato de Notas e Protesto
Hugo Cezar Messias - Tabelião
Av. Manoel Francisco da Silva, 555 - Mamborê - PR
Fone/Fax: (44) 3568-1183 - CEP 87340-000 - e-mail: tabmessias@yahoo.com.br

Reconheço firma por semelhança de: **Mauricio Jotta Massano e Silvio Silveira**, dou fé. Mamborê, 8 de janeiro de 2013.

() Anéli Willers Ferreira
 José Willian da Silva Corchiak
 () Tiago Ferreira Sehaber

José Willian da Silva Corchiak
CPF: 077.263.419-37
Escrevente



Registro de Títulos e Documentos
Comarca de Mamborê - Estado do Paraná

Protocolo sob n.º 30.858

Registrado sob n.º 8451


Livro 0-99 de Integral

M. Mamborê, 08-01-2013

Oficial [Signature]

Ivone Blaszczak Silva
CPF: 021.400.25-3
ESCREVENTE

Ivete Brunetta Dabot
Oficial Titular



Serviência Registral das Pessoas Naturais Títulos e documentos.
CNPJ 80.889.611/0001-71
Cx. Postal 102 - Cep 87340-000
Mamborê - Paraná

ANEXO E – ATA DE POSSE DA VEREADORA MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK – INÍCIO



CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ

CNPJ 75.776.278/0001-54

Avenida Manoel Francisco da Silva, 963 - Fone: (44) 3568-2108 - Cx Postal, 149
CEP 87340-000 M A M B O R Ê EST. PARANÁ

www.cmmambore.pr.gov.br

ATA DA SESSÃO PREPARATÓRIA DE CONVALIDAÇÃO DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO ELEITOS PARA A GESTÃO 2021/2024 E CONVALIDAÇÃO DA ELEIÇÃO DA MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ, PARA O BIÊNIO 2021/2022.

Ata da Sessão Preparatória de Convalidação da Posse dos Vereadores Eleitos para a gestão 2021/2024 e Eleição da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Mamborê, para o biênio 2021/2022. Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, no Plenário Vereador Dorneles Adão Cavali, da Câmara Municipal, na cidade e Comarca de Mamborê, Estado do Paraná, com a presença dos vereadores: Sr. DORNELES ADÃO CAVALI JUNIOR; Sr. EVERSON CLEI TIBURCIO; Sr. FABIO DA SILVA FERREIRA; Sr. GUMERCINDO DOS SANTOS; Sr. JORGE RICCIARDI; Sr. JOSÉ CORCHAK; Sra. MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK; Sr. MAURÍCIO JOTTA MASSANO e Sr. SILVIO SILVEIRA. Havendo número legal de vereadores o Senhor Presidente convida o Senhor Prefeito Reeleito RICARDO RADOMSKI para tomar acento na mesa principal. Em seguida solicita a leitura de um trecho bíblico efetuada pelo vereador Everson Clei Tiburcio. O Senhor Presidente registra a participação virtual do vice-prefeito reeleito Sr. SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ, uma vez que tal participação foi ofertada a todos os convocados que estejam com sintomas ou esteve em contato direto com pessoas positivadas para o COVID-19 e solicita a secretaria que faça a leitura do documento enviado pelo vice-prefeito informando tal condição. Após a leitura, o Senhor Presidente informa que considerando as medidas sanitárias exigidas para prevenção do COVID-19, considerando, também, o aumento de casos no município, as sessões solene e preparatória, para posse dos vereadores, prefeito, vice-prefeito e eleição da mesa diretora da Câmara Municipal ocorreu no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte, com todas as normas de segurança e distanciamento social, com efeitos práticos a partir de primeiro de janeiro de 2021. Na ocasião foram seguidos todos os preceitos legais, foi apresentada toda documentação exigida em lei, manifestados os devidos compromissos, sendo cumpridos todas as exigências legais. Informa, ainda, que não houve nenhum questionamento quanto ao ato praticado e nenhuma ação judicial envolvendo a eleição e posse de todos os envolvidos. Para tanto, a presente sessão é para convalidar todos os atos na ocasião praticados. A convalidação 1

ANEXO E1- ATA DE POSSE DA VEREADORA MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK – FINAL

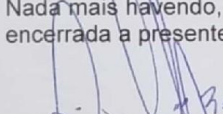


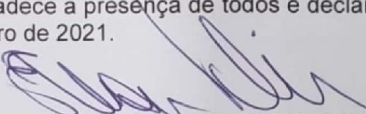
CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ

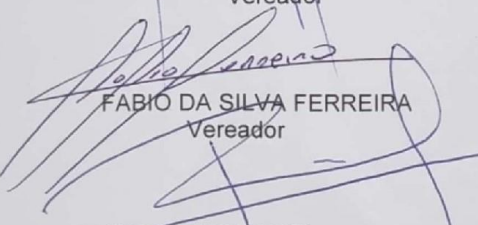
CNPJ 75.776.278/0001-54

Avenida Manoel Francisco da Silva, 963 - Fone: (44) 3568-2108 - Cx Postal, 149
CEP 87340-000 M A M B O R Ê EST. PARANÁ
www.cmmambore.pr.gov.br


está em discussão, em votação, os que aprovam permaneçam como estão, os demais se manifestem. Não havendo manifestação contrária, todos aprovam os atos praticados na sessão preparatória e na sessão solene realizadas no dia vinte e dois de dezembro de 2020, por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente declara empossados os membros da mesa diretora para a gestão 2021/2022, sendo: MAURÍCIO JOTTA MASSANO – presidente; SILVIO SILVEIRA – 1º Vice-presidente; JORGE RICCIARDI – 2º Vice-Presidente; MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK – 1ª Secretária; GUMERCINDO DOS SANTOS – 2º Secretário. Após a leitura do termo de posse, o mesmo foi devidamente assinado. Havendo a concordância de todos e cumpridas as exigências legais o senhor Presidente declara empossados: Senhor RICARDO RADOMSKI, Prefeito Municipal e Senhor SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ, vice-prefeito do Município de Mamborê, para a gestão 2021/2024. Após a leitura do termo de posse o mesmo foi devidamente assinado. Em seguida usam a palavra os Senhores: Fabio da Silva Ferreira; Gumercindo dos Santos; Maria Thereza Pereira Murback; Maurício Jotta Massano. Nada mais havendo, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a presente sessão. Em, 01 de janeiro de 2021.



DORNELES ADÃO CAVALI JUNIOR
Vereador

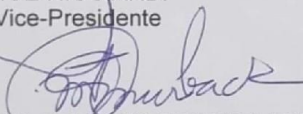

EVERSON CLEI TIBURCIO
Vereador

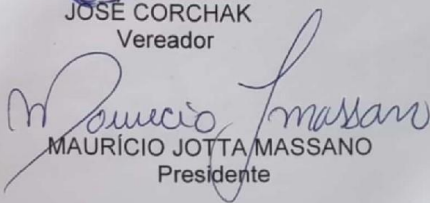

FABIO DA SILVA FERREIRA
Vereador

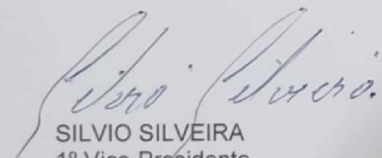
GUMERCINDO DOS SANTOS
2º Secretário


JORGE RICCIARDI
2º Vice-Presidente


JOSÉ CORCHAK
Vereador


MARIA THEREZA PEREIRA MURBACK
1º Secretária


MAURÍCIO JOTTA MASSANO
Presidente


SILVIO SILVEIRA
1º Vice-Presidente

2